

Portugal – A sua representação junto da OCDE

Relatório de Estágio na Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE

Jennifer Gwendoline Trancoso Gulizia

**Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais - área de especialização em Relações Internacionais**

setembro, 2016

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, área de especialização em Relações Internacionais realizado sob a orientação científica do Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira.

setembro, 2016

Às Mulheres da minha família.

« C'est par le travail que la femme a en grande partie franchi la distance qui la séparait du mâle ; c'est le travail qui peut seul lui garantir une liberté concrète. »

Simone de Beauvoir, « Le Deuxième Sexe II », 1949, p. 587.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Manuel Filipe Canaveira por partilhar comigo o seu tão vasto conhecimento sobre história e diplomacia, tornando esta jornada mais rica intelectualmente.

Ao Sr. Embaixador Paulo Vizeu Pinheiro e RPA Dra. Teresa Kol de Alvarenga, com quem tive oportunidade de crescer profissionalmente. Obrigada pela confiança demonstrada nas minhas competências e por todo o grau de responsabilidade que me foi confiado.

Ao Dr. Jorge Correia, do Instituto Diplomático, pelo apoio e disponibilidade ao longo deste processo.

À minha família que sempre me incentivou neste projeto. Especialmente, à minha mãe e à minha avó por me darem a coragem necessária nos momentos mais difíceis.

Aos meus tios Jean-Luc e Zita Conte pela amizade incondicional de sempre. À Alissa Conte e ao meu afilhado, Tymoté Conte.

Ao Tiago Ventura, cujo amor e dedicação a este projeto foram igualmente vitais à sua concretização. A tua força foi determinante para este sucesso.

Ao Engenheiro Pedro Liberato, Conselheiro mais antigo da Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE e à Dra. Ana Paula Fernandes. Não existem palavras suficientes para agradecer toda a partilha de conhecimento e experiências. Agradeço-vos, de coração, todas as oportunidades concedidas para adquirir o máximo de experiência possível e ainda toda a ambição depositada no meu futuro profissional, que nunca poderei esquecer. O meu eterno obrigado.

Ao Dr. Paulo Leiria, cujos conhecimentos económicos foram muito úteis para um efetivo entendimento da OCDE.

A toda a equipa da Delegação, secretariado e residência, por todo o apoio, carinho e amizade.

Aos meus amigos. Especialmente, à Filipa Gávea e ao João Alves.

Obrigada a todos os que remaram comigo neste desafio por águas desconhecidas, mas, ao mesmo tempo deveras desafiantes para a obtenção do meu grau de mestre. Que continuem presentes num próximo desafio. Este é inteiramente dedicado a vós.

Portugal – A sua representação junto da OCDE
Relatório de Estágio na Delegação Permanente de Portugal junto da
OCDE

Jennifer Gwendoline Trancoso Gulizia

RESUMO

A OCDE é atualmente uma das Organizações Internacionais mais reconhecidas mundialmente. O projeto de transformação da OECE para a constituição da OCDE nos anos 60 permanece na história como exemplo de esforço e ambição político-diplomática. No seu âmago continha a aspiração de uma melhor e mais abrangente cooperação multilateral.

A Organização tem sido capaz de fazer frente aos desafios que a globalização impôs, em muitos setores, destacando-se como líder. A sua prestigiada base de dados é um terreno fértil para as suas análises e previsões.

Este *think tank* de desenvolvimento económico e social conta com mais de cinco décadas de trabalho. Transportando a mensagem “melhores políticas para uma vida melhor”, tem sido capaz de influenciar, através do uso do *Soft Power*, não só governos nacionais dos seus países membros como também decisores políticos de países não membros.

Portugal, membro desta Organização desde a sua génese, deteve desde sempre, nesta mesa internacional, um lugar importante. Em novembro de 2014, com a eleição do Embaixador de Portugal junto da OCDE para Presidente do Comité das Relações Externas (CRE), foi concedida ao nosso país uma maior visibilidade no seio desta Organização.

Este acontecimento histórico coincidiu com a nossa chegada à Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE, para assumir funções como estagiária, selecionada pelo Instituto Diplomático, para a obtenção do grau de mestre, na FCSH-UNL.

Neste centro idílico de acontecimentos foi-nos confiada a missão de apoiar o Sr. Embaixador na sua Presidência do CRE. Com um ano de 2015 particularmente rico em matéria internacional, este relatório apresenta-se como resultado dos seis meses de estágio na Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE em Paris.

PALAVRAS-CHAVE: Organizações Internacionais, OCDE, Portugal, Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE, Diplomacia, Política Externa, Representação Diplomática, *Soft Power*, Cooperação Multilateral, Desenvolvimento Económico e Social, Relações Globais OCDE.

ABSTRACT

The OECD is currently one of the most recognized International Organizations worldwide. The transformation project of the OEEC to the constitution of the OECD in the 60s remains in history as an example of political and diplomatic effort and ambition. At its core it contained the aspiration of a better and more comprehensive multilateral cooperation.

The Organization has been able to face the challenges that globalization has imposed, in many sectors, standing out as a leader. Its prestigious database is a breeding ground for their analysis and forecasts.

This Think tank for economic and social development counts with more than five decades of work. Carrying the message “better policies for better lives” it has been able to influence, through the use of Soft Power, not only national governments of its members but also policy makers from non-members countries.

Portugal, member of this organization since its foundation, always held, at this international table, an important place. In November 2014, with the election of the Ambassador of Portugal to the OECD for President of the External Relations Committee (CRE), a greater visibility within this organization was granted to our country.

This historic event coincided with our arrival to the Delegation of Portugal to the OECD, to assume tasks as a trainee, selected by the Diplomatic Institute, to obtain my master's degree, at FCSH-UNL.

In this idyllic centre of events we were assigned with the mission to support the Ambassador in his presidency of the ERC. With a year as 2015 particularly rich in international matters, this report is presented as a result of the six-month traineeship in the Portugal Delegation to the OECD in Paris.

KEYWORDS: International Organizations, OECD, Portugal, Permanent Delegation of Portugal to the OECD, Diplomacy, Foreign Policy, Diplomatic Representation, Soft Power, Multilateral Cooperation, Economic and Social Development, OECD Global Relations.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. De uma Europa devastada pela II GM à criação da OCDE.....	3
1.1. Génese da OCDE: O Plano Marshall e a fundação da OECE.....	3
1.2. Posição do Estado português face ao Plano Marshall e à “ideia de cooperação europeia”	7
1.3. Ars longa, vita brevis da OECE	9
2. A OCDE.....	14
2.1. Convenção da OCDE (1960).....	14
2.2. Estrutura Orgânica da OCDE.....	16
2.2.1. O Conselho.....	17
2.2.2. Os Comités.....	18
2.2.3. O Secretariado.....	19
3. Orçamento e Programa de Trabalho da Organização	20
4. Know-How da OCDE.....	22
5. Exames OCDE.....	24
5.1. Exames Económicos	24
5.2. Exames ao Ambiente.....	25
5.3. Exames do CAD à Cooperação.....	26
6. Centro de Desenvolvimento da OCDE	27
6.1. Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)	28
7. Projetos Horizontais da OCDE	28

8.	Relações Globais da OCDE.....	29
8.1.	Key Partners	31
8.2.	Países em Processo de adesão à OCDE	32
8.3.	Comité das Relações Externas	33
8.4.	Portugal na Presidência do CRE: um acontecimento histórico.....	34
9.	A Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE	35
10.	Atividades desenvolvidas na Delegação portuguesa junto da OCDE	36
10.1.	Visita ao Centro de Investigação e Arquivos Históricos da OCDE.....	37
10.2.	Correspondência Diplomática	39
10.3.	Comité das Relações Externas da OCDE.....	41
10.4.	<i>OECD EURASIA WEEK</i>	43
10.5.	Informal Reflexion Groups	44
10.6.	Países da América Latina e Caribe.....	45
10.7.	Conselho.....	46
10.7.1.	Preparação da Reunião Anual Ministerial da OCDE 2015.....	47
10.8.	Visitas oficiais à OCDE	49
10.8.1.	Visita oficial do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos	49
10.8.2.	Visita do Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus da Eslováquia, Miroslav Lajčák.....	50
10.8.3.	Visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Portugal, Aníbal Cavaco Silva	50
10.8.4.	Visita oficial do Presidente da Ucrânia Petro Poroshenko.	52
10.8.5.	Visita oficial do SG das NU, Ban Ki-moon.....	53
10.9.	Reunião do Comité Executivo.....	54

10.10.	Jornadas Parlamentares OCDE	55
10.11.	“LGBT: the Economic Case for Inclusive Policies”	56
10.12.	Educação	57
10.12.1.	Governing Board - CERI	57
10.12.2.	Lançamento da publicação “Skills for Social Progress: The Power of Social and Emotional Skills”	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		58

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

- AEN** – Agência da Energia Nuclear
- AIE** – Agência Internacional da Energia
- BC** – *Budget Committee* / Comité do Orçamento
- CAD** – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CAF** – Banco de Desenvolvimento da América Latina
- CCEE** – Comité de Cooperação Económica Europeia
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- CEPAL** – Comissão Económica para América Latina e Caraíbas
- CERI** – Centro de Investigação em Educação e Inovação
- COP21** – 21^a Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas
- DGPE** – Direção-Geral de Política Externa
- EDRC** – *Economic and Development Review Committee*
- EFTA** – Associação Europeia de Comércio Livre
- EM** – Estado Membro
- EPR** – *Environmental Performance Review*
- ERC / CRE** – *External Relations Committee* / Comité das Relações Externas
- ExCom** – Comité Executivo
- FARC** – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
- FIT** – Fórum Internacional dos Transportes
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- GM** – Guerra Mundial
- IRG's** – *Informal Reflexion Groups* / Grupos Informais de Reflexão
- KP** – *Key Partners*
- LAC** – *Latin America and the Caribbean*
- LGBT** – Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero

MAOTE – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia de Portugal

MCM – *Ministerial Council Meeting*

MdE – Memorando de Entendimento

MENA – Médio Oriente e Norte África

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

MTO – *Médium Term Orientations*

NAEC – *New Approaches to Economic Challenges*

NATO – *North Atlantic Treaty Organization* / Organização do Tratado do Atlântico Norte

NU – Nações Unidas

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OECD – *Organisation for Economic Co-operation and Development*

OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica

OMC – Organização Mundial do Comércio

PAC – *Public Affairs and Communication*

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB – produto interno bruto

PISA – *Programme for International Student Assessment*

PME's – Pequenas e Médias Empresas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PWB – *Programme of Work and Budget* / Programa de Trabalho e Orçamento

RI – Relações Internacionais

RPA – Representante Permanente Adjunta

SEARP – *The Southeast Asia Regional Programme*/ Programa Regional do Sudeste Asiático

SEM – Direção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais

SG – Secretário-Geral

UNRRA – *United Nations Relief and Rehabilitation Administration*

ZNG – *Zero Nominal Growth* / Crescimento Nominal Zero

ZRG – *Zero Real Growth* / Crescimento Real Zero

INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende demonstrar a experiência adquirida no estágio final de mestrado, durante os seis meses - designadamente novembro de 2014 a maio de 2015 - que permanecemos na Delegação Permanente de Portugal junto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em Paris. Neste local tivemos a oportunidade de apoiar a representação dos interesses do Estado Português, no seio daquela Organização Internacional.

A riqueza histórica da referida Organização não permitiria que a experiência adquirida fosse descrita sem antes se entender o seu carácter e a sua importância no universo da Diplomacia Internacional dos nossos dias. Em nosso entender, as Relações Internacionais são interdependentes da História e é desta forma que apresentamos este relatório.

Delineando um percurso histórico, apoiado nas memórias de grandes diplomatas percursores da época, como José Calvet de Magalhães ou Ruy Teixeira Guerra, desde a génese da OCDE aos nossos dias, ambiciona-se, através deste fio condutor, levar o leitor a envolver-se entre a história com os conhecimentos adquiridos durante o estágio. Pretende-se que haja uma confrontação com as noções teóricas absorvidas ao longo do primeiro ano de mestrado em Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

Depois do percurso histórico iniciático estar terminado, não é menos importante compreender a complexa Estrutura Orgânica da Organização que, ao longo dos seis meses, terá sido o maior desafio durante o estágio, culminando nas atividades mais relevantes desenvolvidas no seio da Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE.

Será de referir, embora também se perceberá através da leitura, que, uma vez iniciada a descrição da Estrutura Orgânica da Organização, existe, uma descrição das atividades, na medida em que tudo o que se absorveu sobre a Organização está refletido nessas mesmas seções. Todavia, por uma questão de organização temática, a descrição das reuniões e dos trabalhos realizados constam separadamente.

Devido à sensibilidade dos assuntos discutidos no seio da Organização e regras de confidencialidade dos documentos da OCDE, posteriormente explicadas, existiu um cuidado extremo no momento da produção deste relatório. Muitas vezes gostaríamos de ter escrito mais sobre a riqueza da experiência a que estivemos sujeitos, mas tal não nos foi possível. Contudo, tentámos recriar a experiência da melhor forma possível. Transportámos casos práticos para a teoria (contrário ao habitual) para, desta forma, nos ser possível fazer uma demonstração da experiência o mais aproximado da realidade.

O ano de 2015 representou, em termos de matéria internacional, um ano idílico para se estar inserido num ambiente de trabalho diplomático, na esfera internacional. 2015 foi o Ano Europeu do Desenvolvimento e contou com as preparações para a 3ª Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento, em Addis Abeba, no mês de julho. Contou também com as preparações para a Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável para a aprovação da agenda pós-2015 (agora agenda 2030), em Nova Iorque, no mês de setembro. Seguindo-se a COP21, em Paris, no mês de dezembro; e por último, menos abordado dentro do nosso âmbito de trabalho, mas merecedor de menção no campo das RI, a 10ª Conferência Ministerial da OMC em Nairobi, também no mês dezembro, onde foi adotado o “*Nairobi package*”.

Foi, portanto, neste epicentro de preparações de acontecimentos internacionais multisectoriais e presságios de mudanças que estivemos inseridos. A chegada à OCDE foi para nós, justamente, o deparar com esta realidade de interligações entre os vários setores da política internacional e ainda entre as várias Organizações Internacionais. Conseguimos apurar que a OCDE se esforça por ter um papel determinante na cena internacional. Tal como afirmou o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, no dia 28 de abril de 2015, no momento da sua visita oficial à OCDE, “2015 representou o ano mais importante na história das Nações Unidas”. Em nosso entender, também podemos afirmar que estivemos inseridos na OCDE num ano particularmente interessante e cuja agenda ficará na história pelo contributo da OCDE a vários níveis políticos. Nomeadamente, as suas contribuições ao nível do G7 e G20, cada vez mais desenvolvendo um trabalho com as NU, designadamente no processo de desenvolvimento de indicadores para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre muitos outros.

A OCDE apresenta-se perante o mundo como uma Organização Internacional que pretende responder aos desafios da globalização, aglomerando em si o princípio do Construtivismo de que as “Relações Internacionais consistem primeiramente em factos sociais, os quais são factos apenas por acordo humano”¹ e, neste sentido, podemos afirmar que tal como na teoria construtivista, também para a OCDE as ideias representam o motor da ação social, sendo através destas que os indivíduos agem inseridos num mundo de entendimentos coletivos. Para os construtivistas, são as ideias que definem a estrutura internacional, assim é também o desejo da OCDE. Como valores basilares, a OCDE, realça “a objetividade, a abertura, a audácia, as prospetivas e a ética”².

1. De uma Europa devastada pela II GM à criação da OCDE

1.1. Génese da OCDE: O Plano Marshall e a fundação da OECE

“Alguns dos melhores atos da diplomacia do século XX tiveram as suas raízes no idealismo de Woodrow Wilson: o plano Marshall, o corajoso compromisso de conter o comunismo, defender a liberdade da Europa ocidental...”

Henry Kissinger, *Diplomacia*, p. 705

Com o fim da II Guerra Mundial, os países Europeus encontravam-se devastados pelo terror da guerra e as suas economias pareciam ter estagnado³ num limbo intemporal, em que nada de bom poderia daí advir. O ano de 1947 carregou consigo ainda mais razões para preocupação. Com um inverno rigoroso (que afetou o processo agrícola, comprometendo consequentemente as atividades de exportação), e a diminuição da assistência do *UNRRA (United Nations Relief and Rehabilitation*

¹ Adler, E. (1997). *Seizing the middle ground: constructivism In world politics*. European Journal of International Relations, 3, p. 323.

² Texto consultado na Página oficial da OCDE, (2016). *About the OECD*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/about/> [acedido em 12 de maio de 2016].

³ “Estado precário das comunicações”, “destruição de grande parte das pontes e de enorme quantidade de material rolante”.... “quase paragem da indústria que em França funcionava a 30% da capacidade e na Alemanha apenas a 10%.” In Guerra, R., Freire, A. & Magalhães, J. (1981). *Movimentos de cooperação e interação europeia no pós-guerra e a participação de Portugal nesses movimentos*. Lisboa: INA, p. 3.

Administration), levaram a um pensamento racional, de necessidade urgente, mais do que qualquer ideologia política, para a busca efetiva de uma solução que permitisse reerguer esta Europa ferida.

A Europa estava agora mais fraca, permitindo, embora inicialmente de forma bastante indefinida, que os Estados Unidos da América e as Repúblicas da União Soviética se erguessem nesta Nova Ordem Internacional do Pós-Guerra como as novas potências mundiais. Tal Ordem não soava bem aos ouvidos europeus e no seio destes crescia igualmente a ideia de que uma “União Europeia”⁴ seria a única saída viável para esta queda vertiginosa. Todavia tentativas desde o *United Europe Committee* (1946)⁵ à União Parlamentar Europeia (1947)⁶, não tinham dado os frutos desejados. Como reiterado pelo Embaixador José Calvet de Magalhães “para a ideia “Europeia” ser consistente e unânime seria necessária uma maior coordenação e menor dispersão”⁷. Em consonância com esta base de pensamento foi fundado o Comité de Coordenação dos Movimentos em favor da Europa Unida, cujo presidente foi Duncan Sandys.

Porém, nada disto era suficiente para acalmar as tensões políticas entre blocos ou as, também já existentes, tensões económicas domésticas. O aumento da tensão política existente entre os blocos Ocidental e Soviético crescia a cada dia e, os EUA preocupavam-se especialmente com esta referida Escalada de tensão, vendo no bloco soviético, o propagar dos ideais comunistas opostos aos dos EUA e de forma extensiva aos do Ocidente. Existia uma crescente preocupação com a frágil situação económica europeia que a qualquer momento poderia abalar a paz mundial e era igualmente nociva para a economia americana.

⁴ Excluindo-se aqui o governo português. O Presidente do Conselho português, António de Oliveira Salazar, não acreditava num projeto europeu, temendo que qualquer ideia de integração europeia pudesse interferir com a soberania do Estado português e ainda com as colónias portuguesas. O Estado português da altura movia-se mais no sentido do Ultramar do que no sentido europeu. Salazar preferia sempre uma cooperação bilateral na qual teria uma maior margem de negociação do que numa cooperação multilateral. Tal será compreendido mais detalhadamente no decorrer deste capítulo nomeadamente através de textos dos Embaixadores José Calvet de Magalhães (1981) e Ruy Teixeira Guerra (1981).

⁵ Fundado por Winston Churchill no seguimento do seu discurso em Zurique (Suíça). Teve como Secretário-Geral, Duncan Sandys, genro de Churchill.

⁶ Fundado por Coudenhove-Kalergi, também ele fundador do movimento pan-europeu pós I GM.

⁷ Guerra, R., Freire, A. & Magalhães, J., *ob. cit.*, p.36.

É face a estes acontecimentos que a 9 de janeiro de 1947, Harry Truman, Presidente dos EUA, nomeou, George Marshall como Secretário de Estado. Inserido na doutrina Truman⁸, a 5 de junho de 1947 na Universidade de Harvard, George Marshall profere um discurso em que torna pública a vontade política dos EUA em ajudar economicamente os países europeus aliados⁹.

Como já referido, através de uma Ordem Internacional muito indefinida, fora lançado o Plano Marshall (*European Recovery Plan*¹⁰), inserido na Doutrina Truman. Tendo como duração estimada de quatro anos (abril de 1948 a setembro de 1951) e, consistindo, grosso modo, na colaboração financeira para a recuperação das economias europeias.

A ajuda económica apelidada de Plano Marshall foi proposta a todos os países da Europa, exceto Espanha, devido ao seu comportamento político durante a II GM.

As economias europeias sufocavam com a necessidade de conseguir importar bens essenciais para as suas populações como alimentos, matérias-primas e ainda bens de equipamentos (nomeadamente dos EUA, Canadá, entre outros). É neste sentido, e à falta de outras soluções na cena internacional, que esta ajuda económica à Europa, em nossa opinião, é vista como fundamental para a reconstrução das economias europeias. Sendo que foram concedidos 4,3 mil milhões de dólares destinados ao fornecimento de bens económicos e 1 milhão de dólares em créditos.¹¹

A 12 de julho de 1947, 16 países¹² “para cá da linha que Churchill apelidou de «Cortina de Ferro»” (Ruy Teixeira Guerra, 1980, p. 143), decididos a avaliar as necessidades dos países e consequentemente avançar com a proposta do Plano

⁸ No discurso de 12 de março de 1947, o Presidente dos Estados Unidos da América Harry Truman, dirigiu-se ao Congresso do seu país solicitando apoio à Grécia e à Turquia. Este discurso ficou na história pois nele estão contidos os pilares da política externa dos EUA, a apelidada Doutrina Truman, contra a expansão soviética, como foi o caso da Grécia e Turquia. O objetivo principal era “combater a ameaça comunista”: “*At the present moment in world history nearly every nation must choose between alternative ways of life. The choice is too often not a free one.*”.

⁹ Excluindo-se a Espanha.

¹⁰ Definido pela Lei de Cooperação Económica, aprovada em 3 de abril de 1948 pelo Congresso dos EUA.

¹¹ Rollo, M. (2007). *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 191.

¹² Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia, Suíça, Turquia. O Canadá e os Estados Unidos da América eram nesta altura apenas EM's observadores.

Marshall, reuniram-se na Conferência Económica Europeia de Paris. Portugal fez-se representar por Ruy Teixeira Guerra que destacou, num encontro sobre a participação de Portugal na integração europeia no Pós II GM (INA, 1980), que desse momento nasceu o Comité de Cooperação Económica Europeia (CCEE), composto por um delegado de cada Estado participante. A sua finalidade foi estudar as necessidades europeias. Na segunda Conferência de Paris, a 15 de março de 1948, os dezasseis países participantes oficializaram consensualmente a criação da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), cujo objetivo seria de “inventariar” as necessidades dos países europeus e dessa forma proceder ao bom uso da ajuda Marshall. A OECE contemplava igualmente no seu âmbito objetivos como a criação de zonas de comércio livre e a efetiva promoção de políticas que melhorassem as condições de trabalho e de produtividade, entre outras.

Assim a 16 de abril de 1948 foi assinada, em Paris, a Convenção da Organização em epígrafe pelos seus dezasseis¹³ EM's, entrando em vigor a 1 de julho desse mesmo ano, liderada por Robert Marjolin, Secretário-Geral da Organização. Portugal viria apenas a ratificar a Convenção no mês de abril de 1949.

No preâmbulo da Convenção transparece o pesadelo recente das partes fundadoras que se comprometem a “contribuir para a manutenção da paz” e “restaurar e manter a prosperidade da Europa e de reconstruir as ruínas da guerra”.

Ruy Teixeira Guerra define que a Organização estaria mandatada a cumprir três grandes missões; 1. administrar a distribuição dos recursos pelos EM's para a reconstrução de uma Europa saída da Pós II GM¹⁴; 2. a liberalização das trocas entre aqueles países; 3. a harmonização das políticas nacionais para uma eficaz coordenação dos investimentos.

¹³ A Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça, Turquia. O Canadá e os Estados Unidos da América presenciaram à assinatura como Estados associados. Posteriormente também a Alemanha (1955) e a Espanha (1959) aderiram.

¹⁴ « *Estimant que seule une coopération étroite et durable des Parties Contractantes permet de restaurer et de maintenir la prospérité de l'Europe et de relever les ruines de la guerre.* » Convenção de Cooperação Económica Europeia (1948). Paris: OEEC. disponível em: http://www.cvce.eu/education/unit-content/-/unit/026961fe-0d57-4314-a40a-a4ac066a1801/22243aaf-3f7c-429e-b98c_283989b2b5e9/Resources#769de8b7-fe5a-452c-b418-09b068bd748d_fr&overlay [acedido em 17 de maio de 2016].

1.2. Posição do Estado português face ao Plano Marshall e à “ideia de cooperação europeia”

Portugal, como já profundamente estudado¹⁵, teve nesta altura uma atitude de ceticismo que encaixava nas linhas orientadoras da política externa do Estado Novo. Perante a proposta do Plano Marshall, Portugal manteria uma atitude de “não se envolver para além do necessário à afirmação dos seus interesses” e acima de tudo “a nação seria o limite material para a cooperação internacional”.¹⁶ É certo que Salazar não permitiria que a soberania do Estado fosse posta em causa. Porém, à imagem dos EUA, também o Presidente do Conselho temia a expansão dos ideais vermelhos que podiam ameaçar a sua governação e Salazar tinha a plena noção da imagem negativa que Espanha tinha internacionalmente. Como tal, seria do interesse de Portugal não ser colocado nesta mesma embarcação ibérica marginalizada aos olhos dos demais internacionais.

O governo português, inicialmente também, não detentor de uma capacidade de análise da dimensão que teria o plano Marshall, julgava que esta ajuda se dirigiria somente a países devastados na sua totalidade pela guerra. Juntamente com a ideia de que as reservas de ouro e as divisas do Banco de Portugal seriam suficientes para ultrapassar a “crise efêmera”. A decisão de não participar no primeiro exercício do Plano Marshall estava assim anunciada, em setembro de 1947, de forma precipitada pelo Estado Novo. Segundo o Embaixador Calvet de Magalhães “...a verdade é que não participámos nesse primeiro exercício da ajuda Marshall porque de início declaramos não precisarmos dela e quando nos apercebemos que dela necessitávamos já era tarde demais”.¹⁷

Neste âmbito afigura-se como fundamental para este capítulo histórico a análise de algumas das partes do discurso “Miséria e Medo, características do

¹⁵ neste capítulo foram tidos em conta especialmente as análises desta altura, por parte de Pedro Cantinho Pereira e Fernanda Rollo, respectivamente: Pereira, J. (2002). *Le Portugal et l'Europe 1947-1953*. Tese de Doutoramento. Université de Paris I. e Maria Fernanda Rollo *ob. cit.*, ainda da mesma autora, Rollo, M. (1994). *Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*. Lisboa: Editorial Estampa.

¹⁶ Castro, F. (2001). “Do Plano Marshall ao Acordo com a CEE”. In: F. Martins, *Diplomacia & Guerra. Política Externa e Política de Defesa de Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*. Lisboa: Lisboa: Edições Colibri, p. 166.

¹⁷ José Calvet de Magalhães., *ob. cit.*, pp. 46-47.

momento atual”¹⁸ de António de Oliveira Salazar no seio da Assembleia Nacional, na abertura da sessão legislativa de 25 de novembro de 1947 (Lisboa). Nesta intervenção, Salazar afirma que “O Mundo tem medo do comunismo”, reiterando que admira “a largueza de espírito, a generosidade, a prontidão com que a América acorre em auxílio da Europa” demonstrando assim publicamente o seu apoio aos EUA com a iniciativa do Plano Marshall. Todavia, mostrando claramente as suas reservas internas destacando que “a crise de alguns países é não só passageira, mas superficial” e que as colónias africanas dos países europeus contêm em si a chave para a recuperação económica da Europa, salientado que “A África é base suficiente para a política que se deseje fazer.”, contando sempre com o apoio dos EUA para o sucesso desta ponte geoestratégica. Salazar analisa minuciosamente a política internacional, as condições geoestratégicas da Europa e qual o comportamento que Portugal deve ter na nova Ordem Internacional que se erguia. Escolhe claramente o lado Europeu que, como afirma, só será capaz de vencer com o apoio norte-americano numa luta de ideais contra o comunismo, mas, não abdicando da soberania do seu Estado e deixando claro que Portugal “admira o auxílio” dos EUA para com a Europa. Mais indica, que o seu país não acredita que a crise terá efeitos tão nefastos como os falados, deixando claro o apoio e defesa de uma estratégia Europa-África com apoio dos EUA.

Contudo, a 27 de setembro de 1948, o representante de Portugal junto da OECE¹⁹, Ruy Teixeira Guerra, apresentou, no seio da referida Organização, a intenção de Portugal ser parte integrante da ajuda americana Marshall. Portugal acabou por ter acesso a uma “assistência financeira de cerca de 90 milhões de dólares.”²⁰

A assistência disponibilizada a Portugal assumiu uma função determinante na balança financeira. Todavia, o seu papel não terá sido tão determinante como em outras economias europeias, como por exemplo, Inglaterra e França. Mais especificamente, o Plano Marshall trouxe a Portugal vantagens de ordem comercial reduzindo as dependências do nosso país em termos de exportações e importações, equilibrando a balança comercial; a integração de Portugal no Sistema Internacional,

¹⁸ Salazar, A. (1935). *Discursos e notas políticas*. Volume IV: 1943-1950. Coimbra: Coimbra Editora, p. 585.

¹⁹ OEEC. (1948). *History and Structure*. Paris: OEEC, p.65.

²⁰ Moreira, T. (2016). *História Das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: D. Quixote, p. 433.

aliando-se ao bloco ocidental e evitando assim estar isolado na cena internacional; podemos também considerar depois da leitura da investigação de Pedro Cantinho Pereira que Salazar pretendia uma “legitimização internacional do regime instaurado em Portugal”²¹ ao aproximar-se de uma cooperação europeia.

Contudo, a OECE tinha chegado com um objetivo maior de ajudar num processo de liberalização das trocas comerciais que possibilitou aos produtos nacionais uma maior facilidade e flexibilidade de entrada nos mercados europeus.

Como sustentado por Isabel Maria Freitas Valente, o governo português começou a dar maior importância à sua representação diplomática no seio da OECE, considerando António de Oliveira Salazar que “A OECE constitui o que de mais construtivo se tem feito na Europa.”²²

É esta visão “bipolar” de Salazar, movida por interesses próprios, entre um abraço europeu sem perder o olhar sobre os ideais da soberania do Estado da altura, que permite a Portugal uma maior abertura para a Europa. Através do Plano Marshall e da OECE, Portugal estava agora mais perto da Europa e teria a hipótese de modernizar o seu mercado e a sua economia.

1.3. Ars longa, vita brevis da OECE

A OECE semeava importantes mudanças em território europeu, no entanto, esta Organização tinha deixado de dominar uma das suas principais vantagens de gerir o sistema de pagamentos europeus; França, em dezembro de 1958, decidiu também abolir as quotas do seu comércio privado em 90%; cumulativamente, a criação da CEE (1957) originou uma divisão entre EM's da OECE, criando a ameaça de uma queda nas exportações desses Estados para os países da CEE.²³ Era latente a divisão entre os EM's da CEE que, conjuntamente, com o surgimento da EFTA (1960), fazia-se sentir a necessidade de voltar a reequilibrar o ocidente.²⁴

²¹ Pedro Cantinho Pereira, *ob. cit.*, pp. 595-609.

²² PCM, Estado Novo, CMCE, NP118, SUM 58/12, 11 de dezembro de 1958, p. 3. *apud* Freitas Valente, I. (2015). Calvet de Magalhães: Pensamento e Acção. Bruxelles: Lang, Peter Brüssel, p. 138.

²³ Meerhaeghe, M. (1971). *International economic institutions*. New York: St. Martin's Press, p. 185.

²⁴ A Associação Europeia de Comércio Livre (*EFTA*) foi constituída pela Convenção de Estocolmo, assinada a 4 de janeiro de 1960, vindo assim abrir uma porta alternativa à Comunidade Económica

Face a estes acontecimentos era necessário encontrar-se um novo rumo para a OECE, um novo lugar para esta Organização no mundo. Foi neste sentido que foi criado um grupo de trabalho composto por peritos em Organizações económicas popularmente conhecido como o “Grupo dos quatro”,²⁵ que estariam encarregados de redigir um relatório²⁶ em que constavam as principais funções da nova Organização, que contemplaria os desejados novos ventos de mudança para agrado de todos os EM’s, assim como, uma proposta de redação da Convenção da referida nova Organização.

Foi neste rumo de pensamento que a 14 de dezembro de 1960 (passados 13 anos da criação da OECE), foi assinada em Paris por vinte²⁷ países, a Convenção da nova Organização. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), entra em vigor a 30 de setembro de 1961, sendo vista como “uma nova página da história da cooperação económica do pós-guerra” (OCDE, 1960).

A mudança de nomenclatura de Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) para Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) traduz o facto de países não europeus²⁸ serem agora membros em pleno exercício de poderes, deixando de ser uma Organização europeia para se amplificar à escala transatlântica e mundial. A palavra “Europa” deu lugar à palavra

Europeia (CEE, 1957). Foram Membros fundadores a Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça e Reino Unido (Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte). Estes países tinham como objetivo nuclear a criação de uma organização intergovernamental que visasse a promoção de uma zona de livre comércio e a integração económica dos seus Estados, menos institucional que a CEE o que viria a ser o seu principal “defeito”. Portugal deixou de pertencer à EFTA em 1986, assinando o tratado de adesão à CEE a 12 de junho de 1985. Atualmente, são ainda membros da EFTA a Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

²⁵ Warren Randolph Burgess (EUA), Bernard Clappier (FR.), Sir Paul Gore-Booth, *Baron Gore-Booth (ING.)*, e Xenophon Zolotas (GR.).

²⁶ Arquivo histórico da OCDE: Burgess, W., Clappier, B., Gore-Booth, P. and Zolotas, X. (1960). *Une organisation économique renouvelée*. Paris, Organisation européenne de coopération économique. (Relatório oficialmente publicado a 7 de abril de 1960).

²⁷ Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça, Turquia.

²⁸ Canadá e Estados Unidos da América.

“Desenvolvimento” indicando que esta transformada Organização doravante colocaria no seu epicentro estratégico a Ajuda ao Desenvolvimento.²⁹

Pode-se constatar que esta transformação seria previsível através de uma análise mais atenta dos acontecimentos históricos. A OECE, fundada em 1948, por dezoito países sedentos de estabilidade e paz, com o intuito de executar a ajuda americana e recuperar as economias europeias de um pesadelo ainda recente, chegava agora a um ponto em que via parte da sua missão cumprida. Em 1960 era já possível à OECE afirmar que “o equilíbrio entre todas economias dos seus EM’s e a economia dos EUA tinha sido restaurada.”³⁰

Face a estes acontecimentos, nesse mesmo ano, reunindo representantes dos dezoito países europeus membros da OECE juntamente com os EUA e Canada, debateu-se um novo rumo para a Organização. Uma nova agenda transformadora era, por conseguinte, necessária e urgente.

Nos termos do artigo primeiro, esta nova Organização continuaria a ordem de trabalhos da OECE em dois aspetos fundamentais; “o estudo dos problemas relativos ao comércio e aos assuntos relativos à expansão económica, mas sobre um plano mais vasto que incluía os países da América do Norte. Como novidade, contemplaria a ajuda aos países em desenvolvimento que não fazem parte da Organização.”³¹

Aquando da passagem de testemunho entre Organizações foi elaborado um documento elucidativo³² sobre os sucessos atingidos pela OECE durante o seu mandato (1948-1961). Através da análise dos dados, como os índices de produção industrial, índice de produção agrícola, comércio externo, balança de pagamentos, energia, construção, reservas de ouro e moeda, podemos afirmar que a ajuda americana e a consolidação da sua gestão através da OECE foram fundamentais para a recuperação das economias europeias.

²⁹ Como referido pelo Embaixador José Calvet de Magalhães em 1980, INA: “Foi então com o fim das negociações de Estocolmo (EFTA) que o sentimento de que a OECE precisava de uma reestruturação começa a ser dominante, “transformando-a num organismo mais amplo que deveria incluir como membros os EUA e o CAN, e possivelmente outros países industrializados, e orientar-se sobretudo para a ajuda ao Desenvolvimento, não apenas entre países membros, mas igualmente em relação aos países menos desenvolvidos do chamado “terceiro mundo”.

³⁰ OECD, (1961). *PRESSE/A(61)21*. p. 61.

³¹ *ibidem*.

³² *Ibid*. pp. 63-69.

Para Portugal, a integração no seio da OECE trouxe vantagens visíveis a vários níveis como: a liberalização económica até 1960; a colocação da indústria de Portugal numa base concorrencial; modernizou os instrumentos e metodologias no domínio do comércio externo e ainda; a criação efetiva da união aduaneira num plano regional.

Nesta investigação, através das várias leituras explicitadas e da análise de elementos como os supracitados, consideramos, à semelhança de outros historiadores³³, que a aproximação de Portugal à Europa aconteceu, de facto, com a adesão de Portugal à OECE em 1948. Não sendo possível num relatório de estágio aprofundar-se, mais especificamente, tais temáticas de ordem histórica, mais consideramos, no seguimento das leituras realizadas, que foram em muito positivas, as vantagens da ajuda Marshall para Portugal.

A posição do Estado Novo, designadamente, do Presidente do Conselho português, António de Oliveira de Salazar, foi sempre de um ceticismo duro e convicto. Todavia personalidades como o Embaixador Ruy Teixeira Guerra e o Embaixador José Calvet de Magalhães, através de uma “diplomacia à portuguesa”, conseguiram que Portugal tivesse uma visibilidade político-diplomática de notoriedade bastante positiva, muito devido às relações humanas e profissionais que foram estabelecidas pelo corpo diplomático da altura, dotado de uma visão económico-social mais aberta que permitiram a Portugal estar presente nas várias instâncias Internacionais históricas da altura.

³³ Pedro Cantinho Pereira defende este argumento na sua tese de doutoramento. A sua tese de doutoramento já referenciada anteriormente foi um elemento de leitura fundamental para elaboração da componente histórica deste relatório.

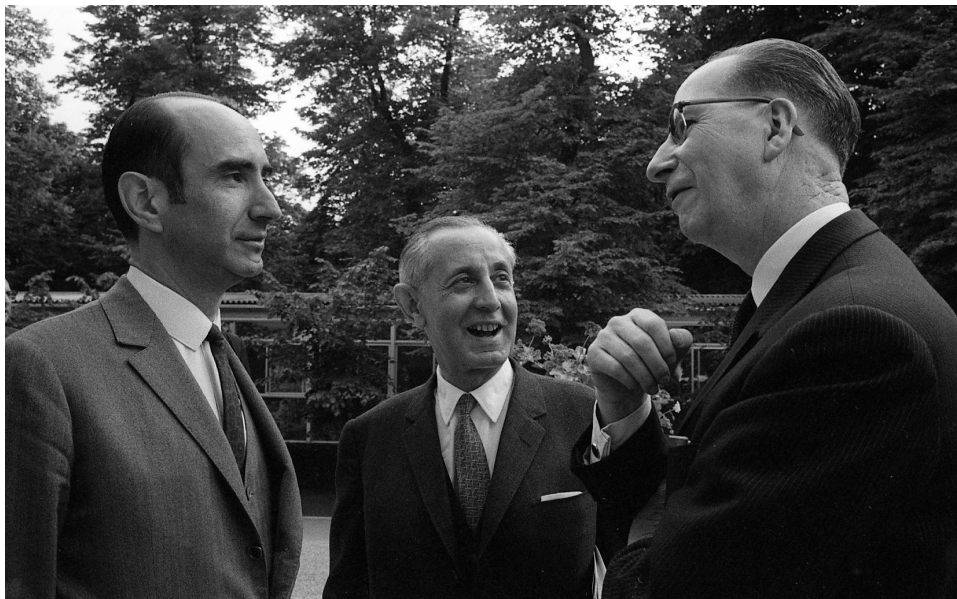


Imagem 1: ©Leo Jouan for OECD. Ao centro O Embaixador Ruy Teixeira Guerra nas celebrações da OCDE do 20º aniversário do Plano Marshall, 5 de junho de 1967, neste momento já como Embaixador de Portugal na Suíça.



Imagem 2: ©Leo Jouan for OECD. À esquerda O Embaixador José Calvet de Magalhães, Representante de Portugal junto da OCDE, numa reunião de Ministros da Agricultura dos EM's da OCDE que decorreu de 26 a 27 de fevereiro de 1964.

2.A OCDE

2.1.Convenção da OCDE (1960)

Em 1960, no momento da transformação da OECE para a OCDE, uma nova Convenção ficaria para a história e merece ser mencionada neste capítulo, visto ser pela mesma que hoje se rege a Organização.³⁴ Do primeiro capítulo pretende-se reter que não se trata, de raiz, de uma nova Organização mas sim de uma transformação de uma Organização, ou ainda, uma “Organização reconstituída”,³⁵ respondendo às necessidades diplomáticas, moldando-se à nova realidade internacional, doravante no seio desta Organização de dimensão transatlântica, dotada de “tarefas novas” e de “objetivos mais largos”³⁶.

A Convenção da OCDE contempla em si 21 artigos que regulamentam o funcionamento da Organização tendo sido assinada a 14 de dezembro 1960 em Paris, fazendo Portugal representar-se neste dia histórico por J. G. Correia de Oliveira. Foram igualmente assinados o Protocolo Adicional n.º1 relativo à representação das Comunidades Europeias no seio da OCDE; o Protocolo Adicional n.º 2 relativo à capacidade jurídica da Organização, privilégios, isenções e imunidades; o Memorando de Entendimento (“Memorando de Acordo”) para a aplicação do artigo n.º 15 da Convenção da Organização (ao qual faremos especial menção posteriormente); e por fim, o Protocolo relativo à revisão da Convenção da OECE, de 16 de abril de 1948.³⁷

Nos termos do artigo 1.º da referida convenção, a Organização deve promover políticas no sentido de “(a) realizar a mais forte expansão possível da economia e do emprego e uma progressão do nível de vida nos países membros, sem deixar de manter a estabilidade financeira e contribuir assim para o desenvolvimento da

³⁴ arquivos da OCDE, C(2015)100. *Resolutions of the Council on the governance of the organisation*. Conselho, arquivos históricos da Organização, 15 de Julho de 2015. Afirma-se no início do capítulo sobre a estrutura da Governança da OCDE que a Convenção que estabelece a organização em epígrafe “...remains relevant and pertinente and provides all the latitude to adjust the Organisation's institutional mechanisms to its needs now and after enlargement. “

³⁵ Arquivo histórico da OCDE: Burgess, W., Clappier, B., Gore-Booth, P. and Zolotas, X. (1960). *Une organisation économique rénovée*. Paris, Organisation européenne de coopération économique. p. 55

³⁶ Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (1960). Paris: OCDE. Encontra-se em anexo uma cópia da Convenção da OCDE, obtida no Arquivo Histórico-diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (AHD/MNE).

³⁷ Encontram-se igualmente em anexo, junto à Convenção em epígrafe, cópias dos Protocolos e MdE assinados a 14 de dezembro 1960, no momento da assinatura da Convenção.

economia mundial; (b) contribuir para uma sã expansão económica nos países membros, assim como nos não membros, em via de desenvolvimento económico; e ainda (c) contribuir para a expansão do comércio mundial sobre uma base multilateral e não discriminatória em conformidade com as obrigações internacionais.”

Para além desta nova dimensão universal da Cooperação Económica para o Desenvolvimento, encontramos nesta Convenção, através da frase “reconhecendo que as suas economias dependem cada vez mais umas das outras”, ecos da imagem de marca da OCDE, a interdependência, que ainda hoje se mantém inalterável. Esta noção de interdependência entre os vários EM’s é o motor que move, em nossa opinião, ainda hoje a OCDE. Atualmente, dispomos de um distanciamento histórico que nos permite observar, que é esta interdependência e a correta criação de sinergias que torna a OCDE uma Organização Internacional única e, como veremos ao longo deste relatório, berço intelectual de várias temáticas de extrema relevância da atualidade.

Destacamos a importância do artigo n.º 15 visto que é nele que encontramos toda a base legal respeitante à personalidade jurídica da Organização e ainda da continuação da Ordem de Trabalhos da OECE. A personalidade jurídica da OECE foi efetivamente preservada na nova Organização (OCDE), contudo “as decisões, recomendações e resoluções” necessitaram de aprovação do Conselho (órgão máximo da Organização) para serem legalmente aplicáveis, seguindo-se a data de entrada em vigor da Convenção. Tal informação já fazia parte das recomendações do relatório do “Grupo dos quatro” como sendo “a solução mais prática, evitando complicações técnicas”.³⁸ Sendo o artigo n.º 15 de especial atenção jurídica, como já referido, foi assinado o MdE que implementa as devidas funções do artigo em epígrafe, acordando que “Os representantes dos signatários no Conselho votarão a aprovação dos atos da OECE em conformidade com a recomendações do Comité Preparatório.” Neste sentido, o seguimento da Ordem de Trabalhos da OECE dependeu sempre da aprovação em Conselho.

Podemos constatar ainda que a Convenção da génese da OCDE é, de carácter geral, detentora de uma noção moderna da cooperação económica intergovernamental

³⁸ Arquivo histórico da OCDE: Burgess, W., Clappier, B., Gore-Booth, P. and Zolotas, X. (1960). *Une organisation économique renouvée*. Paris, Organisation européenne de coopération économique. pp. 55-56.

transatlântica e da Ajuda ao Desenvolvimento de Membros e não Membros. Numa base multilateral e não discriminatória, através da construção do consenso entre Membros. Não existe neste núcleo o propósito de se criarem obrigações legais aos seus EM's relativamente às suas políticas (legislação), mas sim uma determinação, através da instrumentalização do *Soft Power* (conceito que será aprofundado neste relatório) em apoiar os governos dos seus EM's para se alcançar um crescimento económico sustentável, concordante com as boas práticas da Organização. A OCDE afigura-se assim como uma Organização Internacional pluralista, independente de governos e partidos políticos, detentora de uma estrutura humana relevante que pretende o crescimento económico e social dos seus EM's, facilitando o contato com os não membros e zelando por uma efetiva cooperação, através de uma diversificada diplomacia económico-social moderna, adaptável e de resposta às necessidades dos seus membros.

2.2. Estrutura Orgânica da OCDE



Imagem 3: *Who drives the OECD'S work.* Disponível em: <http://www.oecd.org/about/whodoeswhat/>, [acedido em 24 de maio de 2016].

A OCDE encontra a sua ação tripartida em três órgãos indissociáveis na sua gestão diária: Conselho, Comitês e Secretariado.

A pedido dos EM's da Organização, o Secretariado da OCDE é quem está mandatado a realizar investigações e consequentemente a apresentação dos resultados das suas pesquisas e análises aos respetivos Comités, onde se encontram reunidos os Representantes dos EM's afim de ser trocada a informação e ser discutida num fórum de debate. Nos Comités podem estar representados desde Conselheiros da Representação diplomática da OCDE em Paris a peritos nacionais. Essas mesmas discussões são reportadas ao Comité Executivo e ao Conselho, representando este último o órgão máximo da OCDE, liderado pelo Secretário Geral da Organização, sendo ainda este, o órgão que detém o poder de decisão. Recorremos ao documento C(2015)100 do Conselho da OCDE, de 13 de julho de 2015 para, de forma mais aprofundada, apresentar esta Organização e a sua estrutura de governança.

Existem duas línguas de trabalho oficiais na OCDE, o Inglês e o Francês. De salientar que durante todo o estágio notou-se que o Francês perde notoriedade. Apesar de ser uma língua oficial, muitas foram as vezes em que Representantes da Delegação francesa pediram a palavra durante as sessões, incluindo Comités Permanentes e Conselho, apelando à consciência da Organização para o facto de o Francês ser língua oficial da Organização e, todavia, os documentos em francês raramente estarem prontos atempadamente, contrariamente à versão inglesa.

2.2.1.O Conselho

Detentor do poder de decisão da OCDE, é composto por um representante de cada EM, ao nível de Embaixadores (Representantes Permanentes junto da OCDE). O Conselho reúne-se, regra geral, mensalmente, salvo exceção, se for convocado um Conselho Extraordinário, ou se a Agenda de Trabalhos for extensa, nesse caso existirá mais que uma sessão por mês. Podem ainda ter lugar eventos de Alto Nível que reúnam o Conselho, tais como, visitas de Chefes de Estado de outros países a esta Organização.

O Conselho reúne-se ainda, a nível ministerial, uma vez por ano para discutir questões de fundo políticas e definir as prioridades estratégicas do trabalho da OCDE no próximo ano, reunião popularmente conhecida pelas suas siglas inglesas *MCM* (*Ministerial Council Meeting*). O Secretariado executa o trabalho que o Conselho

define na sua Agenda, realizando-se este paralelamente ao trabalho de cada departamento, que suportam os diversos comités e subgrupos.

O Conselho é liderado pelo seu representante legal, designadamente, o Secretário-Geral da Organização, cargo assumido, neste momento por Ángel Guria, desde 2006³⁹. O SG detém responsabilidades “políticas, de execução e de gestão”⁴⁰, como é o caso do Programa de Trabalho e Orçamento (*PWB*) em que a proposta é feita pelo SG, seguindo-se da necessária aprovação do Conselho para um período bienal.

As decisões a serem tomadas regem-se por um sistema conhecido como pontos “A” e pontos “B”. Estes, constam separadamente nas agendas de cada sessão do Conselho. Pontos “A” correspondem a temas preparados por um dos três comités permanentes e cujo objetivo é serem adotados pelo Conselho sem existência de debate. Por sua vez, os pontos “B” correspondem a temas que devem ser decididos pelo Conselho, apenas, após debates entre os EM’s. Cabe ao Presidente de cada Comité Permanente, seguindo o “procedimentos de tomada de decisão”⁴¹ da Organização, decidir se apresenta os temas ao Conselho como ponto “A” ou “B”.

2.2.2.Os Comités

Existem, aproximadamente, cerca de 250 Comités de Trabalho e respetivos órgãos subsidiários (Grupos de Trabalhos e Grupos de Peritos na OCDE). É no seio dos Comités que são debatidos temas como a economia, educação, emprego, comércio, mercados financeiros, ciência, entre outros. Todavia não nos seria possível apresentá-los a todos e analisá-los com justiça merecedora. Acresce ainda o facto de no decorrer do estágio - como apresentado na introdução - ter existido um foco basilar no CRE (então presidido por Portugal) e no Conselho. Como tal serão estes os mais aprofundados neste relatório de estágio quando descritas as atividades no seio da Delegação Permanente de Portugal na OCDE.

³⁹ O mandato de um SG da OCDE tem a duração de 5 anos.

⁴⁰ Arquivos da OCDE, C(2006)78/REV1/FINAL. *Revised Resolution of the Council on a new Governance structure for the Organisation*. Conselho, arquivos históricos da Organização, 10 de Fevereiro de 2011.

⁴¹ cf. Com os pontos n.º 12, 17, 18, 23, 24 e 25 do documento oficial C(2015)100, *ob.cit.*, p. 11

Relativamente aos Comitês, existem 3 Comitês Permanentes (*Standing Committees*) que respondem diretamente ao Conselho: o Comité Executivo (*ExCom*), o Comité das Relações Externas (*ERC*), e o Comité do Orçamento (*BC*).

Cada Comité tem um Presidente (eleito pelo Conselho) e dois Vice-Presidentes (eleitos pelo respetivo Comité), através de consenso e de um “processo justo e transparente.”⁴², podendo estes serem reeleitos por mais um mandato unicamente. Cada Comité é responsável por reunir-se, salvo exceções, uma vez por mês, e através de consenso construir a sua estratégica agenda de trabalhos.

Existe ainda a possibilidade de serem criados Grupos de Trabalho para investigações aprofundadas de temáticas específicas de relevância para a Organização.

2.2.3.O Secretariado

Atualmente é composto por uma equipa de mais de 3000 a 3600 efetivos (dos quais cerca de 2000 no "quadro") que apoiam os trabalhos dos diversos Comitês da Organização, através das suas investigações e análise de dados.

O trabalho do Secretariado, como já referido, é dirigido pelo SG da Organização e detém ainda como chefia quatro Vice-Presidentes-Gerais (Deputy Secretaries-General).

Será também de salientar a importância das boas relações entre o corpo diplomático da Delegação e o Secretariado da OCDE para uma eficaz comunicação e troca de informação, que em muito facilita o trabalho do corpo diplomático representado naquela Delegação.

⁴² *Ibidem*, p. 7

3. Orçamento e Programa de Trabalho da Organização⁴³

A OCDE é financiada pelos seus EM's. Através de uma fórmula matemática que quantifica a economia de cada Estado, é obtida a contribuição nacional que cada país deverá entregar à Organização. A referida fórmula matemática depende essencialmente do PIB, mas também de outros fatores como a população e área geográfica do país.

O país que mais contribui são os EUA correspondendo a 21% do orçamento total da OCDE, seguindo-se o Japão. Portugal assume a vigésima sétima posição com uma contribuição de 0.99%.⁴⁴

Atualmente, o Orçamento da OCDE divide-se em duas grandes partes (“Parte I e Parte II”), todavia nem sempre foi assim. Inicialmente o Orçamento afigurou-se como um todo que com o Crescimento das atividades da OCDE começou a escassear, agravando-se ainda o fato de que, nem todos os países concordavam com as novas áreas prioritárias. Neste sentido, podemos afirmar que a “Parte I” perdeu capacidade de ambição de crescimento sobretudo, não sendo consensual entre todos. Como tal, a solução encontrada foi a criação da Parte II, que tem como objetivo envolver apenas os países interessados em novas atividades de sectores políticos especiais não abrangidas pela “Parte I”, embora que para tal, seja necessário um consenso total. Ainda assim, este acaba por ser facilitado. A esta “Parte II ou Programas⁴⁵” correspondem ainda as Contribuições Voluntárias, aplicando-se a mesma formula da Parte I mas apenas aos países que pertencem a determinado Programa. A “Parte I” corresponde às contribuições obrigatórias dos EM's (podem existir outras fontes de rendimento, como é o caso das publicações), que corresponde a 53% do Orçamento total da Organização e a “Parte II” a 27%.

⁴³ Este conjunto de informações foram retiradas através da análise do seguinte documento: Arquivos da OCDE, C(2008)92/REV1. *Financial Regulations of the Organisation*. Conselho, arquivos históricos da Organização. Em vigor desde dezembro de 2013.

⁴⁴ Dados referentes ao ano de 2015, em Página oficial da OCDE, (2016). *Budget*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/about/budget/>, [acedido em 3 de junho de 2016].

⁴⁵ “Parte II Programas - Programas que, à luz dos seus acordos de conteúdo, de participação ou de financiamento, o Conselho decidiu incluir na parte II do orçamento. Estes programas podem ser de interesse comum a um número limitado de membros, ou dizem respeito a sectores de atividade específicos não abrangidos pela parte I.” (tradução livre) In documento oficial C(2008)92/REV1, *ob. cit.*, p.20.

O esquema de contribuições obrigatórias em vigor para OCDE foi aprovado por consenso em 2008, prevendo não só uma adaptação progressiva das contribuições para cada EM por um período de 10 anos, mas também consagrando o princípio do Crescimento Real Zero (*ZRG*). Contrastando com o anterior princípio de Crescimento Nominal Zero (*ZNG*).

O Programa Trabalho e Orçamento (*PWB*) da Organização é o projeto de Orçamento que é elaborado pelo Secretariado bienalmente. Previamente é também realizado o *Médium Term Orientations (MTO)*, que consiste num preenchimento de um inquérito (de 2 em 2 anos) por parte de cada País Membro servindo de base para a elaboração do *PWB*. É através deste questionário que os EM's definem as suas áreas de atividade prioritárias a serem futuramente implementadas pela Organização, correspondendo assim esta hierarquização de prioridades a uma efetiva distribuição dos recursos financeiros.

O Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) está inserido na “Parte I” do Orçamento e a Agência Internacional da Energia (AIE) e o Fórum Internacional dos Transportes (FIT) na “Parte II”.

4. Know-How da OCDE

“Soft power is a staple of daily democratic politics.”

Joseph S. Nye, Jr., *Soft power: the means to success in world politics*. p. 28

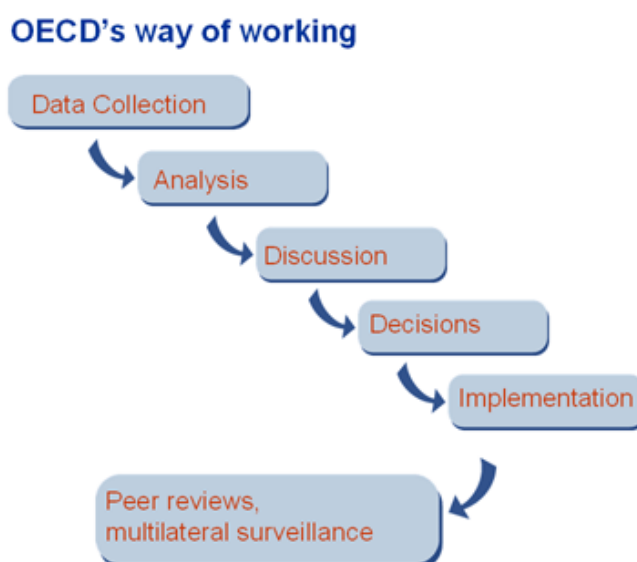


Imagem 4: Forma de atuar da OCDE. Página oficial da OCDE, disponível em: <http://www.oecd.org/about/whatwedoandhow/>, [acedida em 25 de maio de 2016].

A OCDE destaca-se, em nossa opinião, pela sua forma de atuar e pelo seu *Know-How* em vários domínios. Nomeadamente, será importante referir que, indissociavelmente, as duas características acima referidas são o fator de sucesso da Organização, particularmente, nos anos mais recentes.

Através dos meios de comunicação social podemos constatar que a OCDE é amplamente reconhecida no domínio económico (contudo não se restringindo neste), muito pela sua vantagem da variedade dos dados de informação e de esta ter várias dimensões. Mais especificamente, 1. Cobertura e variedade geográfica (“O clube dos mais ricos” em conjunto com os *Key Partners (KP)*, i.e., geometria variável); 2. Série temporal (dados disponíveis dos últimos 68 anos) e 3. e não menos importante, o facto de ser Multisectorial (não apenas nos sectores chave motores da economia como também nos sectores basilares de capacitação da sociedade.) Em cada sector

existe uma capacidade de validação extrema que faz com que a coerência dos dados esteja muito próxima da realidade.

Estamos, portanto, perante uma comparabilidade mínima (segura) entre todos os Países Membros que permite uma análise económico-social de nível superior, em nosso entender, uma capacidade superior às NU, que justificamos muito devido à coerência interna dos dados da OCDE; devido a ser detentora de menos EM's e os mesmos serem países mais evoluídos.

Estamos perante uma Organização cujo desempenho na Cooperação entre as Nações tem representado uma mais valia na cena internacional, enfrentando e conseguindo com sucesso, adaptar-se aos desafios da globalização. Representa hoje uma das principais fontes de base de dados estatísticos, económicos e sociais mundialmente invejáveis, destacando-se o seu papel, especialmente, na área Económica, Cooperação para o Desenvolvimento, do Desenvolvimento Sustentável e Crescimento Verde, Bem-Estar, Educação, Paraísos Fiscais, Investimento, entre outros. Como reiterado por Joseph Nye que “informação é poder”, a OCDE é hoje detentora de um grande poder se tivermos em conta a sua base de dados estatísticos.

Conseguindo aplicar o potencial da sua base de dados, juntamente com o bom uso da 1. Avaliação às políticas dos países (*Peer Review*⁴⁶), 2. Acordos, Normas e Recomendações (Instrumentos legais), com todo o acompanhamento exaustivo contínuo aos seus EM's, culminando nas suas reconhecidas 3. Publicações, tornam esta Organização num fórum único de intelectualidade prática.

Através de uma leitura da obra de Joseph Nye, *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (2004), percebemos que assistimos por parte da OCDE a um uso eficaz da aplicação do *Soft Power*. Como o autor descreve “*Soft power is a staple of daily democratic politics. The ability to establish preferences tends to be associated with intangible assets such as an attractive personality, culture, political values and institutions, and policies that are seen as legitimate or having moral authority.*” (Nye, p. 28-29). Ora, a prática diária da OCDE assenta exatamente nos

⁴⁶ Consiste num exercício de avaliação do esforço e desempenho dos EM's da OCDE, sob um complexo processo de revisão efetuada pelos seus Pares. Exemplo disso é o Exame Pelos Pares da OCDE à Cooperação para o Desenvolvimento em Portugal. No ano de 2016 os países examinadores a Portugal foram a República Checa e o Luxemburgo. Aqui é necessário entender o conceito de *Peer pressure* de grupo que consiste num “exercício” em que os 35 EM's exercem pressão para cada um ser avaliado.

pontos acima descritos, tendo como grande vantagem o facto de não existirem fins punitivos nem legislativos para os EM's, apenas recomendativos sobre a interpretação dos dados por si recolhidos.⁴⁷ Tal procedimento, sela a ponte entre o Soft Power e a OCDE que, como reitera Joseph Nye na Política Internacional, os recursos que produzem Soft Power resultam, maioritariamente, dos valores da Organização através dos exemplos que define pelas suas práticas e políticas internas e na forma como se relaciona com os outros. (Nye, p.32)

5.Exames OCDE

Embora não tenhamos tido um contato direto com nenhum destes exames, consideramos pertinente existir uma menção aos que consideramos de maior relevância no seio da Organização e de maior reconhecimento Internacional. Designadamente, aos Exames Económicos, aos Exames do CAD à Cooperação e aos Exames ao Ambiente.

5.1.Exames Económicos

Inseridos no seio do *Economic and Development Review Committee (EDRC)*, existe, logo à partida, uma característica diferenciadora de todos os outros que consiste no facto de serem detentores de um Secretariado permanente apenas para os exames económicos. Através do mecanismo de “pressão dos pares” da OCDE, este Comité tem como função examinar as “tendências económicas e políticas de cada país membro da Organização⁴⁸ e também dos *KP*, avaliando o desempenho das suas economias, finalizando com recomendações políticas futuras”⁴⁹. Tal exercício é realizado bienalmente, para cada país.

⁴⁷ Na OCDE não existe uma garantia de que os países implementem as recomendações, existe apenas uma base voluntária. Neste relatório de estágio entende-se que tal especificidade é uma vantagem.

⁴⁸ Já existiram casos isolados, não membros da OCDE, que tiveram a oportunidade de passar por esta experiência “*one-off*” como foi o caso do Chile e da Roménia. Neste caso existe um trabalho entre o EDRC e o departamento das Relações Globais da OCDE.

⁴⁹ Informação em Página oficial da OCDE, (2016). *Peer Review in Economic Surveys: the role of the EDRC*. [online] disponível em <http://www.oecd.org/site/peerreview/peerreviewineconomicsurveystheroleoftheedrc.htm>, [acedido em 12 de junho de 2016].

O processo dos Exames Económicos baseia-se num trabalho minucioso do Secretariado que se inicia cerca de um ano antes do mesmo ser publicado. Inicialmente, tem lugar uma visita à capital, onde são realizadas reuniões com funcionários do governo, investigadores académicos, parceiros sociais e outros peritos para recolha de informação, entre outros elementos de apoio.

Apenas numa fase posterior, a mesma equipa, dotada agora do seu diretor, continua a missão política no sentido de se discutirem conclusões preliminares com os mais altos responsáveis políticos, neste caso, o Ministério das Finanças, altos funcionários do governo, o Banco Central e ainda deixando abertura a sindicatos e confederações empresariais. São convidados dois países para serem examinadores. Comparativamente a outros Exames OCDE, a diferença é que os países examinadores não têm o poder de “examinar” o país. A função que efetivamente lhes é incumbida será de resumirem num documento “*one-page*” as suas principais observações sobre o relatório. Este processo culmina com uma discussão em comité com duração de um dia, em que alterações textuais e visões alternativas sobre o texto final podem aqui ser acordadas entre os EM’s da OCDE.

5.2.Exames ao Ambiente⁵⁰

À imagem de outros domínios políticos, no ambiente verifica-se uma grande vontade dos Estados em verem acontecer tratados, declarações, promulgação de leis ambientais, entre muitos outros mecanismos à disposição. Todavia na década de 90, com o aumento da preocupação com as temáticas ambientais, verificou-se que a dificuldade se encontrava em “garantir que as assinaturas se concretizassem”, isto é, passar do papel às ações. Em termos de clima, falamos em políticas geracionais, que demoram algum tempo a poderem ser efetivamente postas em práticas e retirarem-se conclusões sobre a sua implementação bem como vantagens ou desvantagens da mesma.

Foi nesse sentido que os Ministros do Ambiente solicitaram à OCDE que o desempenho ambiental dos países membros fosse avaliado tendo sido esse mandato oficialmente criado na MCM em junho de 1991.

⁵⁰ A informação aqui descrita foi obtida através de uma entrevista com o Eng. Pedro Liberato, agora, antigo Conselheiro do ambiente junto da OCDE, cargo que ocupou durante 11 anos.

O exercício *Environmental Performance Review (EPR)* foi lançado em 1992, realizando-se com uma frequência de 8 em 8 anos. No referido exame está incluído sempre uma visita ao país abrangendo um período entre 1 a 2 semanas, em que existe uma preocupação sobre a descentralização administrativa, isto é, visitas e reuniões com vários setores, nomeadamente, câmaras municipais, água, áreas protegidas, entre outros. Depois do relatório ser produzido, o mesmo é discutido numa sessão diária em Comité, sendo o Comité soberano nas suas recomendações.

5.3.Exames do CAD à Cooperação

Cada país membro do CAD é examinado a cada 4-5 anos, chefiado por 2 examinadores (de dois EM's do CAD). Neste exame estão contidos uma visita, regra geral, de 5 cinco dias à capital do país, seguindo-se uma visita a um país que se identifica como tendo cooperação com o país examinado (sendo este o dador do mesmo). Todo este processo pode demorar cerca de 6 meses, culminando numa publicação. O relatório será discutido numa sessão diária de CAD, no final da qual, o país aceitará as recomendações. A reunião tem como objetivo final discutir e acordar as recomendações finais.

Os objetivos nucleares dos exames pelos pares do CAD são de ajudar os países a melhorar a sua estratégia e estruturas de cooperação para o desenvolvimento e, oferecer aos membros do CAD uma partilha de experiências e identificação de boas práticas.

O CAD dispõe ainda de um Guia de Referência para apoiar os seus exames pelos pares, fornecendo assim uma estrutura conceptual a todas as suas análises por igual. Este Guia de Referência está organizado “de acordo com 7 dimensões-chave essenciais para uma entrega eficaz da cooperação para o desenvolvimento e assistência humanitária em vários contextos de desenvolvimento.”⁵¹

⁵¹ Arquivos da OCDE, DCD/DAC(2014)52. *Dac Peer Review Reference Guide 2015-2016*. CAD, arquivos históricos da Organização, 23 de outubro de 2014.

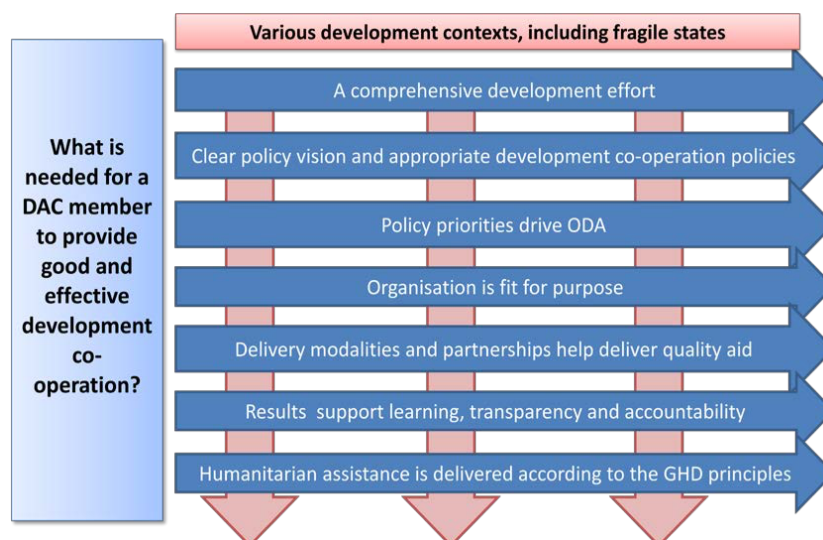


Imagem 5: Quadro que evidencia as sete dimensões-chaves supramencionadas. In DCD/DAC(2014)52, *ob.cit.*, p. 3.

6. Centro de Desenvolvimento da OCDE

O Centro de Desenvolvimento da OCDE é um lugar sem exemplo na comunidade internacional, onde os seus membros podem partilhar experiências e enriquecer as suas políticas de apoio ao desenvolvimento económico e social. Atualmente o Centro é detentor de 51 membros⁵², designadamente, 27 EM's da OCDE e 24 países em desenvolvimento ou economias emergentes, sendo que a União Europeia também participa dos trabalhos do Conselho executivo (*Governing Board*).

O que torna este Centro tão especial é o facto de conseguir reunir num mesmo palco político membros de uma Organização Internacional como a OCDE, reconhecidos pelas suas fortes economias, em pé de igualdade de diálogo e de troca de experiências com economias emergentes. Oferece, desta forma, uma análise metodológica num quadro global mais rico e mais forte, possibilitando assim o crescimento ou fortalecimento de economias mais competitivas e sociedades mais inclusivas. O Centro trabalha sempre numa relação de estreita cooperação com os restantes departamentos da OCDE, particularmente as afetantes ao domínio do

⁵² África do Sul, Alemanha, Argentina, Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Cazaquistão, Chile, Colômbia, Coreia, Costa do Marfim, Costa Rica, Dinamarca, Egipto, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Finlândia, França, Gana, Grécia, Índia, Indonésia, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Marrocos, México, Noruega, Países Baixos, Panamá, Peru, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República da Maurícia, República Dominicana, República Popular da China, Roménia, Senegal, Suécia, Suíça, Tailândia, Tunísia, Turquia, Uruguai, Vietnam.

Desenvolvimento, nomeadamente, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD). Neste momento a direção do Centro de Desenvolvimento da OCDE é assumida pelo seu diretor Mario Pezzini.

6.1. Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)

Como já referido com a nova Convenção que fundou a OCDE em 1960 (em vigor a partir de setembro de 1961), nasceram um conjunto de comités, entre eles, o CAD. Hoje, representa um fórum mundial único de Financiamento de Ajuda para o Desenvolvimento, contando com o apoio dos seus 29⁵³ membros e ainda com estatuto de observadores, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Como também já foi referido, a título introdutório, o CAD é responsável por apoiar as NU em assegurar o ambicionado sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e tem desempenhado um papel fundamental na formação dos principais compromissos internacionais no domínio do Desenvolvimento, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e ainda a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento.

7. Projetos Horizontais da OCDE

Os projetos horizontais da OCDE são uma iniciativa organizacional que cada vez mais ganham terreno. Na verdade, começaram a surgir em resposta a uma necessidade da Organização de abranger cada vez mais setores. Ao longo dos anos, a OCDE tornou-se cada vez mais intersectorial e multidimensional nas suas análises, e foi, neste sentido, que naturalmente vieram a nascer muitos novos projetos agrupados neste domínio dos projetos horizontais. Objetos de uma estreita cooperação entre dois ou mais departamentos ou setores políticos que analisem questões transversais, sempre dentro de um prazo estabelecido e em resposta a um mandato específico. O atual SG da Organização, Ángel Guría, tem oferecido um maior destaque a estes

⁵³ Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canada, Coreia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estados Unidos Da América, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Suécia, Suíça, União Europeia.

projetos, tornando-os, atualmente, num dos principais domínios estratégicos da OCDE, carregando a mensagem “*whole-of-OCDE*” approach⁵⁴.

No decorrer do estágio não estivemos diretamente envolvidos em nenhum projeto horizontal da OCDE, todavia foi-nos possível - e daí esta mesma menção – acompanhar os debates ao longo dos meses no seio do Conselho sobre os mesmos, nomeadamente, na altura, mais aprofundadamente, sobre o *New Approaches to Economic Challenges (NAEC)*⁵⁵, *All on Board for Inclusive Growth*⁵⁶, e *Aligning Policies for the Transition to a Low-carbon Economy*⁵⁷.

8. Relações Globais da OCDE

O departamento das Relações Globais⁵⁸ da OCDE consiste no esforço do conjunto dos EM's da OCDE em apoiar e partilhar as boas práticas da Organização com economias emergentes, promovendo o seu desenvolvimento económico. Como expresso na Convenção que fundou a referida Organização, no seu artigo n.º1, “A contribuir para uma sã expansão económica nos países membros, assim como nos não membros, em via de desenvolvimento económico;” Acrescendo que o artigo n.º 12 enumera que a OCDE pode “Dirigir comunicações a Estados não membros e organizações; Estabelecer e manter relações com Estados não membros e organizações; Convidar Governos não membros e organizações a participarem nas atividades da organização.”

⁵⁴ Expressão habitualmente fundada pelo Secretário-Geral da OCDE, visível em publicações OCDE, nomeadamente, de forma exaustiva, no relatório anual do SG aos Ministros de 2014 (p.55) e ainda em intervenções do próprio SG da OCDE.

⁵⁵ Projeto lançado no seio da na MCM de 2012 com o mandato de reflexão e análise sobre as raízes, consequências e futuras lições a retirar da crise económica.

⁵⁶ Projeto lançado em 2012 em resposta ao mandato ministerial do NAEC com o objetivo nuclear de criar uma agenda estratégico-política para o domínio do Crescimento Inclusivo. Tendo já entregue uma publicação “*All on Board: Making Inclusive Growth Happen*”, é objetivo da OCDE apresentar um relatório síntese no decorrer da MCM de 2016.

⁵⁷ Este projeto foi lançado na sequência da Declaração Ministerial 2014 sobre Alterações Climáticas, que convidou a OCDE, a Agência Internacional de Energia (AIE), o Fórum Internacional dos Transportes (FIT) e a Agência da Energia Nuclear (AEN) a desenvolver orientações para os países membros e parceiros sobre a melhor forma de alinhar as suas políticas para uma efetiva transição para uma economia de baixo carbono. O relatório final foi entregue no decorrer da MCM de 2015.

⁵⁸ Atualmente o Presidente das Relações Globais da OCDE é o Dr. Marcos Bonturi.

Foi possível constatar durante todo o decorrer do estágio que é conferida uma importância de excelência a este núcleo, visto como estrategicamente prioritário para a Organização e seus EM's.⁵⁹

Neste departamento está inserido o importante Comité Permanente das Relações Externas e as relevantes relações com os KP. Encontramos aqui também toda a estrutura de negociações e trabalho com países em processo de adesão e ainda grupos de trabalho importantes. Os que serão aqui mencionados, por serem aqueles em que mais participámos, serão os *Informal Reflexion Groups (IRG's)*, ou, Grupos Informais de Reflexão, onde são debatidos temas estratégicos sobre os KP da Organização.

Foi nesta esfera de trabalho que o estágio se focou mais incisivamente. Todavia, não podendo fazer, neste relatório, menções explicativas aos temas abordados no seio das reuniões do âmbito de trabalho das relações globais, tomámos a liberdade de fazer um pequeno resumo dos temas em discussão. Estes foram sendo publicados no site da OCDE e, desta forma, a eles faremos menção, apoiados nessa fonte de informação pública.⁶⁰

No decorrer do estágio e nomeadamente das reuniões a que assistimos no domínio das Relações Globais da OCDE, foi-nos possível perceber o importante papel de dois instrumentos estratégicos das Relações Globais da OCDE:

1-Os Programas-Países da OCDE. No momento estavam na mesa os Programas-Países do Cazaquistão, Marrocos e Peru e ainda um outro Programa-País, ainda em discussão e menos abordado, com a Tailândia.

2-Os Programas Regionais ou, como frequentemente apelidado pela Organização o “diálogo regional”, que reforça as relações com outros países, trocando boas práticas e levando estes países a aderirem a instrumentos da OCDE. Na altura em que decorreu o estágio estavam na

⁵⁹ “Recognising that the OECD's relationships with non-member economies are even more fundamental in today's interdependent world than they were when the Organisation was founded...”. possível de consultar em página oficial da OCDE, (2016). Global Relations. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/globalrelations/globalrelationsstrategy/#d.en.194384> [acedido em 3 de junho de 2016].

⁶⁰ OCDE, (2015). “Secretary-General's Report to Ministers 2015”, Edições OCDE, Paris. Disponível em <https://www.oecd.org/about/secretary-general/SG-Annual-Report-to-Ministers-2015.pdf> [acedido em 17 de maio de 2016].

mesa o Programa do Sudeste Asiático, com grande foco no Médio Oriente e Norte da África, Eurásia e Sudeste da Europa. Existiam igualmente discussões para um futuro programa para a América Latina e ainda mecanismos que pudessem fortalecer a componente regional de trabalho da OCDE no continente africano.

Estivemos presentes no seguimento de um momento delicado da história internacional devido à anexação da Crimeia por parte da Rússia, em que se seguiram um conjunto de decisões que envolveram diretamente as Relações Globais, nomeadamente o CRE. Foi feito um pedido dos EM's da OCDE para um fortalecimento das relações com a Ucrânia, tendo o Secretariado das Relações Globais da OCDE como missão preparar um Programa de Trabalho com o referido país.

Presenciámos igualmente um acordo (*Framework Agreement*) entre a China e a OCDE sobre o Programa de Trabalho conjunto entre a Organização e a China, assinado com o Ministério do Comércio chinês, marcando desta forma as comemorações do 20º aniversário das relações da OCDE com a China.

Estivemos ainda presentes, a 9 de abril de 2015, no momento em que a Costa Rica e a Lituânia foram oficialmente convidados a iniciar formalmente diálogo de negociação de adesão da OCDE.

8.1.Key Partners

O Brasil, a China, a Índia, a Indonésia e a África do Sul são os *KP* da OCDE. Nestes países reside o compromisso de estarem em conformidade com as boas práticas da Organização, devendo participar ativamente nos Comitês da OCDE. Cada Comité pode convidar estes Parceiros com estatuto de convidado ou participante, sem prévia aprovação do Conselho. Apenas é necessária tal aprovação se for desejado estatuto de associado para aqueles países⁶¹.

⁶¹ Os parceiros podem ser convidados sob três estatutos diferentes: convidado, participante e associado. Designadamente para o primeiro são convidados para uma reunião de cada vez, apenas para temas não-confidenciais; como participante usufruem do direito de participar em todas as reuniões de determinado Comité, apenas não confidenciais. Por fim, associados podem ser parte de um Comité, projeto ou discussão de um instrumento legal usufruindo de iguais direitos e obrigações dos EM's da Organização, excluindo a participação em reuniões sobre a adesão de novos membros à Organização. cf. Arquivos da OCDE, C(2012)100/REV1/FINAL. Conselho. *Revised Resolution of the Council on Partnerships in OECD Bodies*. Arquivos históricos da Organização, 4 de dezembro de 2015. pp. 2-9

Quanto aos *KP*, foi-nos possível concluir que não existe propriamente uma igualdade participativa no seio deste grupo de países. Por outras palavras, conseguimos perceber que existe uma maior participação e uma maior adesão aos instrumentos jurídicos chave da OCDE por parte de alguns *KP* em comparação com outros, que em nosso entender poderia ser mais equilibrada.

8.2. Países em Processo de adesão à OCDE

Um processo de adesão à OCDE envolve sempre a vontade do país em ser parte integrante da Organização. Factualmente, os países formalizam esta vontade através da redação de uma carta onde é expressa a ambição de ser um EM da OCDE. Trata-se, portanto, de um processo de espontânea vontade. Contudo, caso a OCDE venha a dar continuidade a essa ambição, é necessário por parte do país um maior rigor e determinação em cumprir todos os requisitos e boas práticas da Organização, como os *Roadmap* e consecutivamente, os *actionplan* criados para cada país em vias de adesão.

Em 2007, o Conselho da OCDE decidiu oficialmente abrir o processo de negociação de adesão do Chile, Estónia, Israel, Federação Russa e Eslovénia como EM's da Organização. Em 2010 o Chile, a Estónia, Israel e a Eslovénia tornaram-se Membros da OCDE. Todavia, em 2014, o Conselho da OCDE (12.03.2014) tomou a decisão de adiar todo o tipo de negociações e atividades relativas ao processo de adesão com a Rússia no seio da Organização, devido ao seu comportamento político recente, designadamente, com a anexação da Crimeia.⁶²

⁶² No seguimento da reunião do Conselho de 12.03.2014 foi unanimemente decidido adiar, todo o tipo de trabalhos relativos ao processo de adesão da Federação Russa à OCDE, afirmando publicamente da seguinte forma: “the OECD has postponed activities related to the accession process of the Russian Federation to the OECD for the time being.” e reiterando o apoio da Organização à Ucrânia. “OECD Member countries also agreed that the OECD should respond positively to Ukraine's request to further strengthen existing OECD-Ukraine co-operation to take advantage of the OECD's expertise to address the public policy challenges it faces.” Em página oficial da OCDE, (2014). *Statement by the OECD regarding the status of the accession process with Russia & co-operation with Ukraine*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/russia/statement-by-the-oecd-regarding-the-status-of-the-accession-process-with-russia-and-co-operation-with-ukraine.htm> [acedido em 3 de junho de 2016].

De referir que todo este constrangimento diplomático foi sentido ainda durante o decorrer do estágio em que várias vezes o assunto foi abordado, existindo falta de consenso quanto à forma de tratamento com a Rússia. Ao nível do Conselho, a que nível a Rússia deveria ser convidada para grupos, entre outros. Se por um lado existia um grupo de países abertos à continuação dos trabalhos em conjunto, por outro lado, erguia-se opostamente, outro grupo disposto a suspender a participação da Rússia nos trabalhos da Organização.

Novamente em maio de 2013, voltou-se a abrir uma porta para o alargamento da Organização ao iniciarem-se oficialmente negociações no sentido de uma adesão da Colômbia e da Letónia à OCDE. Como já referido anteriormente, foi face a este acontecimento, que em 1 de julho de 2016 a Letónia se tornou o 35º membro da OCDE.

Como também já mencionado, a 9 de abril de 2015, a Costa Rica e a Lituânia foram convidadas a iniciar formalmente diálogos de negociação de adesão da OCDE.

Atualmente, com a crise que afetou grande parte dos EM's da OCDE ousamos esboçar aqui o raciocínio que a atratividade de pertencer à Organização em epígrafe já não será a mesma. Por este motivo, é necessário do ponto de vista económico e geoestratégico, voltar a equilibrar a geografia. Por outras palavras, a integrar países que voltem a repor o PIB total da OCDE nos $\frac{3}{4}$, isto é, 75% do PIB mundial. Percebemos que enfrentamos uma nova realidade e que será necessário integrar países de áreas geográficas que contrariam a realidade histórica.

8.3. Comité das Relações Externas

O CRE, como já anteriormente referido, é um dos três Comités Permanentes da OCDE. É um dos três órgãos subsidiários do Conselho, gozando do privilégio de ser detentor do Secretariado das Relações Globais da OCDE.

Se fosse possível fazer uma comparação, o CRE, seria a personificação da Política Externa de um Estado. É no seio deste que se debatem, definem, propõem e concretizam os mais engenhosos instrumentos das Relações Externas da OCDE, como as relações com os *KP*; Programas-Países⁶³; Programas Regionais⁶⁴ e ainda Iniciativas Regionais⁶⁵.

⁶⁴ Na altura em que decorreu o estágio foi possível o contato com o Programa Regional do Sudeste Asiático (*SEARP*), MENA (Médio Oriente e Norte África) e euroasiático (*EURASIA*).

⁶⁵ Na altura em que decorreu o estágio foi possível o contato com as Iniciativas Regionais *LAC* (*Latin America and the Caribbean*), contando esta com grande apoio de Portugal devido à posição geoestratégica. Existia na altura, igualmente, a Iniciativa Regional *Sahel*. Contudo nunca houve nenhum contacto durante o período de estágio.

8.4. Portugal na Presidência do CRE: um acontecimento histórico

Em novembro de 2014, O Embaixador de Portugal junto da OCDE, jubilou com a notícia de que Portugal tinha sido escolhido consensualmente, para assumir a Presidência do CRE. Eleito por um ano, renovável uma vez, sucedendo assim ao seu colega francês.

Tratou-se de um acontecimento histórico para Portugal, pois escrevia-se pela primeira vez na história de Portugal, que um Representante Permanente do nosso país assumiria a Presidência do Comité das Relações Externas daquela Organização. Tratando-se do CRE, o “arquiteto” responsável pela Política Externa da OCDE, Lisboa orgulhou-se de receber tal notícia.

Conseguimos, através de um olhar atento às anteriores presidências do CRE, constatar que, até então, tendencialmente, tal cargo vinha sendo assumido por Chefes de Missão de países do G20. Era chegada a hora de Portugal (um pequeno e médio Estado) se erguer entre os demais. Note-se que Portugal derrotou o Japão, facto igualmente histórico (quer pela dimensão do país, quer pela dimensão das contribuições à Organização).

O Embaixador Paulo Vizeu Pinheiro presidiu ao seu primeiro Comité das Relações Externas a 14 de novembro de 2014, ao lado dos já Vice-Presidentes Representantes Permanentes Adjuntos, o Canadá e a Finlândia.

De destacar ainda, e não menos importante que, para Portugal, esta eleição teve uma grande importância devido ao relevante debate que o nosso país queria trazer para a mesa da OCDE relativamente a África. Uma maior ligação da Organização com o continente africano sempre foi, estrategicamente, objetivo do atual Embaixador junto da OCDE. Portugal estava agora sentado numa nova cadeira, onde teria mais visibilidade e onde poderia, diplomaticamente, trazer temáticas enraizadas na política externa portuguesa, como as nossas fortes relações com os PALOP.

Neste rumar de pensamento consideramos relevante evocar, a título justificativo desta nossa afirmação, um excerto da intervenção de Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, proferido no seio Conselho da OCDE, no momento da sua visita oficial que teve lugar no dia 16 de

março de 2015, apelando a um estreitar de laços da Organização com o continente africano:

“The OECD, I believe, should also keep an increasingly attentive eye on Africa. Going beyond the Development Cluster, the OECD seems well-suited to be a natural partner in various fields of public policy, particularly in the areas of education, innovation, investment, trade, energy and infrastructure. Portugal, with its links to portuguese speaking countries, has undertaken an active role in the sphere of bilateral cooperation, but much more can be achieved to assist emerging economies in Africa in promoting sustainable development.”

9.A Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE

José Calvet de Magalhães explora no seu Manual Diplomático (1985)⁶⁶ conceitos que aqui serão abordados, devido à riqueza histórico-bibliográfica que assentam nesse manual. Especificamente mostra-nos (P.21-22) que foi devido à intensa atividade diplomática italiana que as missões diplomáticas deixaram de ser temporárias passando para um registo permanente, isto é, tendo um Embaixador a residir na missão diplomática. Em Itália esta transformação ocorreu por volta de 1400 com o senhor de Milao Giangaleazo Visconti, já em Portugal teve lugar, mais tarde, como refere Calvet, em 1512, tendo sido designado o Embaixador João de Faria para residir em Roma.

Em 1948, na conferência que oficializou a fundação da OECE, foram o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caeiro da Mata, e o Embaixador de Portugal em Paris, Ruy Teixeira Guerra que representaram Portugal neste acontecimento histórico. A 10 de janeiro de 1956 o Embaixador José Tomás Cabral Calvet de Magalhães tomou posse como Representante Permanente da Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE. Atualmente, esse mesmo posto de Chefe de Missão⁶⁷ é assumido pelo Embaixador Paulo Vizeu Pinheiro desde 18 de fevereiro de 2013.

⁶⁶ Magalhães, J. (1985). *Manual diplomático*. Lisboa. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁶⁷ cf. Artigo 14º da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, celebrada em Viena em 18 de abril de 1961 disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/808727/convencao-viena-relacoes-diplomaticas.pdf> [acedido em 21 de abril de 2016].

10. Atividades desenvolvidas na Delegação portuguesa junto da OCDE

“...as relações entre os Estados modernos são de natureza extremamente complexa e variado o que, só por si, fornece já a diplomacia moderna um conteúdo mais rico e diversificado, exigindo ao agente diplomático uma maior preparação.”

José Calvet de Magalhães (1985)

O trabalho desenvolvido é um trabalho diário que consiste em estabelecer relações diplomáticas no seio de uma Organização Internacional, neste caso da OCDE. Tal é assumido pelo corpo diplomático da Delegação e pelo seu secretariado, caracterizando-se por ser uma estrutura humana reduzida, contrastando com o grande leque de temas a seu cargo.

A representação do Estado português junto da OCDE cabe ao 1. Representante Permanente junto da OCDE – a ser Embaixador diplomático ou político –, 2. Representante Permanente Adjunta (RPA ou ainda comum apelidar-se de N°2) e 3. equipa de Conselheiros técnicos, assumindo as diversas pastas da OCDE juntamente com a RPA.

Nesta Delegação a divisão é feita da seguinte forma:

- Embaixador Paulo Vizeu Pinheiro: Representante Permanente (Embaixador diplomático de carreira)

- Dra. Teresa Kol de Alvarenga: RPA, assumindo as pastas dos Comitês Permanentes, Assuntos Fiscais, Política de Regulamentação, Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), Corporate Governance e Educação.

- Eng. Pedro Nunes Liberato: Conselheiro Técnico responsável pelas pastas do Ambiente, Produtos Químicos, Desenvolvimento Territorial, Agricultura, Pescas, Saúde, Aço, Construção Naval, Alterações Climáticas, Desenvolvimento Sustentável, Agência Internacional de Energia, Agência de Energia Nuclear, Fórum Internacional dos Transportes.

- Dra. Ana Paula Fernandes: Conselheira Técnica que assume as pastas da Cooperação para o Desenvolvimento. Estatísticas, Eficácia da ajuda, Avaliação,

Igualdade de Género, Ambiente e Desenvolvimento, Redução da pobreza, Governação, Estados Frágeis e Diálogo Internacional, Desenvolvimento de Capacidades, Paris 21, Centro de Desenvolvimento, Parceria para África (APF), Grupo DEVGoals da OCDE. Políticas Sociais, Migrações, Sociedade da Informação, Comunicação e Internet, Governação Pública, Centros de governo, Investimento e Combate à Corrupção, Emprego e Assuntos Sociais, Política Científica e Tecnológica.

- Dr. Paulo Leiria: Conselheiro Técnico que assume as pastas do Comércio, Concorrência, Indústria, Mercados Financeiros, PME, Seguros e Pensões, Turismo, Política dos Consumidores, Política Económica, Exames Económicos e Políticas de Desenvolvimento, Estatísticas.

O Objetivo nuclear da Delegação Permanente de Portugal é de “promover a representação de Portugal junto da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), assegurando igualmente a participação técnica nos trabalhos da Organização, bem como identificar as medidas consideradas necessárias à consecução dos seus fins e à execução das decisões da OCDE que interessem Portugal.”⁶⁸

10.1. Visita ao Centro de Investigação e Arquivos Históricos da OCDE

6 a 10 de junho de 2016

Embora esta experiência se encontre já fora do contexto do estágio, parece-nos essencial descrevê-la em primeiro plano, para uma melhor compreensão da experiência, do tipo de redação que nos é efetivamente permitida pela Organização e ainda a riqueza que esta visita teve a nível de investigação académica.

No decorrer da escrita deste relatório de estágio, deparámo-nos com alguns constrangimentos relativamente ao acesso a documentos oficiais e vitais para um melhor entendimento pessoal sobre a Organização e posterior entendimento do júri sobre a experiência adquirida no estágio. Mais especificamente, gostaríamos de ter conseguido justificar a experiência obtida com alguns dados oficiais, agendas, documentos de reuniões, entre outros. Todavia, no seio da OCDE coexistem três

⁶⁸ Página oficial da Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE. (2012). “Documentos/Objetivos”. [online] disponível em: <http://www.portugal-ocde.com/documentos/objetivos.pdf> [acedido em 4 de abril de 2016].

níveis de classificação para a informação oficial: “Não Classificada”, “De Uso Oficial” e “Confidencial”. Designadamente, um documento “De Uso Oficial” munido de cota apenas passará a “Não Desclassificado” passado um período de 3 anos, a partir da data da sua publicação e, um documento “Confidencial” apenas será desclassificado passados 6 anos desde a data da sua publicação, salvo hajam objeções levantadas por algum EM.

Face a este acontecimento, deparamo-nos com o complexo desafio de descrever a experiência do estágio sem ser possível recorrer aos documentos oficiais, isto é, aos temas tratados no seio das reuniões em que a participámos. Como tal, caricatamente à imagem da OECE, tornou-se necessário dar um novo rumo ao exercício de redação. Não nos foi, porém, difícil optar por enriquecer este relatório, com um percurso histórico da Organização visto que se sempre ambicionamos atingir um relatório de estágio rico em conteúdo e não apenas limitando-se à descrição das atividades *per se*.

No decorrer desta visita e depois de devidamente informados sobre a classificação da informação da Organização, foi-nos fornecida uma série de elementos históricos anteriores a 1997. Muito útil se verificaram, a Convenção da fundação da OECE e da OCDE, o relatório do Grupo dos quatro e ainda um conjunto de livros históricos sobre ambas as Organizações em epígrafe.

Foi-nos ainda concedida a autorização de consultar microfichas com documentos oficiais já desclassificados e fotografias históricas de Portugal na OCDE, como as que podem ser visualizadas na página 11 deste relatório que, amavelmente, nos foram concedidas em formato eletrónico.

Porém, não podemos deixar de referir a complexa ginástica burocrática a que um investigador está sujeito para aceder à informação desejada. Exemplo disso será ter-nos sido comunicado que não se poderia mencionar determinadas informações, que depois confrontados com comunicados de imprensa da Organização, já nos foi permitido referir até certo nível, ou ainda, ter que enviar, eletronicamente, cotas de documentos para efetivamente confirmar a sua natureza de classificação atual.

A maior dificuldade residiu no CRE e no Conselho, em que nos foi transmitido o seguinte: «il n'est pas sûr que vous trouviez grand-chose étant donné la sensibilité des informations contenues dans ces documents»⁶⁹.

Embora com algumas dificuldades no acesso à informação, para devidamente justificar algumas experiências mais ricas perante o júri no momento da defesa, avaliamos esta visita de uma extrema riqueza, em que pudemos estar em contacto com documentos históricos a que não teríamos acesso de outra forma.

10.2. Correspondência Diplomática

Uma das responsabilidades que estive a nosso cargo durante o decorrer do estágio e, representando a tarefa mais recorrente na nossa agenda de trabalhos, tratou-se da correspondência diplomática.

Existem diversas formas de correspondência diplomática. José Calvet de Magalhães, através da sua obra, “Manual Diplomático”⁷⁰ (1985) redige um capítulo sobre o tema, em que divide a correspondência interna. Isto é, aquela que é trocada entre os serviços diplomáticos e consulares de um mesmo Estado e correspondência externa, aquela que é trocada entre dois Estados diferentes.

O nosso trabalho, no decorrer do estágio, constituiu-se, na sua maioria, no uso de uma das formas de correspondência interna, o telegrama diplomático. Calvet de Magalhães descreve caricatamente que “Um telegrama, como é sabido, é um texto muito sintético, evitando-se todas as palavras inúteis...”. Apelando à nossa experiência, podemos igualmente afirmar que, é um texto que preza a clareza e síntese no momento de relatar as atividades daquela representação do Estado Português junto da OCDE. Os artigos devem ser retirados da escrita, as frases devem ser curtas deixando transparecer o ambiente sentido pelo relator, isto é, a chamada sensibilidade diplomática.

Inicialmente, acompanhados num momento de correção, em primeira instância da RPA e por último do Sr. Embaixador, avaliámos este exercício de escrita como

⁶⁹ Notificação que nos chegou via correio eletrónico, no dia 10 de maio de 2016 no seguimento da preparação da nossa visita ao Centro de investigação da OCDE, nomeadamente, em resposta a algumas questões que colocámos relativamente ao acesso a documentos e respetivas regras de confidencialidade.

⁷⁰ José Calvet de Magalhães, *ob. cit.*, pp. 115-123.

sendo a tarefa mais árdua do estágio. Não no que respeita à sensibilidade diplomática, mas pela dificuldade em diferenciar o essencial do acessório. Foi necessário adaptar a nossa forma de redação àquele, para nós, novo modelo, sem artigos, curto, de poucas palavras, porém carregadas de significado político e detentoras de importantes mensagens sobre as nossas ações diárias no seio da OCDE.

Toda a elaboração de projetos de relatório para envio por telegrama ou outra correspondência diplomática, por nós redigidos, salvo algumas raras exceções, foram endereçados ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Respetivamente discriminado em formato de sigla, no cabeçalho do telegrama, constava o destino mais específico inserido na orgânica do MNE. Em todos constava em primeiro plano a Direção de Serviços das Organizações Económicas Internacionais (SEM), que se insere na estrutura orgânica da Direção-Geral de Política Externa (DGPE) do MNE. Dependendo dos temas abordados no telegrama, outras siglas constariam, nomeadamente, assuntos relevantes às nossas embaixadas portuguesas espalhadas pelo mundo. A título exemplar, hipotético, se de um almoço com o Embaixador dos Países Baixos se tratasse, o telegrama chegaria igualmente à Embaixada de Portugal em Haia. Tivemos ainda contato com dois tipos de telegrama diplomáticos, confidencial e secretos, cujo grau é igualmente especificado no cabeçalho aquando do envio da correspondência.

O modelo de telegrama diplomático segue por norma, um formato geral, iniciando por apresentar o evento, data e presenças. Seguindo-se os objetivos da reunião, apresentações de cada interveniente, salientando os pontos fortes e fracos, culminando na enumeração das várias intervenções feitas pelos EM's (a existirem) e qual o teor de cada uma, sendo esta a parte mais relevante e mais delicada. O telegrama termina comunicando que serão enviados os respetivos documentos da reunião em anexo deixando informações adicionais quanto a próximas reuniões ou outras notas conclusivas.

Todos os telegramas são assinados pelo Embaixador ou pelo Encarregado de Negócios que, respetivamente significa a pessoa que mandatada pelo Embaixador, ficará responsável pela Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE, caso o Embaixador tenha que se ausentar por motivos de viagens de trabalho ou outros, a ser normalmente a RPA.

Publicações e outro correio (cujo peso se justifique) será enviado posteriormente através da Mala Diplomática, que é feita quinzenalmente pela Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE.

O envio dos telegramas diplomáticos está a cargo de um funcionário da Delegação, que envia os telegramas através do “serviço da cifra”, tratando-se de uma pequena sala com lugar apenas para uma pessoa, cuja responsabilidade consiste em dar saída e entrada de telegramas, transmitindo-os de imediato aos outros respetivos membros do secretariado aquando da sua chegada.

Não podemos, todavia, deixar de salientar que é notável também neste domínio, com o avanço da tecnologia, as mudanças que se fazem sentir. Já é possível deparar com telegramas escritos de forma corrente, isto é, sem preocupação em encurtar seja o que for (na realidade, hoje em dia não se paga pelo envio dessas mesmas palavras que em outros tempos tinham um custo para o Estado). Por outro lado, tratando-se de correspondência confidencial e outras vezes secreta, sentimos que o peso destas palavras tende a perder alguma importância. Com o envio de documentação através de correio eletrónico, entre outras formas modernas de partilha de informação e comunicação, a segurança das comunicações tendencialmente sofrerá riscos.

10.3. Comité das Relações Externas da OCDE

Como já anteriormente referido, em novembro de 2014 teve início o estágio e, nesse mesmo mês, Portugal assumiu a Presidência do CRE da OCDE. Seguiram-se, no período em que o estágio decorreu, as seguintes reuniões: - 14 de novembro de 2014; 15 de dezembro de 2014; 14 de janeiro de 2015; 11 de fevereiro de 2015; 12 de março de 2015; 16 de abril de 2015.

Como se pode constatar assistimos a seis sessões do CRE, apoiando desde a sua organização logística, como a preparação da pasta para o Sr. Embaixador (doravante Presidente do CRE), assistindo às sessões, tomando as devidas notas, culminando na produção dos telegramas diplomáticos que posteriormente eram enviados a Lisboa (MNE) e respetivas Embaixadas, como anteriormente explanado.

Em termos de preparação, foi sempre, por parte de Portugal, visto como prioridade e ainda sinónimo de boa prática, reunir-se com os Vice-Presidentes (FIN e

CAN) representados ao nível de RPA, numa reunião preparatória a três em que a agenda de trabalhos era passada em revista, ponto a ponto, avaliando eventuais dificuldades, quais os países que apresentariam objeções, tentando antecipar uma efetiva condução do Comité por parte do Presidente.

Seguindo-se do «*bureau*» que reunia, mais uma vez ao nível de RPA, todos os países presentes nas reuniões do CRE (EM's OCDE) voltando a repetir-se o exercício de preparação antecipada da reunião do Comité, passando em revista os diversos pontos da agenda, tendo presente igualmente elementos do Secretariado da OCDE, cuja função é apresentar alguns temas.

Na ordem de trabalhos das sessões do CRE, foi feito sempre um ponto de situação relativamente às relações da OCDE com os *KP*. Tal justifica-se porque, como já salientámos, os *KP* representam efetivamente uma prioridade absoluta para as atividades deste Comité. Dependendo da agenda, os pontos “A” eram lidos em pouco menos de dez minutos, salvo se fossem levantadas objeções por algum Estado, seguindo-se os Pontos “B” para debate, onde se concentra a ação nuclear do CRE. Tratando-se a OCDE de uma Organização em que as decisões devem ser tomadas por consenso, assistimos, designadamente no CRE, a um prolongamento extraordinário das sessões devido a bloqueios de consenso por parte de EM's e, podemos afirmar que foi verdadeiramente nestes momentos que assistimos à máquina diplomática totalmente engrenada e em pleno funcionamento. Foi neste momento que conseguimos perceber a agilidade dos Estados em fazer prevalecer as convicções das suas capitais, dos seus governos, cuja representação e defesa de interesses lhe foi incumbida bem como as fragilidades de cada um. Foi nestes traços, que apenas, grosso modo, podemos descrever que se concentra a riqueza da nossa experiência, na negociação diplomática, na convicção dos Estados e também nas suas fragilidades. Fazendo um exercício intelectual, do particular (casos específicos) para o geral (teoria), conseguimos entender o constrangimento que um bloqueio de consenso pode gerar e a força que o mesmo tem no momento da tomada de decisão numa Organização Internacional como a OCDE; a complexidade de uma estrutura como a OCDE no momento de tomada de decisões e ainda no cumprimento escrito das obrigações *VS* prática; conseguimos igualmente entender os objetivos estratégicos contraditórios entre os EM's e ainda, não menos importante, o peso da diversidade cultural de cada Estado.

Em termos práticos, para além da produção dos telegramas diplomáticos como exercício diário, existiram outros trabalhos de redação textual igualmente relevantes no seio do CRE, como as Brochuras das Relações Globais da OCDE:

Apoiámos na redação de textos para duas brochuras OCDE sobre a relação estratégica com dois dos *KP*, a Indonésia e a China.

Tratando-se de pequenos textos, ajudaram-nos a perceber a dimensão da importância das palavras na esfera diplomática. Aprendemos a interagir nesse universo, adquirindo uma noção mais coesa da forma como as mensagens político-diplomáticas devem ser transmitidas e da relevância da escolha das palavras. Sempre tendo em atenção o país a quem se dirige especificamente a mensagem, adequando o texto à imagem cultural desse país, para que a sua receção obtenha o desejado sucesso.

10.4.OECD EURASIA WEEK

25 a 27 de novembro de 2014

Tratou-se da primeira vez que a OCDE organizou uma semana dedicada a região Eurasiática. Um encontro anual, conseguindo reunir os mais Altos Representantes da região Eurasiática juntamente com os EM's da OCDE, Organizações Internacionais, sector privado empresarial, universo académico, contando ainda com a Sociedade Civil. Esta semana tem como objetivo fomentar o diálogo com a região Eurasiática; fortalecer relações; apresentar oportunidades de negócios na região, fortalecendo a sua competitividade; trazer para a mesa de debate uma paleta de temáticas que proporciona a partilha de experiência, conhecimentos e boas práticas entre todos os intervenientes.

No ano de 2014 as sessões temáticas dividiram-se entre o Fórum de Negócios, Políticas de Crescimento Verde para PME's e Integridade e Transparência.

No âmbito das várias sessões que acompanhámos no decorrer deste evento, foram examinados os desenvolvimentos da região, nomeadamente, no que toca à Integridade, Transparência e Combate à Corrupção, destacando os países que com mais sucesso tinham conseguido uma efetiva implementação de políticas nos seus países.

Este evento tratou-se da nossa primeira aproximação a este tema dentro da organização e, tratando-se do amplo espectro de temas abordados, inicialmente a produção dos relatórios não se revelou fácil. Contudo, conseguimos absorver que a OCDE, com este tipo de eventos, pretende reforçar a sua cooperação regional, aproximando estes países da Organização. Como analisado ao longo desta semana, estes países tiveram uma evolução bastante positiva nos últimos anos, conseguindo reduzir para metade a taxa de pobreza e, como destacado pelo SG da OCDE, a região conseguiu uma taxa de 4,5% de crescimento comparando com os 1,3% da OCDE relativo ao ano de 2013⁷¹. Tais noções mostraram-nos uma nova realidade geográfica que nos permitiu também começar a observar o globo de outra forma e entender melhor as relações globais e estratégicas da Organização.

10.5. Informal Reflexion Groups

Os *IRG's*, inseridos no domínio do CRE, focam-se nuclearmente nas relações com os *KP*, existindo um *IRG* para cada um dos referidos países, ou seja, 5 grupos. O seu objetivo é criar uma estrutura informal que facilite o diálogo político com estes países, de forma a estreitar relações com a OCDE. É da responsabilidade do Presidente do CRE, coordenar todas as presidências dos Grupos de Reflexão Informal com os *KP*. É ainda consensualmente escolhido no seio do CRE, um Representante Permanente junto da OCDE (Embaixador) para liderar cada grupo e até duas Vice-Presidências. No decorrer do estágio tivemos a oportunidade de assistir aos seguintes *IRG's*: 18 de dezembro de 2014: *IRG* Índia; 9 de março de 2015 (KR): *IRG* Indonésia; 12 de janeiro de 2015 (UK): *IRG* China.

Os *IRG's* a que assistimos representaram, na sua globalidade, uma oportunidade única para troca de pontos de vista entre EM's OCDE sobre a atual situação de cada país em questão. Através de convidados (diplomatas ou peritos) de cada país que, juntamente com o Presidente do *IRG* do país em questão, era apresentado o perfil económico e social do país que, em seguida, era alvo de intervenções por parte dos EM's OCDE, revelando as suas preocupações quanto aos pontos mais críticos.

⁷¹ É possível ler-se, na íntegra, a intervenção do SG da OCDE, na abertura do evento em Página oficial da OCDE, (2016). *OECD Eurasia Week*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/about/secretary-general/oecd-eurasia-week-opening-remarks.htm> [acedido em 28 de abril de 2016].

De um modo geral, como já referido nos *KP*, também nestas sessões fomos sensíveis às disparidades e contrastes entre este grupo de países. Nestes debates informais de reflexão, tal era possível de ser sentido com mais facilidade, fosse através dos números, fosse através da qualidade das apresentações.

De salientar que os *IRG's* representam uma fonte de matéria vital para o CRE, contribuindo com um relevante valor intelectual para as sessões, onde é sempre feito um ponto de informação sobre os mesmos, que pode, inclusivé, conduzir a futuras iniciativas com os *KP*.

10.6. Países da América Latina e Caribe

Apresentação das “Perspetivas Económicas para a América Latina 2015”, 26 de fevereiro de 2015.

Teve lugar, na Casa da América Latina em Paris, a apresentação da 8ª edição da publicação “Perspetivas Económicas para a América Latina 2015”, subordinado ao tema “Educação, Competências e Inovação para o Desenvolvimento”.

Publicado em dezembro 2014 em Veracruz (MX), na Cimeira Ibero-Americana, pelo Centro de Desenvolvimento em conjunto com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e com a Comissão Económica para América Latina e Caraíbas (CEPAL), este relatório tem como problemática nuclear o aumento da competitividade e produtividade dos Países da América Latina. Partindo da caracterização macroeconómica da região, assim como da análise dos três pilares essenciais desta publicação, respetivamente, Educação, Competências (*skills*) e Inovação, são apresentadas recomendações para a adoção de políticas promotoras de uma mudança estrutural para um desenvolvimento económico e social da região.

Devido à sobrecarga da agenda na Delegação, assegurámos este evento e através do mesmo conseguimos perceber a atual fragilidade económica da região, salientando a OCDE, na sua comunicação que “pela primeira vez, em 10 anos, o crescimento na região era menor do que o da OCDE” tendo o PIB da região caído abaixo dos 1,5% em 2014⁷².

⁷² Intervenção completa em página oficial da OCDE (2016). Présentation des Perspectives économiques sur l'Amérique Latine 2015. [online] disponível em:

Contrariamente ao que analisamos com a região Eurasiática, neste caso em particular, a OCDE detém um papel mais do que de “estimulador económico” para a América Latina, impulsionando e recomendando a que implemente políticas que invertam o atual rumo dos indicadores económicos.

Existiu anteriormente, a 21 de janeiro de 2015, o *IRG LAC*, ao qual também assistimos, onde existiu a preparação da sessão suprarreferida como outros temas já referidos, nomeadamente, a possibilidade de um futuro programa para a América Latina, cuja temática não nos é permitido aqui aprofundar.

10.7.Conselho

No que respeita ao Conselho vários foram os temas abordados ao longo dos 6 meses que assistimos às reuniões. À semelhança do CRE, apoiando desde a parte mais logística à redação dos telegramas diplomáticos, assistimos e apoiámos, nas seguintes sessões: 21 de novembro de 2014; 17 de dezembro de 2014; 19 e 20 de janeiro de 2015: Conselho Informal dedicado à temática *Public Affairs and Communication* (PAC); 30 de janeiro de 2015; 18 de fevereiro de 2015; 17 de março de 2015; 9 de abril de 2015; 23 de abril de 2015.

No Conselho, à semelhança de todas as reuniões na OCDE, os EM's da Organização sentam-se por ordem alfabética francesa. Existe o título de “Embaixador decano” que corresponde ao Chefe de Missão detentor de maior antiguidade. Na altura do estágio, este pertencia ao Embaixador Marten Kokk, Representante Permanente da Estónia junto da OCDE, desde 2 de fevereiro de 2011.

A Ordem de Trabalhos das sessões de Conselho, regra geral, têm sempre o mesmo formato, dividindo-se a agenda entre os já explicitados “Pontos A e B”, fazendo sempre um Ponto de Situação aos EM's sobre os Desenvolvimentos Recentes a Nível Económico e Financeiro; a Situação Social; o Relatório das atividades do SG; G20 e outros assuntos de relevância do mês corrente.

10.7.1.Preparação da Reunião Anual Ministerial da OCDE 2015

Sendo de conhecimento público, permitimo-nos aqui abordar o tema da preparação do maior evento Ministerial da OCDE. Mais exaustivamente, uma vez que ao lermos as conclusões públicas da MCM 2015, concluímos que vai ao encontro do que efetivamente gostaríamos de deixar aqui redigido.

Esta reunião que acontece anualmente, a nível ministerial, teve lugar de 3 a 4 de junho de 2015 sendo precedida, entre 2 e 3 de junho, pelo Fórum OCDE. A preparação da MCM foi o tema que acompanhámos desde a sua génese, no âmbito das reuniões do Conselho. Todavia, já não presenciando o derradeiro desfecho, mas tendo acompanhado posteriormente para efetivamente verificar se iria de encontro às nossas conclusões.

A Presidência da MCM neste ano esteve a cargo dos Países Baixos contando com o apoio da Coreia do Sul, França, e República Checa como Vice-Presidentes.

Para além dos Ministros dos EM's da OCDE e seus *KP*, contou com presenças por parte da Colômbia, da Letónia, da Costa Rica e da Lituânia. Somente durante a Sessão 7 (Comércio, Investimento e Desenvolvimento) é que as portas se alargaram às presenças da Argentina, Hong Kong (China), Cazaquistão, Marrocos, Myanmar, Peru e Senegal.

Este encontro de Ministros teve como foco nuclear temas como o Investimento; a Inovação; educação e “*skills*”; melhorar o clima de negócios seguindo um comportamento empresarial responsável; o fortalecimento do sistema multilateral de comércio e ainda a Agenda Pós-2015.

Em todo o processo de preparação da MCM 2015 conseguimos aprender inúmeras particularidades relativamente ao universo das RI, nomeadamente, do comportamento dos Estados no seio de uma Organização Internacional. Através de exemplos práticos e aparentemente simples como a escolha de títulos de sessões, formato das sessões, forma de abordagem de determinados temas e até a escolha de artigos que conferem significado qualitativo à frase, ensinaram-nos que os Estados, apesar de inseridos numa Organização Internacional cujo objetivo é a união de uma voz multilateral única e forte, faz-se ouvir, muitas vezes, a voz da soberania dos Estados, a voz da diferença cultural entre os países. Nomeadamente, dois países podem bloquear consenso por razões diferentes, um por razões culturais, outro por

razões de Soberania de Estado. Ainda assim, verificou-se em alguns casos a abertura política desses países para um debate mais profundo entre todos sobre essas questões, para que um efetivo consenso fosse possível de atingir.

Foi-nos possível observar também a dureza dos tempos de crise que assolam diversos EM's da OCDE. Observaram-se diferenças entre economias emergentes e economias sufocadas pela crise no que toca à escolha da Ordem de Trabalhos e que levam os mais sufocados pela crise a insistir, mais incisivamente, sobre a inclusão de certos temas, de forma a apoiar uma agenda nacional sedenta de um qualquer estímulo intelectual que possa fortalecer as economias dos seus países. Outras vezes observámos que não existiam discordâncias quanto aos temas. Contudo, sugestões para adição de novos elementos, alteração de linguagem ou pontuação numa frase, para um país faria toda a diferença para a aceitação de determinado documento.

Conseguimos igualmente absorver, à semelhança do CRE, que muito do trabalho de uma Organização Internacional como a OCDE depende da boa vontade e árduo trabalho dos seus EM's em reunir-se bilateralmente, relativamente a temas não consensuais que tendem a arrastar-se por entre sessões para que o trabalho seja assim facilitado entre diversos grupos de países, criando-se assim uma abordagem de Diplomacia Internacional Bilateral dentro de uma Organização Multilateral, que só assim torna possível o avançar num desejado rumo eficaz de consenso entre 35 EM's.

Em termos práticos, o CRE e o Conselho permitiram-nos concluir que a complexidade da estrutura de 35 EM's, aliada a objetivos estratégicos desses mesmos Estados, nem sempre coincidentes, constituem terreno fértil para um substancial trabalho diplomático bilateral, sem o qual não seria possível existir um consenso no seio Multilateral. Ao lermos as conclusões da MCM 2015⁷³ podemos afirmar que todas as temáticas debatidas ao longo dos 6 meses que permanecemos na Delegação, culminaram efetivamente no documento que aqui referenciamos, especificamente, de relevância no nosso contexto de estágio, os parágrafos n.º 32 e 33.

⁷³ cf. com o documento síntese elaborado pela Presidência da MCM, na Página oficial da OCDE, (2016). *MCM documents*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/mcm/documents/unlocking-investment-for-sustainable-growth-and-jobs-chair-summary.htm> [acedido em 19 de julho de 2016].

10.8. Visitas oficiais à OCDE

10.8.1. Visita oficial do Presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos

7 de novembro de 2014

Em 2011, momento da última visita oficial de Juan Manuel dos Santos à OCDE, a Colômbia formalizou a sua candidatura à OCDE. Passados quase quatro anos, o Presidente da Colômbia regressou à Organização visando principalmente fazer um Ponto de Situação aos EM's do Conselho sobre o progresso do seu país desde então e ainda contemplando na sua agenda o delicado tema das negociações de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), atualizando o Conselho sobre os avanços deste processo.⁷⁴

Com esta visita conseguimos reforçar a nossa compreensão sobre uma importante ligação entre a OCDE e os países da região da América Latina, bem como as suas Instituições e Organizações. Como mencionou Ángel Guría na sua intervenção deste dia, uma forte cooperação com a Colômbia contribuirá também para um estreitar de relações com o bloco comercial da “Aliança do Pacífico”⁷⁵. Por outro lado, se para a OCDE é benéfico uma aproximação à América Latina, para a Colômbia é igualmente relevante vir a ser membro da OCDE. Tratando-se de um país (apesar de todas as recentes mudanças) ainda vulnerável, acreditamos que a complexidade do processo de adesão à OCDE pode trazer vantagens políticas, económicas e sociais para a Colômbia.

Pudemos constatar que, de 2011 para 2014, a Colômbia sofreu mudanças internas relevantes e de carácter positivo. Nomeadamente estimava-se, segundo as palavras do SG da OCDE, um crescimento médio de 5%, naquele ano para a economia da Colômbia.

Mais atentamente, se observarmos os dois exemplos da América Latina já membros da OCDE, México (1994) e Chile (2010), podemos ainda concluir que a

⁷⁴ O acordo de paz que pôs fim a um dos conflitos mais longos da América Latina, foi assinado por ambas as partes a 25 de agosto de 2016 em Havana.

⁷⁵ Organização estabelecida em 2012 com o Chile, Colômbia, México e Peru. Em 2013 a Costa Rica juntou-se a este bloco comercial.

Colômbia não só verá impactos positivos na sua economia com o processo de adesão, mas também que terá muito a ganhar se conquistar o estatuto de EM da OCDE. O diagnóstico a que está exposto, até escrutínio externo, por parte da Organização oferecerá, certamente, a este país uma janela de oportunidade para a construção de uma economia mais transparente e justa e ainda uma maior igualdade de direitos.

Mais especificamente, no seio deste Conselho, conseguimos concluir que um processo de adesão à OCDE *per si* pode ser tão benéfico para um país como já ser membro da Organização.

10.8.2.Visita do Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus da Eslováquia, Miroslav Lajčák

Conselho Extraordinário de 17 de fevereiro de 2015

Esta visita oficial teve, acima de tudo, um caráter diplomático de grande relevância. Estivemos perante um encontro entre o Conselho da OCDE e Miroslav Lajčák, Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus da eslováquia, diplomata de carreira, no qual expos a sua visão sobre a situação da Ucrânia (anexação da Crimeia) e consequente acordo de Minsk. Percebemos por parte da OCDE, pelas palavras do SG da Organização durante a sua intervenção, que o objetivo da Organização é de uma “estabilidade restaurada para a Ucrânia” e que, com esta visita procurou um maior conhecimento sobre a situação política e reunir consenso para um apoio institucional à situação vivida pela Ucrânia e reforçar laços com o país.

10.8.3.Visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Portugal, Aníbal Cavaco Silva

Conselho Extraordinário de 16 de março de 2015

Esta visita representou, para nós, o mais importante evento no âmbito das relações bilaterais de Portugal com a OCDE.

Este encontro teve como objetivo nuclear aprofundar as relações bilaterais entre Portugal e OCDE. Numa fase em que as intervenções em Paris sobre o nosso país se faziam ouvir no sentido de salientar o difícil, contudo exemplar e notável,

percurso de Portugal no ajustamento económico, financeiro e social, o SG da OCDE chegou a fazer suas as palavras do antigo Ministro Jorge Moreira da Silva (MAOTE) que “Portugal viu na crise uma oportunidade de investir em novas áreas”. Iniciando-se com um encontro bilateral com o SG da OCDE Ángel Gurría, tendo também tido lugar um Seminário com altos quadros OCDE e ainda um almoço de trabalho oferecido por Gurría.

A parte para a qual contribuímos ativamente foi na sessão especial do Conselho durante a qual, o Presidente Cavaco Silva, interveio perante os EM’s da OCDE e consecutiva conferência de imprensa. Apoiámos, igualmente, na organização logística dos Órgãos de Comunicação Social.

Dirigindo-se ao Conselho, o Presidente de Portugal Aníbal Cavaco Silva, transmitiu as suas preocupações com o mundo atual. Salientou as situações da Ucrânia e da Líbia, focando-se inicialmente na vertente das relações globais da OCDE, devido à presidência de Portugal no CRE. Enalteceu o Estado português nas suas relações com os PALOP e reiterou o papel central que a Organização pode assumir, considerando a OCDE como “o melhor laboratório para testar e definir soluções multidisciplinares que permitam superar a crise económica e financeira na Europa e no Mundo”

Como já mencionado, Cavaco Silva referiu, mais que uma vez, a necessidade da OCDE manter um olhar estratégico sobre o continente africano, reiterando que:

“In terms of membership, the OECD is present in all continents except one: Africa; the continent with more countries. Take this opportunity to let the world know that the OECD intends to be global, with a presence in all continents without exception. A future regional programme with sub-Saharan Africa will consolidate the role of the OECD as a worldwide player.”

No domínio da política externa portuguesa, tais afirmações deixam transparecer uma forte estratégia portuguesa no seio da OCDE em querer envolver o continente africano no seio da Organização. As palavras supracitadas pelo Chefe do Estado português tiveram uma notoriedade internacional de grande relevância. Esta intervenção veio igualmente dar legitimidade a todo um trabalho levado a cabo pela Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE.

No final do dia, Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Portugal Aníbal Cavaco Silva, esteve presente na Residência Oficial do Sr. Embaixador onde foi recebido por toda a equipa da Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE.



Imagem 6: Da esquerda para a direita, O Embaixador de Portugal junto da OCDE, Paulo Vizeu Pinheiro, *Chief of Staff/G20 Sherpa*, OCDE, Gabriela Ramos, o SG da OCDE, Ángel Gurría, Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Portugal, Aníbal Cavaco Silva. 16 de março de 2015. *OECD, & OCDE. (2016). Secretary-General's Report to Ministers 2016. Paris. OECD Publishing; Éditions OCDE. P. 81*

10.8.4.Visita oficial do Presidente da Ucrânia Petro Poroshenko.

Conselho extraordinário de 22 de abril de 2015

A OCDE e a Ucrânia têm uma longa história de cooperação, que tem as suas raízes em 1991 no seguimento da independência deste país.

Nesta visita oficial, foi assinado o Plano de Ação para reforçar a cooperação bilateral entre a Ucrânia e a OCDE, designadamente, nas áreas da governança, corrupção, sector empresarial do Estado, recapitalização da Banca, sistema fiscal, incluindo-se nesta última, a melhoria do clima de investimento e reforço das PME's. Este Plano de Ação corresponde também ao desenvolvimento do *MdE* assinado a 7 de outubro 2014 entre a Organização e o referido país.⁷⁶

Na verdade, ao analisarmos mais de perto os elementos supramencionados, concluímos que a OCDE revelava agora em termos práticos, o que tinha exposto por

⁷⁶ Página oficial da OCDE, (2016). *OECD and Ukraine*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/newsroom/oecd-and-ukraine-to-step-up-co-operation-on-anti-corruption-rule-of-law-and-business-environment.htm> [acedido em 15 de julho de 2016].

escrito e publicamente, na sua declaração de 13 de março de 2014, decisão do Conselho de 12 de março de 2014, em que anunciou o adiamento de atividades relacionadas com o processo de adesão da Rússia. (cf. p. 32) Nessa mesma declaração, é comunicado que, em resposta ao pedido das autoridades ucranianas, a cooperação OCDE-Ucrânia será doravante fortalecida.

Neste sentido a OCDE organizou o “Dia da Ucrânia”. Ideia gerada na visita do Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus da Eslováquia, Miroslav Lajčák, mentor deste evento. O objetivo deste evento foi de debater com a comunidade internacional formas de apoiar a Ucrânia no seu árduo processo de transformação da sua agenda de reformas políticas e sociais e a sua efetiva implementação, como afirmou o próprio Miroslav Lajčák “... *I suggested holding a thematic “Ukraine Day” here at the OECD. I am pleased that the idea was picked up and today we can make a first step to strengthen this dialogue.*”⁷⁷

Este evento, embora discutido no seio de várias reuniões da OCDE em que estivemos presentes, teve lugar a 16 de junho de 2016, já fora do contexto do estágio.

10.8.5.Visita oficial do SG das NU, Ban Ki-moon.

28 de abril de 2015

Esta visita oficial foi um evento histórico, para ambas as Organizações, pois a última visita de um SG das NU à OCDE não ocorria há 17 anos. Contou também com a presença de Wu Hongbo, Sub-Secretário Geral das NU para os Assuntos Económicos e Sociais.

Neste encontro histórico transpareceu o alinhamento estratégico entre as duas Organizações, como já referido anteriormente. Se por um lado a OCDE enalteceu o trabalho das NU, estes, por outro, enumeraram as áreas de destaque da OCDE, como o Clima (Low Carbon Economy), Políticas de Investimento (PFI) e ainda temáticas ligadas à tributação fiscal (*Automatic Exchange of Information, Base Erosion, Profit Shifting, Tax Inspectors Without Borders*).

⁷⁷ A totalidade da nota de intervenção encontra-se para leitura em Página oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Eslováquia. (2015). *Day of Ukraine at OECD*. [online] disponível em: https://www.mzv.sk/documents/10182/13720/150616_MINISTER_EN_OECD_Ukraine_Day.pdf/da45b42a-9559-42fb-a440-a38e8688ac36 [acedido em 20 de julho de 2016].

Foi igualmente inevitável não registar a importância conferida ao ano de 2015, com eventos como a 3ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a Cimeira das NU para adotar a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (ODS) e a Cimeira COP21, a pesarem numa agenda internacional, ao mesmo tempo, criando um campo fértil de trabalho comum para ambas as Organizações Internacionais, que sentiram uma maior vantagem em unir esforços para atingir um desejado Desenvolvimento Sustentável, a uma escala global.

Também nesta visita oficial, à imagem de outras reuniões em que o investimento e a cooperação foram temas, assistimos a uma ideia generalizada de atrair investimento privado para este domínio, como uma das soluções fortes para uma mudança sustentável na Cooperação para o Desenvolvimento.

10.9.Reunião do Comité Executivo

3 de março de 2015

Apesar de o *ExCom* não ser parte integrante do inicial programa de estágio à imagem de outras temáticas, devido à sobreposição de reuniões na agenda da RPA, Dra. Teresa Alvarenga, foi-nos mandatado representar Portugal no *ExCom*, visto que, particularmente neste dia, Portugal tinha intenções de intervir e uma presença contínua era obrigatória.

No âmbito desta sessão, passámos a entender o funcionamento do *ExCom* e a sua função na Organização, que nuclearmente deve apoiar o conselho na preparação das suas decisões; aconselhar e apoiar o Conselho sobre preparações e seguimento de reuniões dos órgãos ministeriais da OCDE, bem como das suas estruturas, mandatos e avaliação dos Comités. O *ExCom* está, ainda, mandatado a aconselhar o Conselho em questões estratégicas e prioridades, incluindo as relativas à gestão e funcionamento da Organização, sempre que estes sejam da competência da Conselho e que não sejam de outro modo cobertos por outras comissões permanentes; aconselhar o Conselho sobre questões de política, não abrangidas pelos mandatos de outros organismos diretamente subordinado ao Conselho; executa ainda quaisquer outras funções que lhe sejam delegadas pelo Conselho, informando-o devidamente.⁷⁸

⁷⁸ Arquivos da OCDE, C(2006)78/REV1/FINAL. *Revised Resolution of the Council on a new*

Depois de alguns meses a assistir a reuniões do CRE e do Conselho, vimos como uma mais valia assistir ao *ExCom*, em que conseguimos assimilar mais detalhadamente o funcionamento do complexo processo de tomada de decisão e dos pontos “A” e “B”. Neste dia específico, a agenda foi particularmente preenchida, existindo pontos temáticos em que não se verificou debate, subindo esses como pontos “A” para o Conselho, os restantes foram debatidos. Alguns subiram como pontos “B” para o Conselho e outros ainda foram adiados para a próxima sessão do *ExCom* pois não se obteve consenso quanto ao seguimento desse mesmo tema, devido a uma objeção de um único EM.

10.10.Jornadas Parlamentares OCDE

As 3^{as} jornadas parlamentares da OCDE decorreram em Paris, de 25 a 27 fevereiro 2015. Sob o slogan “*Time for a New Approach to Growth*” este evento contou, pelo segundo ano, com a parceria da Assembleia Parlamentar da NATO. Contou a presença da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e, pela primeira vez numa jornada parlamentar da OCDE, com a presença de uma delegação do Fórum Global das Mulheres Parlamentares.

Estas sessões que se apresentam num formato de seminário, têm como objetivo dar a conhecer aos deputados de cada partido, de cada EM da OCDE, o trabalho da Organização, as suas orientações estratégicas, através das apresentações de especialistas de Alto-Nível da OCDE dos vários departamentos, oferecendo um palco único para, a nível nacional se recolher informação crucial, e fazer bom uso dela domesticamente.

Neste ano temas como o Corrupção, Crescimento Verde, Transição para uma Economia de Baixo Carbono, Fiscalidade, Economia Digital, Energia foram os que obtiveram mais debate no seio destes encontros.

Contudo, é de salientar que a sessão que contou com menos presenças globalmente foi “*Women's Leadership in Public Life*”. Notamos que a Organização pretende tendencialmente conferir maior relevância a temas como a igualdade de género, acompanhando o rumo da história atual. Todavia neste domínio, não

Governance structure for the Organisation. Conselho, arquivos históricos da Organização, 10 de Fevereiro de 2011. p.7.

conseguimos avaliar o desempenho da Organização à imagem de outras problemáticas que têm vindo a ser explicitadas visto que, em nossa opinião, a OCDE na pasta da igualdade de género, ainda não está um passo à frente do mundo. Talvez possamos afirmar que acompanha o ritmo da atualidade, mas acreditamos que a OCDE detém os meios necessários para ir mais longe neste domínio.

10.11. “LGBT: the Economic Case for Inclusive Policies”.

Este encontro, que decorreu a 10 de março de 2015, esteve totalmente a nosso cargo devido à sobrecarga das agendas do Sr. Embaixador e da RPA. Apesar de não esperado, foi necessário intervir e fazer uma breve apresentação do Ponto de Situação em Portugal sobre a problemática LGBT. Apesar de se tratar de uma sessão informal de promoção da temática, representou para nós um grande desafio, visto que não tínhamos preparado nada antecipadamente e a intervenção surgiu naturalmente contribuindo com a nossa experiência e conhecimentos sociais sobre a temática.

Esta reunião surgiu no seguimento de uma iniciativa em 2014 por parte da Delegação Permanente dos EUA e dos Países Baixos junto da OCDE, para incluir as problemáticas LGBT no trabalho da organização (atual e futuro) no âmbito da Inclusão Económica.

Dando-se seguimento a este pedido, a OCDE organizou uma reunião de Alto-Nível intitulada “*LGBT: the Economic Case for Inclusive Policies*” que contou modestamente com a presença de 14 Embaixadores, com a UNESCO, Peritos e Sociedade Civil, para debater o desconhecimento ainda atual sobre o tema e traçar um “*roadmap for action*”.

Nesta nova reunião pretendeu-se voltar a trazer o tema para a mesa de diálogo, trazendo alguns pontos críticos debatidos na reunião em epígrafe. De 2014 para 2015 constatamos, em termos de presenças, uma evolução positiva, de 14 para 20 EM’s que quiseram estar presentes neste novo encontro e reconheceram nas suas intervenções relativamente à problemática do LGBT, uma importância crescente, mostrando-se abertos para futuras iniciativas de carácter político prático.

10.12.Educação

10.12.1. Governing Board - CERI

14 e 15 de abril de 2015

O Centro de Investigação em Educação e Inovação (CERI) tem a seu cargo análises empíricas sobre as áreas suprarreferidas que cobrem um maior período de tempo de investigação, chegando a ir desde o nascimento à velhice dos indivíduos, com o objetivo de quebrar as barreiras institucionalmente formalizadas e inovar no momento da apresentação das suas conclusões. A acumulação de evidência estatística funciona como trunfo para refletir o futuro das escolas e universidades. Como afirmado por Dirk Van Damme, Chefe do CERI OCDE, *“The future of education in the 21st century will have to be much more than mere quantitative expansion”*.

Por norma esta reunião seria acompanhada por um delegado nacional, contudo na impossibilidade de comparência do mesmo, assistimos a esta reunião de dois dias, partilhando a produção do telegrama diplomático com a nova estagiária recém-chegada à Delegação.

A grande variedade de temas abordados nesta reunião não justificaria que aqui os expuséssemos devido a não fazer parte das nossas funções do estágio. Todavia pudemos concluir, que, os Sistemas Educativos adquirem cada vez mais complexidade para serem implementados pelos respetivos Governos. Abraçando cada vez mais múltiplos setores, como o ambiente, a inovação, competências (“skills”) sociais e emocionais, representam hoje um domínio de extrema complexidade merecedor de um novo olhar, mais atento, mais vanguardista, sobre a educação.

10.12.2. Lançamento da publicação “Skills for Social Progress: The Power of Social and Emotional Skills”

10 de março de 2015

O lançamento de uma publicação na OCDE é sempre um evento de grande importância internacional. Se por um lado a comunidade internacional tem sempre uma visão de águia sobre as previsões económicas lançadas pela OCDE, por outro as publicações na área da educação têm vindo a crescer substancialmente, em termos de difusão e reconhecimento global.

“Skills for Social Progress: The Power of Social and Emotional Skills” por Stefan Kapferer, Secretário Adjunto-Geral OCDE e Koji Miyamoto, funcionário Departamento EDU, responsável por este projecto, foi um exemplo inovador de como a OCDE está na vanguarda da investigação, ambicionando compreender o impacto das competências sociais e emocionais no bem-estar individual e no progresso social dos indivíduos.

Baseando-se também nas importantes conclusões dos últimos resultados do PISA, que demonstram que a perseverança e auto-motivação são essenciais para o sucesso escolar e que em muito dependem do desenvolvimento das competências sociais e emocionais de cada indivíduo.

Em áreas como a Educação, conseguimos concluir que a OCDE tem a ambição de desempenhar um papel de liderança neste domínio de investigação, nomeadamente, no desenvolvimento de Políticas no âmbito das competências sociais e emocionais do Ser Humano, criando assim um elo, à semelhança de outras iniciativas (NAEC, entre outros), entre a política e particularmente, política económica com fatores como o “well-being” e “skills”. Conseguimos concluir através desta sessão, que a OCDE pretende consolidar uma estratégia em definir um maior foco em Capital Humano como elemento fundamental nas suas prioridades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório de estágio assumiu-se desde o início como ambicioso. Se por um lado o processo de redação nos foi em muito limitado pelas regras de confidencialidade da Organização, por outro conseguimos descobrir um caminho alternativo mais desafiante, que nos conduziu a leituras de carácter histórico e teórico, transportando-nos, novamente, a uma ginástica, que quase ousaríamos apelidar de diplomática, para conseguirmos transparecer através do oficialmente permitido, a verdadeira experiência de se estar inserido numa Organização Internacional como a OCDE.

Tendo por base o objetivo de analisar e compreender a representação diplomática do Estado português junto da organização em epígrafe, consideramos que a experiência foi de uma riqueza inigualável, em muito por termos estado presentes em todas as instâncias e nunca nos ter sido vedado o acesso por parte da Delegação portuguesa, que sempre viu o referido estágio como prioritário na agenda de trabalhos, pondo-nos igualmente na linha da frente. Nomeadamente, tendo-nos sido dada a oportunidade de assumir reuniões e intervenções na primeira pessoa. Uma experiência enriquecedora a vários níveis, mas acima de tudo, que nos permitiu uma maior análise empírica que se traduz, na prática, nas seguintes conclusões:

Em nosso entender, o potencial da OCDE pode ser agora mais evidenciado do que nunca. Numa altura em que a crise continua a ser um fator determinante para os Estados, para as Relações Internacionais, e ainda, para o normal funcionamento das Instituições, a OCDE pode assumir um papel determinante, de acrescentar valor, não só intelectual, mas também prático, a um mundo difuso, sedento por um novo rumo. A OCDE tem competências, através do seu trabalho no âmbito da Diplomacia Internacional Económica e Social, de apoiar num processo de implementação de recomendações que podem ajudar economias e cidadãos.

A OCDE é hoje um ator internacional de extrema relevância para o desenho de políticas públicas mais justas, que conseguem ir de encontro à realidade metamórfica dos nossos dias e, que apoiam o combate das desigualdades que assolam este século. A história relembra-nos uma OCDE maioritariamente reconhecida pelos seus Exames Económicos nos anos 80. Todavia, atualmente, esta Organização consegue abraçar quase todas as áreas sectoriais de relevo para as economias dos Estados, sendo de um reconhecimento ímpar em muitas delas, como pudemos constatar ao longo desta leitura.

Neste sentido, é possível concluir que a OCDE é hoje, uma Organização fortemente Multissetorial e Intersectorial, que ambiciona ser cada vez mais multidimensional.

Traçando um paralelismo com o pensamento expresso por Henry Kissinger no seu último capítulo da obra *Diplomacia*, “O repensar da nova ordem mundial” sobre a América precisar de novos parceiros para manter o equilíbrio de poder (p. 707), também a OCDE, em nosso entender, precisará de procurar novos parceiros para

manter o desejado equilíbrio no seio da sua Organização. Desde o acontecimento do 11 de setembro de 2001 que vivemos num sistema internacional complexo, perturbado até, numa realidade que ofusca conceitos morais como a cooperação e a interdependência que mencionámos ao longo de todo este relatório.

A OCDE, conseguimos concluir que, trabalha num rumar de pensamento filosoficamente atrativo, veja-se o exemplo da Letónia como o mais recente membro da Organização. Trazer novos membros para a Organização de partes do mundo “mais esquecidas” até então pelo “clubes dos ricos”, pode ver-se uma vantagem geoestratégica. Ainda com o caso da Letónia, cria-se notavelmente uma aproximação à região báltica, factualmente, próxima da Rússia. Tendo por base que nas Relações Internacionais se objetiva um contato permanente entre Estados, no que toca à Política Internacional e que “a minoria de hoje é potencialmente a maioria de amanhã”⁷⁹ acreditamos que o mundo é demasiado vasto para apenas 35 EM’s serem ouvidos no seio desta Organização e, seria vantajoso, em termos de equilíbrio, ouvirem-se outras partes do mundo que não ocidentais. Contudo, se por um lado conseguimos absorver as vantagens de uma visão de futuro ampliadora (*enlargement*) da OCDE, conseguimos igualmente concluir que numa mesa em que EM’s se reúnem com o objetivo de se atingirem decisões por base consensual, tal tornar-se uma tarefa especialmente sensível, por todos os motivos já minuciosamente descritos anteriormente na secção das atividades desenvolvidas.

Face a todo este raciocínio, concluimos também que a afirmação de Henry Kissinger detém ainda hoje a mesma carga de significado “Nunca as componentes da ordem mundial, bem como a sua capacidade para interagir e os seus objetivos, tinham mudado tão rápida, profunda ou globalmente.”⁸⁰ A verdade é que continuamos a viver nesta atmosfera de constante mudança e de sentimentos que nos transportam, pessoalmente, para Kafka e Dostoyevsky. Conseguimos pressagiar que alguma mudança se aproxima. Em nosso entender, este é o “triunfo filosófico” da OCDE. Conseguir, de certa forma, antecipar as mudanças e trabalhar nesse sentido.

⁷⁹ Kissinger, H. (2002). Diplomacia. Lisboa: Gradiva. p. 708

⁸⁰ *Ibidem*. p. 703

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias:

- Adler, E. (1997). *Seizing the middle ground: constructivism In world politics*. *European Journal of International Relations*, 3, pp. 319-363.
- AHD/MNE. Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (1960). Paris: OCDE.
- Castro, F. (2001). “Do Plano Marshall ao Acordo com a CEE”. In: F. Martins, *Diplomacia & Guerra. Política Externa e Política de Defesa de Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*. Lisboa. Lisboa: Edições Colibri.
- Freitas Valente, I. (2015). *Calvet de Magalhães: Pensamento e Acção*. Bruxelles: Lang, Peter Brüssel.
- Guerra, R., Freire, A. & Magalhães, J. (1981). *Movimentos de cooperação e interação europeia no pós-guerra e a participação de Portugal nesses movimentos*. Lisboa: INA.
- Kissinger, H. (2002). *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva.
- Magalhães, J. (1985). *Manual diplomático*. Lisboa. Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Meerhaeghe, M. (1971). *International economic institutions*. New York: St. Martin's Press.

- Moreira, T. (2016). *História Das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Lisboa: D. Quixote.

- OEEC. (1948). *History and Structure*. Paris: OEEC.

- Pereira, J. (2002). *Le Portugal et l'Europe 1947-1953*. Tese de Doutoramento. Université de Paris I.

- Rollo, M. (1994). *Portugal e o Plano Marshall: da rejeição à solicitação da ajuda financeira norte-americana (1947-1952)*. Lisboa: Editorial Estampa.

- Rollo, M. (2007). *Portugal e a reconstrução económica do pós-guerra: o Plano Marshall e a economia portuguesa dos anos 50*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

- Salazar, A. (1935). *Discursos e notas políticas*. Volume IV: 1943-1950. Coimbra: Coimbra Editora.

Documentação oficial do arquivo histórico da OCDE:

- Arquivo histórico da OCDE: Burgess, W., Clappier, B., Gore-Booth, P. and Zolotas, X. (1960). *Une organisation économique rénovée*. Paris, Organisation européenne de coopération économique.

- Arquivos da OCDE, C(2006)78/REV1/FINAL. *Revised Resolution of the Council on a new Governance structure for the Organisation*. Conselho, arquivos históricos da Organização, 10 de Fevereiro de 2011.

- Arquivos da OCDE, C(2008)92/REV1. *Financial Regulations of the Organisation*. Conselho, arquivos históricos da Organização.
- Arquivos da OCDE, C(2012)100/REV1/FINAL. Conselho. *Revised Resolution of the Council on Partnerships in OECD Bodies*. Arquivos históricos da Organização, 4 de dezembro de 2015.
- Arquivos da OCDE, C(2015)100. *Resolutions of the Council on the governance of the organisation*. Conselho, arquivos históricos da Organização, 15 de Julho de 2015.
- Arquivos da OCDE, DCD/DAC(2014)52. *Dac Peer Review Reference Guide 2015-2016*. CAD, arquivos históricos da Organização, 23 de outubro de 2014.
- OECD, (1961). *PRESSE/A(61)21*.

Fontes eletrónicas:

- Convenção de Cooperação Económica Europeia, (1948). Paris: OEEC. disponível em: http://www.cvce.eu/education/unit-content/-/unit/026961fe-0d57-4314-a40a-a4ac066a1801/22243aaf-3f7c-429e-b98c_283989b2b5e9/Resources#769de8b7-fe5a-452c-b418-09b068bd748d_fr&overlay [acedido em 17 de maio de 2016].
- Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961). Viena. [online] disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/808727/convencao-viena-relacoes-diplomaticas.pdf> [acedido em 21 de abril de 2016].
- OCDE, (2014). “Secretary-General’s Report to Ministers 2014”, Edições OCDE, Paris. Disponível em: <https://www.oecd.org/about/secretary-general/SG-Annual-Report-to-Ministers-2014.pdf> [acedido em 4 de maio de 2016].

- OCDE, (2015). “Secretary-General’s Report to Ministers 2015”, Edições OCDE, Paris. Disponível em: <https://www.oecd.org/about/secretary-general/SG-Annual-Report-to-Ministers-2015.pdf> [acedido em 17 de maio de 2016].

- Página oficial da Delegação Permanente de Portugal junto da OCDE, (2012). “Documentos/Objetivos”. [online] disponível em: <http://www.portugal-ocde.com/documentos/objetivos.pdf> [acedido em 4 de abril de 2016].

- Página oficial da OCDE, (2014). *Statement by the OECD regarding the status of the accession process with Russia & co-operation with Ukraine*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/russia/statement-by-the-oecd-regarding-the-status-of-the-accession-process-with-russia-and-co-operation-with-ukraine.htm> [acedido em 3 de junho de 2016].

- Página oficial da OCDE, (2016). *About the OECD*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/about/> [acedido em 12 de maio de 2016].

- Página oficial da OCDE, (2016). *Budget*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/about/budget/>, [acedido em 3 de junho de 2016].

- Página oficial da OCDE, (2016). Global Relations. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/globalrelations/globalrelationsstrategy/#d.en.194384> [acedido em 3 de junho de 2016].

- Página oficial da OCDE, (2016). *MCM documents*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/mcm/documents/unlocking-investment-for-sustainable-growth-and-jobs-chair-summary.htm> [acedido em 19 de julho de 2016].

- Página oficial da OCDE, (2016). *OECD and Ukraine*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/newsroom/oecd-and-ukraine-to-step-up-co-operation-on-anti-corruption-rule-of-law-and-business-environment.htm> [acedido em 15 de julho de 2016].

- Página oficial da OCDE, (2016). *OECD Eurasia Week*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/about/secretary-general/oecd-eurasia-week-opening-remarks.htm> [acedido em 28 de abril de 2016].

- Página oficial da OCDE, (2016). *Peer Review in Economic Surveys: the role of the EDRC*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/site/peerreview/peerreviewineconomicsurveystheroleoftheedrc.htm>, [acedido em 12 de junho de 2016].

- Página oficial da OCDE, (2016). *Présentation des Perspectives économiques sur l'Amérique Latine 2015*. [online] disponível em: <http://www.oecd.org/dev/americas/presentation-perspectives-economiques-ameriquelatine-maison-ameriquelatine.htm> [acedido em 11 de julho de 2016].

- Página oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Eslováquia. (2015). *Day of Ukraine at OECD*. [online] disponível em: https://www.mzv.sk/documents/10182/13720/150616_MINISTER_EN_OECD_Ukraine_Day.pdf/da45b42a-9559-42fb-a440-a38e8688ac36 [acedido em 20 de julho de 2016].

LISTA DE FIGURAS

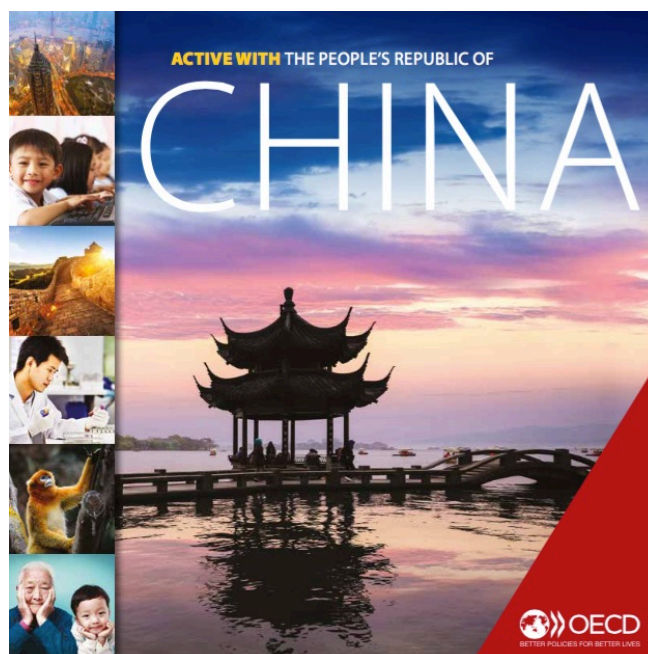
1. O Embaixador Ruy Teixeira Guerra.....	13
2. O Embaixador José Calvet de Magalhães.....	13
3. Estrutura Orgânica da OCDE.....	16
4. Forma de atuar da OCDE.....	22
5. As sete dimensões-chaves da Cooperação para o Desenvolvimento.....	27
6. Visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Portugal, Aníbal Cavaco Silva à OCDE.....	52

ANEXOS

1. Certificado do Estágio.



2. Brochura produzida para a China.



"Over the last 20 years, OECD has been strengthening and shaping a common and mutually beneficial agenda with China, in the national and multilateral context."

Last year, Prime Minister Li Keqiang made a historic visit to the OECD, a Joint Work Programme was established, implementing our ambitious Framework Agreement, and China joined the Development Centre. This year, OECD will be working with the Chinese G20 Presidency to further develop, at a global level, better policies for better lives in several areas, including green growth, sustainable development and better investment climate for jobs and growth."

Paulo Vizeu Pinheiro, Ambassador of Portugal to the OECD
Chair of the External Relations Committee



"As permanent representatives of Australia and The Netherlands, we are thrilled to be the new chairs of the OECD's Informal Reflection Group on China. It will be another big and substantial year for the China and OECD relationship. Looming large is China's presidency of the G20 for which the OECD will provide substantial inputs through the provision of key data and expert analysis. This year will also see the OECD conduct a further Economic Survey of China. The strong interest of OECD Member States in the impact of China on the world economy, financial markets, energy, trade and investment will ensure a great appetite to engage in lively discussions on all things China in 2016 and beyond."

Joint statement from Co-Chairs of the China Informal Reflection Group – **Noé van Hulst**, Ambassador of the Kingdom of the Netherlands to the OECD and **Brian Pontifex**, Ambassador of Australia to the OECD



"The OECD's Global Relations Strategy seeks to make the Organisation a more effective and inclusive global policy network, through close co-operation with China and other partners. Building on 20 years of mutually beneficial co-operation, the OECD and China signed a joint Programme of Work for 2015-2016, in the presence of Premier Li Keqiang. This Programme will deepen our engagement in a broad range of policy areas where China's perspectives will enrich the global policy debates at the OECD, and will contribute to the development of global rules. Our collaboration in important intergovernmental processes such as APEC and G20 also offers new opportunities to strengthen joint work on global governance."

Marcos Bonturi, OECD Director of Global Relations

3. Brochura produzida para a Indonésia.



"Indonesia, one of the five OECD Key Partners, stands high in the Southeast Asia region both in human capital as in natural resources. It is foreseen that Indonesia will become one of the ten largest economies in the world by 2025. Tackling challenges related to slowing growth, common to many emerging economies, will be paramount to fully exploit Indonesia's impressive potential. The OECD can play an instrumental role in designing and implementing cutting-edge innovative policies. I strongly believe that a more strategic approach focusing on new and dynamic



export markets as well as a favourable business climate will be key elements for a successful integration into global value chains.

As Chair of the External Relations Committee of the OECD I am fully committed to further enhance our bilateral relation, and in this vein I welcome the new division established last November within the Ministry of Finance to co-ordinate relations with the OECD. With the new agreement on privileges and immunities and the establishment of an OECD focal point/liaison office in Jakarta, the conditions are set for a qualitative and quantitative upgrade in our mutually beneficial partnership."

Paulo Vizeu Pinheiro, Ambassador of Portugal to the OECD, Chair of the External Relations Committee (which oversees the Organisation's overall global relations)

4. Lista Oficial da Delegação Permanente de Portugal junto da
OECE. Extraída do livro OEEC. (1948). *History and Structure*. Paris:
OEEC. p.5.

PORTUGAL

(Liste Provisoire — Provisional List)

Chef de la Délégation :

Head of Delegation

M. le Professeur José CAEIRO da MATTA, Ministre des Affaires Étrangères.

Chef de la Délégation (suppléant) :

Head of Delegation (alternate)

M. José de ARAUJO CORREIA, Président de la Commission Portugaise pour la Coopération Économique Européenne.

Chef de la Mission Permanente auprès de l'O. E. C. E. :

Head of the Permanent Delegation to the O. E. E. C.

M. Ruy TEIXEIRA GUERRA, Membre de la Commission Portugaise pour la Coopération Économique Européenne.

Membre de la Mission Permanente :

Member of the Permanent Mission

M. Auguste POTIER, Conseiller Commercial de l'Ambassade du Portugal à Paris.

Représentants auprès des Comités Techniques :

Representatives on Technical Committees

M. J. F. d'ANDRADE.
M. BACELLAR BEBIANO.
M. MONTEIRO GRILLO.
M. FONSECA LOPES.

M. MAIA DE LOUREIRO.
M. Elisario MONTEIRO.
M. CORREIA DE OLIVEIRA.
M. Albino CABRAL PESSOA.

M. PEYSSONEAU.
M. SIMOES VAZ.
M. TRIGO DE MORAES.

P/A(61) 21

OECD REPLACES OEEC

New Page in History of Post-War Economic Co-operation

The Organisation for Economic Co-operation and Development begins its official existence on Saturday, 30th September, when it takes the place of the thirteen year old Organisation for European Economic Co-operation. Most of the twenty Member countries of the reconstituted Organisation have now deposited their ratifications of the Convention on the Organisation for Economic Co-operation and Development, signed by them all on 14th December 1960, and the remaining Members are expected to follow suit in the near future.

The change of title from OEEC to OECD reflects the facts that two non-European countries - the United States and Canada - now become full members; and that in future the accent will be put on development aid in the Organisation's work. This reconstitution marks the changes that have taken place in the world economic situation since the former Organisation was set up on 16th April 1948 to administer Marshall Aid and to restore the European economy on a co-operative basis.

When through the combined efforts of the eighteen European Members of OEEC this recovery had been achieved and put on a firm footing, countries continued to work together to expand their economies and raise their standards of living. By 1960 the balance between the combined economies of the OEEC countries and that of the United States had been restored.

President Kennedy summed up the changed economic situation between Europe and the United States in a speech in Paris in June 1961:-

"All of the power relationships in the world have changed in the last 15 years, and, therefore, our policies must take these changes into account. First is the change in Europe itself. In the 1940's, in Europe much of it was destroyed, its productive capacity liquidated, divided by a bitter war, inflation rampant, and only those who were optimists of the most extreme sort could have ever predicted the astonishing renaissance of Western Europe today. Its people have energy and confidence. Its economic growth is higher than that of the new world, either Canada or the United States. Its

6. **Cópia do documento do “Grupo dos 4”:** Arquivo histórico da OCDE: Burgess, W., Clappier, B., Gore-Booth, P. and Zolotas, X. (1960). *Une organisation économique renouvelée*. Paris, Organisation européenne de coopération économique. p. 68.
7. **Cópia da Convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (1960). Paris: OCDE. (e seus MdE). p. 22.** Obtida no Arquivo Histórico-diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (AHD/MNE).

UNE ORGANISATION ÉCONOMIQUE RÉNOVÉE

RAPPORT

DE

W. RANDOLPH BURGESS

BERNARD CLAPPIER

Sir PAUL GORE-BOOTH, K.C.M.G.

XENOPHON ZOLOTÁS

πάντων μέτρον ἄνθρωπος

PARIS, AVRIL 1960

TABLE DES MATIÈRES

INTRODUCTION	7
I. HISTORIQUE.....	13
II. BUTS ET TÂCHES DE LA FUTURE ORGANISATION.....	19
1. Confrontation des politiques économiques.....	19
2. Aide aux pays en voie de développement.....	23
3. Les échanges	26
4. Paiements internationaux.....	30
5. Agriculture	32
6. Science, technologie et productivité	33
7. Autres activités	35
III. COMPOSITION ET DÉSIGNATION.....	39
IV. OBLIGATIONS DES MEMBRES.....	41
V. STRUCTURE	45
VI. RELATIONS AVEC LES AUTRES ORGANISATIONS INTERNATIONALES	53
VII. CONSIDÉRATIONS JURIDIQUES	55
VIII. DISPOSITIONS TRANSITOIRES	59
IX. PROJET DE CONVENTION.....	63



ANNEXES

A. Liste des pays Membres et Associés de l'O.E.C.E.....	75
B. Liste des Gouvernements et organisations qui ont communiqué leur point de vue au Groupe	77

LISTE DES ABRÉVIATIONS

- A.E.E.N. Agence Européenne pour l'Énergie Nucléaire.
A.E.P. Agence Européenne de Productivité.
A.M.E. Accord Monétaire Européen.
B.P.S.T. Bureau du Personnel Scientifique et Technique.
G.A.T.T. General Agreement on Tariffs and Trade
(Accord Général sur les Tarifs douaniers et le Commerce).
O.E.C.E. Organisation Européenne de Coopération Économique.
U.E.P. Union Européenne de Paiements.

INTRODUCTION

L'idée de remanier et de renforcer les institutions de coopération économique de l'Europe n'est pas nouvelle : depuis un certain temps déjà il apparaît nécessaire de tenir compte de la transformation des conditions économiques et de la perspective d'une participation complète des États-Unis et du Canada. La Conférence au Sommet qui s'est tenue à Paris en décembre 1959 a marqué les premières étapes de sa réalisation. Un communiqué publié le 21 décembre par les Chefs d'État et de Gouvernement de la France, des États-Unis d'Amérique, de la République Fédérale d'Allemagne et du Royaume-Uni déclarait :

« Les chefs d'État et de Gouvernement se sont entretenus des importantes modifications qui se sont produites dans la situation économique internationale. Reconnaisant les grands progrès économiques réalisés par l'Europe Occidentale, ils ont convenu que, pratiquement, tous les pays industrialisés du monde libre sont maintenant en état de consacrer, dans une mesure accrue, leurs énergies à des tâches nouvelles et importantes de coopération qui auraient pour objet :

- a) de favoriser le développement des pays moins développés et
- b) de mener des politiques commerciales axées sur l'utilisation rationnelle des ressources économiques et le maintien d'harmonieuses relations internationales, contribuant ainsi au progrès et à la stabilité de l'économie mondiale et à une amélioration générale du niveau de vie.

A leur avis, ces principes de coopération devraient aussi régir les discussions relatives aux problèmes commerciaux découlant de l'existence d'organisations économiques régionales européennes qui sont ou seront établies dans le cadre de l'Accord Général sur les Tarifs douaniers et le Commerce, telles que la Communauté Économique Européenne et l'Association Européenne de Libre Échange. Leurs relations, tant entre elles qu'avec les autres pays, devraient être discutées dans cet esprit.

Les chefs d'État et de Gouvernement, reconnaissant que les méthodes nécessaires pour mettre en œuvre ces principes exigent une étude très poussée, sont convenus de convoquer une réunion officieuse qui se tiendra à Paris dans un proche avenir. Ils proposent que les pays et organisations siégeant au Comité Exécutif de l'O.E.C.E. et les Gouvernements dont les ressortissants sont

membres du Comité de Direction des Échanges de l'O.E.C.E. soient représentés à cette réunion.

Il est suggéré que l'un des objectifs de cette réunion serait d'examiner dans quelle mesure il est besoin de consultations constantes et quelles méthodes peuvent être employées pour traiter les problèmes ci-dessus mentionnés. »

Cette proposition fut suivie, les 12 et 13 janvier 1960, d'une réunion des Ministres de treize pays et d'un représentant de la Commission Économique Européenne. Au cours de cette réunion, la résolution suivante, qui a amené la rédaction de ce rapport, fut adoptée.

« Les représentants des Gouvernements de la Belgique, du Canada, de la France, du Danemark, de la République Fédérale d'Allemagne, de la Grèce, de l'Italie, des Pays-Bas, de la Suisse, de la Suède, du Portugal, du Royaume-Uni et des États-Unis, ainsi que le représentant de la Commission de la Communauté Économique Européenne :

- a) appréciant pleinement l'œuvre de coopération accomplie par l'O.E.C.E.;
- b) soucieux d'assurer la permanence de la coopération dans les domaines où aucun changement n'est requis;
- c) décidés à poursuivre des politiques économiques qui contribueront à la stabilité et à l'expansion de l'économie mondiale, notamment des politiques commerciales visant à l'utilisation rationnelle des ressources naturelles et au maintien de relations internationales harmonieuses;
- d) conscients de la nécessité de consacrer des efforts accrus au développement des pays sous-développés ;
- e) reconnaissant l'importance d'une coopération continue pour atteindre ces objectifs;
- f) constatant la nécessité d'arrangements qui permettraient la pleine participation non seulement des dix-huit Membres actuels de l'Organisation Européenne de Coopération Économique mais également des deux Membres Associés, États-Unis et Canada;
- g) désireux de procéder à l'examen d'arrangements institutionnels améliorés susceptibles d'atteindre au mieux ces objectifs;
- h) reconnaissant que tous les Gouvernements Membres de l'Organisation Européenne de Coopération Économique et les Gouvernements qui lui sont Associés ont un égal intérêt en la matière :

PROPOSENT

1. de réunir à Paris le 19 avril 1960 une Conférence de hauts fonctionnaires des vingt Gouvernements Membres ou Associés de l'O.E.C.E. à laquelle les Communautés Européennes sont égale-

ment invitées, afin d'étudier les dispositions appropriées qui permettraient d'atteindre les objectifs précités;

2. qu'afin de faciliter le travail de cette Conférence, il soit créé un Groupe de quatre personnes pour préparer un rapport dans lequel

- a) seraient étudiées les méthodes les plus efficaces pour atteindre les objectifs précités et présenter à cet égard toutes recommandations utiles;
- b) seraient présentés, en projet, des articles d'accord, au cas où l'examen de la question ferait apparaître la nécessité d'une organisation de coopération économique convenablement améliorée;
- c) seraient déterminées, parmi les fonctions actuellement assumées par l'O.E.C.E., celles qui devraient continuer à faire l'objet d'une coopération économique internationale sous l'égide de toute organisation améliorée qui serait proposée, y compris les arrangements institutionnels qu'il conviendrait de prendre à cet égard;

3. que le groupe désigné ci-dessus consulte les vingt Gouvernements, les Communautés Européennes et les organisations internationales appropriées, pendant la préparation de son rapport, sans toutefois engager aucun Gouvernement quant à la teneur de celui-ci. Ce rapport sera soumis par les membres du groupe en leur nom personnel; il sera discuté et négocié au cours de la Conférence envisagée au paragraphe 1 ci-dessus ».

Le 14 janvier, une réunion des Ministres des vingt pays Membres et Associés de l'O.E.C.E. (énumérés à l'Annexe A) ainsi que des représentants de la Commission Économique Européenne, approuva à l'unanimité cette résolution.

Peu après, les Gouvernements intéressés nous ont désignés pour former le groupe chargé de la préparation du rapport prévu au paragraphe 2 de la résolution.

Nous avons tenu notre première réunion le 28 janvier dans les locaux mis à notre disposition au Centre des Conférences Internationales à Paris par le Gouvernement français. Nous sommes convenus que notre Groupe prendrait le titre de « Groupe des Quatre pour étudier les problèmes d'organisation économique », et qu'il serait présidé par Monsieur l'Ambassadeur W. Randolph Burgess.

Nous avons invité les vingt Gouvernements, les Communautés Européennes et les dirigeants ou représentants d'un certain nombre d'organisations internationales à nous faire connaître leur opinion sur les meilleures dispositions à prendre pour atteindre les objectifs indiqués dans la résolution. Le Gouvernement yougoslave, qui participe à certaines des activités de l'O.E.C.E., a reçu la même invitation. On trouvera à l'annexe B la liste de tous ceux qui nous ont communiqué leurs vues.

En dehors des déclarations des représentants des Pays Membres

ou Associés et des organisations internationales, nous avons pu, au cours de nombreuses réunions, nous entretenir avec les principaux responsables de l'O.E.C.E. Ces responsables ont également préparé à notre intention un certain nombre de memoranda sur l'activité de l'Organisation. Nous avons visité le Château de la Muette et les autres bureaux de l'Organisation.

Nous désirons dire ici combien nous avons apprécié l'assistance sans restriction que nous avons reçue de tous ceux que nous avons consultés. Elle a été essentielle à la poursuite de notre tâche.

Nous désirons également remercier le Gouvernement français d'avoir mis à notre disposition les locaux et services appropriés. Enfin, nous tenons à remercier nos secrétaires, M. André Sellier et M. Peter Wilde, de leur aide précieuse, et les Gouvernements de la France et du Royaume-Uni de les avoir mis à notre disposition.

La tâche que les vingt Gouvernements nous avaient confiée était très vaste, et nous nous rendons compte que, dans le temps limité dont nous avons disposé, nous n'avons pas pu donner à certains aspects du problème toute l'attention qu'ils méritaient.

Notre rapport commence par un bref historique de l'évolution de la coopération économique dans l'O.E.C.E. Il se poursuit par une description de ce que nous pensons être les principaux buts et les principales tâches de la future Organisation, à la lumière de l'expérience et des changements intervenus dans le domaine économique.

Le rapport aborde ensuite les propositions relatives à la composition, à la désignation et à la structure de la future Organisation, aux problèmes juridiques et aux dispositions transitoires à prévoir ; il conclut par un projet de Convention.

Le corps même de ce rapport traite nécessairement de questions complexes et parfois assez abstraites. Dans notre travail nous nous sommes efforcés, comme d'autres avant nous, de ne pas perdre de vue l'aspect humain des mécanismes économiques dont nous abordons l'étude.

Il nous a paru encourageant de constater, au cours de nos consultations, qu'il existait un large accord sur trois points principaux :

1. Des progrès extraordinaires sont nés de la coopération des pays d'Europe Occidentale et des deux pays Associés d'Amérique du Nord depuis la fin de la seconde guerre mondiale. Cette coopération a pris plusieurs formes, mais tout le monde reconnaît que l'O.E.C.E. a été l'une des plus efficaces. Tout le monde estime également que cette coopération doit être poursuivie et renforcée.

2. Un tournant a maintenant été atteint. L'Europe s'est pratiquement relevée des destructions et de la désorganisation provoquées par la guerre ; elle connaît une nouvelle prospérité. De nouveaux problèmes se posent, non moins impérieux que les précédents.

3. Les pays qui détiennent une grande puissance économique

ont conscience de leurs responsabilités à l'égard des pays sous-développés.

Forts de cet accord, nous soumettons le présent rapport dans l'espoir de nouveaux progrès dans la voie, déjà si bien tracée, de la coopération économique.

W. Randolph BURGESS, *Président*

Bernard CLAPPIER

Paul GORE-BOOTH

Xenophon ZOLOTAS

Paris, 7 avril 1960.

I

HISTORIQUE

LA CRÉATION DE L'O.E.C.E.

1. Le soulagement éprouvé en 1945 en Europe, à la fin de la guerre, a été tel que l'on ne s'est généralement pas rendu compte qu'il serait peut-être impossible d'assurer le relèvement économique par des moyens traditionnels. La sécheresse de 1946 et la rigueur de l'hiver 1946-1947 ont mis en lumière les principales déficiences. Il est apparu assez brusquement que l'Europe ne possédait ni une capacité de production suffisante pour assurer son propre relèvement, ni les ressources financières nécessaires pour acheter ailleurs ce qui lui manquait. Si cette situation d'impuissance avait persisté, elle aurait pu, dans de nombreux pays, entraîner rapidement des désordres sociaux, la perte des libertés individuelles, voire de l'indépendance politique.

2. Le discours historique, prononcé le 5 juin 1947 à Harvard par le Secrétaire d'État George C. Marshall, traduisit la réaction des États-Unis à cette situation :

« Les besoins de l'Europe pendant les trois ou quatre prochaines années en vivres et autres produits essentiels importés de l'étranger — notamment d'Amérique — sont tellement plus grands que sa capacité actuelle de paiement qu'elle devra recevoir une aide supplémentaire très importante ou s'exposer à une crise économique, sociale et politique très grave.

Il ne serait ni correct ni utile que ce Gouvernement entreprenne d'établir de son côté un programme destiné à remettre l'économie de l'Europe sur pied. C'est là l'affaire des Européens. L'initiative, à mon avis, doit venir de l'Europe.

Le rôle de ce pays devrait consister à apporter une aide amicale à l'établissement d'un programme européen, et à aider ensuite à mettre en œuvre ce programme dans la mesure où il nous sera possible de le faire. Ce programme devrait être collectif et établi en commun par un grand nombre de nations européennes, sinon par toutes. »

3. Peu après ce discours, M. Ernest Bevin, Ministre des Affaires Étrangères du Royaume-Uni, et M. Georges Bidault, Ministre des Affaires Étrangères de France, invitaient le Ministre des Affaires Étrangères de l'U.R.S.S., M. Molotov, à assister à une conférence à Paris le 27 juin 1947. Il fut reconnu, à cette conférence, qu'une aide américaine était nécessaire à l'Europe, mais que l'U.R.S.S. n'était pas disposée à accepter l'étude d'un programme de coopération en vue du relèvement. M. Bevin et M. Bidault, quant à eux, retinrent les propositions du Général Marshall et déclenchèrent le mécanisme qui, à la suite des travaux du Comité de Coopération Économique Européenne créé en 1947, aboutit à la signature à Paris, le 16 avril 1948, de la Convention de Coopération Économique Européenne, instituant l'O.E.C.E.

4. Une Délégation spéciale des États-Unis était demeurée à Paris durant les négociations sur la Convention et s'était ensuite tenue à la disposition de l'Organisation pendant la première phase des discussions sur le programme de relèvement et la répartition de l'aide. Une décision de l'O.E.C.E., en date du 2 juin 1950, a donné à cette délégation et à la représentation canadienne leur statut officiel ; les États-Unis et le Canada sont devenus des pays Associés.

5. Un accord signé en 1955 a prévu la participation de l'Espagne aux travaux de l'Organisation sur l'alimentation et l'agriculture. En 1959, l'Espagne est devenue Membre de plein exercice de l'O.E.C.E. Par une décision du Conseil datant de 1955, la Yougoslavie a été invitée à se faire représenter par un observateur aux réunions du Conseil et de ses organes subsidiaires ; elle participe aussi en qualité de Membre aux travaux de l'Organisation concernant l'agriculture, la productivité et le personnel scientifique et technique. La Finlande participe également à certaines activités de l'Organisation.

6. La Convention de 1948 met l'accent sur les efforts de coopération à entreprendre pour assurer le relèvement des pays Membres. Sans doute l'importance des liens entre l'économie européenne et l'économie mondiale y est-elle reconnue, mais, en 1948, ils étaient jugés secondaires par rapport aux devoirs de chacun des pays européens à l'égard de ses partenaires et de lui-même ; l'accent était mis sur la nécessité d'adopter des programmes nationaux de relèvement économique établis en commun, de développer les échanges réciproques de biens et de services et de prendre les mesures propres à réduire les obstacles à ces échanges.

LES RÉALISATIONS DE L'O.E.C.E.

7. Au cours de ses douze années d'existence, l'O.E.C.E. a enregistré dans l'ensemble des résultats substantiels. Ses principales réalisations ont été l'adoption de recommandations sur la répartition de l'aide américaine à l'Europe, la création de l'Union Européenne de Paiements et la libération des échanges intra-européens.

La Coopération en vue du Relèvement

8. L'objectif immédiat de l'O.E.C.E. était d'assurer dans les délais les plus courts le relèvement le plus complet possible de l'Europe. A cette époque, par suite des pénuries du temps de guerre, l'économie de la plupart des pays européens se trouvait encore soumise à un contrôle étroit des pouvoirs publics, en particulier dans le domaine des échanges et des paiements extérieurs. Il était donc possible d'élaborer des programmes en étant raisonnablement assuré de leur réalisation. Leur établissement n'en était pas moins une opération extrêmement importante qui exigeait d'urgence une conjonction unique de compétence politique, économique et technique. Une responsabilité plus grande encore a été confiée à l'Organisation lorsque le Gouvernement des États-Unis a décidé de lui demander de faire des recommandations pour la répartition de l'aide entre les différents pays Membres. Cette responsabilité, et les tâches précises qui en découlaient, ont introduit un certain réalisme dans les discussions de l'Organisation et lui ont donné l'habitude de rechercher, par des consultations et des examens mutuels, des solutions pragmatiques aux problèmes particuliers.

Les Paiements

9. Une seconde initiative très importante de l'O.E.C.E. a été la création, en septembre 1950, de l'Union Européenne de Paiements. Immédiatement après la guerre, les pays avaient été contraints de soumettre leurs échanges commerciaux mutuels à un régime étroitement bilatéral. Ce système, nécessairement restrictif, s'opposait aux méthodes commerciales normales selon lesquelles le déficit enregistré à l'égard d'un pays peut être compensé par un solde créditeur à l'égard d'un ou plusieurs autres pays. La création de l'Union Européenne de Paiements a représenté un grand pas vers la multilatéralisation des règlements et des crédits. Elle a incité les pays débiteurs à redresser leur balance des paiements tout en leur offrant des facilités automatiques de crédit, garanties en fait par tous les pays Membres, pour les aider à surmonter leurs difficultés du moment. Le système institué en 1950 s'est maintenu, avec de légères modifications, jusqu'à l'établissement de la convertibilité pour les non-résidents en décembre 1958, époque à laquelle l'Accord Monétaire Européen, préparé à cette fin dès 1955, est entré en vigueur.

Les Échanges

10. De même que pour les paiements, l'objectif, dans le domaine des échanges, était d'éliminer les effets restrictifs du bilatéralisme, en substituant aux contingents bilatéraux des contingents globaux ouverts à tous les pays Membres, et de parvenir progressivement à l'abolition complète du contingentement entre pays Membres.

11. Les pays Membres ont donc entrepris de supprimer les restrictions quantitatives aux échanges intra-européens grâce à ce qu'on appelle

le « Code de Libération », adopté le 18 août 1950. Le principe était que les pays Membres prenaient officiellement l'engagement réciproque de supprimer les restrictions quantitatives sur un pourcentage minimum de leurs importations en provenance des autres pays Membres. Des pourcentages croissants ont été fixés par une série de résolutions.

12. L'application du Code de Libération a ensuite connu de nombreuses vicissitudes correspondant aux fluctuations de la balance des paiements des pays Membres. Divers pays n'ont pu, à certains moments, atteindre les pourcentages de libération convenus et ont même dû, parfois, revenir en arrière. D'une manière générale toutefois, la libération a continué de progresser dans les années qui ont suivi 1950, et, en 1955, le pourcentage de 90 % de l'ensemble des importations privées (sur la base de 1948) était devenu la règle admise, encore que tous les pays n'aient pas toujours pu s'y conformer de façon continue.

13. L'O.E.C.E. a toujours accepté comme objectif à long terme d'étendre la libération des échanges au monde entier, et certains pays Membres avaient déjà fait d'importants progrès dans cette voie avant même le rétablissement de la convertibilité. En janvier 1960, le Conseil a entrepris de nouvelles études en ce sens, bien que le retour à la convertibilité ait eu évidemment pour conséquence l'extension *de facto* à tous les pays à monnaie convertible des mesures de libération adoptées par la plupart des pays Membres.

Les Transactions Invisibles

14. Ayant entrepris avec succès la libération des échanges, l'Organisation a élargi en 1953 son champ d'action en prenant l'initiative de travaux sur la réduction des obstacles aux paiements qui ne concernent pas les échanges de marchandises. Il s'agit des paiements dits « invisibles », afférents aux assurances, au tourisme, etc., et de nombreuses restrictions ont pu être supprimées en ce qui les concerne. L'Organisation a également entrepris d'éliminer les obstacles aux mouvements de capitaux, en particulier pour les investissements directs et les transactions non commerciales de caractère personnel.

LES MÉTHODES DE COOPÉRATION DANS L'O.E.C.E.

15. Dans les premiers temps de l'Organisation, la gravité de la crise à laquelle les pays Membres devaient faire face a rendu nécessaire une attitude de coopération et de compréhension mutuelle. Une tradition s'est ainsi établie qui a survécu à cette crise initiale. Elle a permis aux pays Membres de traiter dans le même esprit les problèmes de la période suivante.

16. C'est ainsi qu'un certain « esprit O.E.C.E. » s'est créé. Des hommes appartenant à des nations différentes, ont pu, par cette collaboration constante, directe et franche, se rendre mieux compte de l'interdépendance économique des nations et du fait que la coopération économique

internationale était non seulement nécessaire mais possible. Cette habitude de coopération a permis aux Gouvernements et à leurs représentants de formuler, grâce à la connaissance mutuelle de leurs problèmes, les politiques et les méthodes les plus propres à les résoudre.

17. Un autre domaine où l'O.E.C.E. a obtenu d'heureux résultats est celui de l'élaboration des techniques de coopération entre Gouvernements d'une part, experts indépendants et organisations non gouvernementales d'autre part. La désignation de comités restreints d'experts indépendants est une méthode qui a été utilisée avec profit par l'O.E.C.E. L'Organisation a également mis au point avec succès des procédures d'association à ses activités des organisations syndicales et autres organisations non gouvernementales.

18. Cet esprit et ces méthodes de travail avaient déjà permis aux Membres et Associés de l'O.E.C.E. d'entreprendre avec bonheur certaines tâches assez ingrates mais de plus en plus essentielles telles que la confrontation des politiques économiques.

LES NOUVEAUX FACTEURS : 1958-1960

19. A la fin de 1958, deux événements intervenus à quelques semaines d'intervalle ont fait apparaître en termes nouveaux le problème des perspectives et de l'activité futures de l'O.E.C.E. D'une part, les discussions engagées pour la constitution d'une zone de libre échange groupant tous les Membres de l'Organisation n'aboutirent à aucun résultat. D'autre part, la convertibilité, limitée aux non-résidents, fut établie pour les principales monnaies, ce qui entraîna la disparition de l'U.E.P. et son remplacement par l'A.M.E.

20. Les discussions sur la création d'une zone de libre échange avaient été engagées après l'adoption par les Six, au printemps de 1957, du rapport de M. Spaak sur l'établissement d'un marché commun. Mais le long examen des problèmes soulevés par ce projet devait amener les Membres de l'Organisation à se diviser sur cette importante question.

21. Pour des raisons différentes, l'annonce de la convertibilité des monnaies limitait dans une grande mesure le rôle de l'O.E.C.E. en matière d'échanges et de paiements. C'est ainsi que les pays dont les recettes se trouvaient être en majeure partie en monnaies convertibles ne pouvaient plus, en raison de leurs obligations internationales, restreindre aux seuls pays Membres la libération des échanges. De même le remplacement de l'U.E.P. par l'A.M.E., quoiqu'il restât beaucoup à faire, notamment dans le domaine de la stabilisation financière de certains pays, mettait fin au système d'octroi automatique de crédits entre pays européens.

22. De plus, un certain nombre de facteurs nouveaux, de portée mondiale, sont apparus au premier plan. Il devenait en particulier de plus en plus évident que l'aide aux pays en voie de développement devait

être réexaminée. D'abord, parce que le relèvement des puissances industrielles de l'Europe les mettait en mesure d'accorder à ces pays une aide plus importante ; ensuite parce que, malgré l'assistance fournie par les institutions internationales et par certains pays isolément, le fossé continuait en général à s'élargir entre les pays industrialisés et les pays moins développés. Les pays Membres de l'O.E.C.E. avaient certes beaucoup fait en ce sens, à la fois directement et par leur contribution aux organisations internationales, ainsi que par les programmes de stabilisation mis en œuvre en Turquie, en Espagne et en Islande. Néanmoins le besoin d'une nouvelle action se faisait sentir. Il fallait en particulier disposer d'un forum où l'on puisse discuter de la politique générale à suivre en vue de l'accroissement et de la meilleure utilisation des ressources disponibles à cet effet.

23. Quoique certains objectifs de l'O.E.C.E. ne fussent pas encore complètement atteints, il est apparu que les pays Membres devaient désormais consacrer une part plus grande de leurs efforts communs aux problèmes et aux tâches résultant de leurs relations avec le reste du monde. Cela impliquait, de la manière la plus urgente, une collaboration totale avec les deux pays qui jusqu'ici n'étaient qu'associés à l'Organisation : les États-Unis et le Canada.

24. On s'est demandé s'il était opportun d'instituer une Organisation de Coopération Économique mieux adaptée aux circonstances actuelles. Nous pensons que la réponse à cette question ressort clairement de ce qui précède. Nous avons à entreprendre des tâches qui ne peuvent être assumées efficacement que par un effort commun. Nous sommes convaincus, et tous ceux avec qui nous avons eu des contacts le sont aussi, qu'une coopération économique intergouvernementale organisée doit se poursuivre avec la pleine participation des États-Unis et du Canada.

II

BUTS ET TÂCHES DE LA FUTURE ORGANISATION

1. CONFRONTATION DES POLITIQUES ÉCONOMIQUES

25. Une expansion continue assortie du plein emploi et d'un traitement équitable de la main-d'œuvre, la stabilité monétaire et l'équilibre global de la balance des paiements, tels sont les principaux objectifs de la politique économique. L'élaboration et la mise en œuvre des mesures permettant d'atteindre ces objectifs constituent une des tâches essentielles des Gouvernements.

26. La poursuite d'une telle politique par les principaux pays industrialisés est en outre une condition essentielle de la croissance régulière de l'économie mondiale. Du fait de l'importance de l'Europe et de l'Amérique du Nord en tant que débouchés pour les pays moins développés, l'aide apportée à ces pays ne peut être efficace que si elle a pour support une expansion continue de l'économie des pays industrialisés.

27. Cette opinion a été exprimée avec force à maintes reprises au cours de nos échanges de vues avec les représentants des différents pays. Nous sommes entièrement d'accord avec eux sur ce point.

28. Il est également apparu que les Gouvernements des pays Membres et Associés estiment que l'O.E.C.E. a apporté une contribution substantielle à la réalisation de ces objectifs.

29. Les méthodes de travail de l'O.E.C.E. dans ce domaine ont été fondées, d'une part sur des études de la situation et des perspectives économiques de chacun des pays, d'autre part sur une analyse et une discussion de la conjoncture économique générale.

Études par pays

30. La méthode du rapport annuel a été adoptée dès les premiers temps de l'Organisation. Le problème était alors, d'une part de formuler des recommandations sur la répartition de l'aide américaine, d'autre part d'essayer de surmonter les pénuries matérielles, l'insuffisance de capa-

cité de production et la désorganisation économique générale qui caractérisaient cette époque; la solution de ces problèmes exigeait une analyse attentive des besoins et des politiques de chaque pays. C'est ainsi que se sont définies les études par pays. Cette méthode comporte un examen collectif approfondi, avec de libres échanges de vues, au sein d'un groupe de représentants qualifiés des pays de l'O.E.C.E. Ces études par pays ont joué un rôle important en favorisant l'adoption de politiques saines et efficaces.

31. Au fur et à mesure du relèvement économique de l'Europe, il est devenu moins nécessaire de fixer des objectifs précis. La méthode des examens est demeurée cependant extrêmement utile pour la solution des problèmes de déséquilibre des balances de paiements, de pressions inflationnistes ou de croissance économique insuffisante. Cette méthode est ainsi devenue un des aspects permanents des travaux de l'Organisation et lui a permis à maintes reprises d'entreprendre une action utile de coopération.

32. Dans le cadre des rapports annuels, chaque pays soumet à l'examen de tous ses partenaires sa situation et sa politique économiques. De cette manière la discussion des problèmes majeurs est possible, et chaque pays recueille une opinion autorisée sur les répercussions de sa politique sur ses voisins.

33. Les examens sont effectués dans une atmosphère de confiance et les conclusions principales sont publiées, mais seulement lorsque le rapport a reçu l'approbation unanime de tous les pays Membres et Associés, y compris le pays qui fait l'objet de l'étude.

34. Si une action coordonnée apparaît nécessaire à la suite de ces examens ou des travaux menés dans d'autres parties de l'Organisation, elle est entreprise par l'intermédiaire du Comité Directeur de l'Accord Monétaire Européen, du Comité de Direction des Échanges, du Comité Économique ou d'autres organismes.

Consultations sur l'orientation de la conjoncture économique

35. En étudiant la situation économique des pays Membres, et dans le cadre de ses autres activités, l'O.E.C.E. a été amenée à se pencher sur l'évolution de la conjoncture économique en général. Il est apparu qu'un grand nombre de problèmes étaient communs à la plupart des pays participants; mais des divergences se sont également révélées entre les politiques nationales. La prise de conscience de ces problèmes a provoqué en 1956 la création d'un Groupe de Travail spécial chargé d'étudier les tendances de la politique et de la conjoncture économiques à court terme.

36. L'une des premières études entreprises par ce Groupe de Travail spécial fut celle des pressions inflationnistes et des déséquilibres de balance des paiements, qui revêtaient une forme aiguë en 1956.

37. Lorsque l'activité se ralentit au cours de 1958, les échanges de vues amorcés par ce Groupe de Travail aboutirent en juillet 1958 à une recommandation du Conseil, aux termes de laquelle les pays Membres devaient donner à leur politique économique une orientation nouvelle de nature à favoriser l'expansion. Les pays Membres se sont conformés à cette recommandation; chaque pays a pris les mesures appropriées d'autant plus facilement qu'il avait la certitude de ne pas agir seul. Le risque que des dispositions isolées auraient pu présenter pour la balance des paiements de chaque pays s'est ainsi trouvé réduit.

38. En 1959, le Groupe de Travail spécial a été remplacé par le Comité de Politique Économique, composé de hauts fonctionnaires ayant des responsabilités importantes dans la détermination de la politique économique de leurs pays. Ce Comité s'est réuni trois fois l'an dernier et ses membres ont pu ainsi échanger leurs vues sur la conjoncture du moment et la politique la mieux adaptée à cette conjoncture. Le Conseil a été en outre assisté par un Groupe d'Experts, composé des Conseillers Économiques des Gouvernements de chaque pays.

39. Les représentants des divers pays nous ont témoigné leur satisfaction des progrès considérables accomplis par l'O.E.C.E. dans ce domaine et ont estimé souhaitable la poursuite de ces efforts.

Coordination des politiques

40. Étant donné les pratiques commerciales actuelles et la convertibilité externe des principales monnaies, l'économie d'un pays déterminé est plus sensible qu'elle ne l'a jamais été depuis 1930 aux fluctuations de la conjoncture et à la politique suivie dans les autres pays. En raison de l'interdépendance croissante des économies, la poursuite par chaque pays de ses propres objectifs, si légitimes soient-ils, peut conduire à une surenchère susceptible, non seulement d'aggraver le déséquilibre économique mondial, mais aussi d'entraver la réalisation des objectifs nationaux. Une telle situation risque de poser de sérieux problèmes, en particulier aux pays qui sont largement tributaires du commerce extérieur.

Aussi existe-t-il d'étroites limites à la politique que les différents pays, et plus spécialement les grandes puissances, peuvent appliquer sans tenir compte des répercussions de leurs décisions; de même se trouve réduite l'efficacité des mesures prises par un pays isolément. En outre, dans certains pays, des difficultés économiques relativement secondaires et temporaires peuvent avoir des répercussions politiques sérieuses. Il ne faut pas non plus perdre de vue qu'une situation de prospérité économique mondiale peut receler des risques sérieux de récession ou d'instabilité.

41. Aussi estimons-nous que l'une des tâches primordiales de la future Organisation doit être de poursuivre la procédure de consultation et

de recommandations tendant à renforcer la coordination des politiques économiques. Ainsi parviendra-t-on au taux de croissance économique le plus élevé compatible avec la stabilité monétaire.

42. Ceci est essentiel à la prospérité économique et à l'unité de vues entre pays Membres. C'est aussi une assurance que l'Organisation, dont les Membres jouent un rôle prépondérant dans l'économie mondiale, apportera une contribution positive à l'harmonie des relations internationales et au développement économique général. Dans la conjoncture actuelle, une telle assurance a une signification politique majeure ; aussi figure-t-elle à l'Article I du projet de Convention comme l'un des objectifs essentiels de l'Organisation.

43. Pour atteindre ces objectifs, l'Organisation devra donc continuer à passer en revue périodiquement la situation et les problèmes de chaque pays, ainsi que la tendance économique générale, à formuler les principes d'action appropriés et à indiquer, si nécessaire, les mesures propres à atteindre les objectifs communs et à éliminer les actions divergentes.

Arrangements institutionnels

44. Il n'est pas question de porter atteinte à la souplesse des méthodes élaborées au sein de l'O.E.C.E. ou au respect total du principe de souveraineté et de non-immixtion dans les responsabilités des Gouvernements nationaux. L'Organisation doit s'attacher à permettre des échanges de vues fréquents et confidentiels, susceptibles de faire accepter par les pays Membres les idées et les règles qu'ils jugent saines.

45. L'Organisation pourrait examiner si les dispositions actuelles sont bien adaptées à cette tâche. On a suggéré, par exemple, que l'efficacité des travaux pourrait être accrue si les examens par pays étaient plus étroitement liés aux consultations relatives à la conjoncture économique générale. En effet, au moins pour les pays les plus importants, les conclusions dégagées à l'occasion de l'étude de leur situation ont un rapport direct avec le jugement porté sur l'évolution de la conjoncture en général. Inversement, si l'on veut que l'Organisation exerce une utile influence coordinatrice, les études par pays doivent être placées dans le contexte de l'évolution économique mondiale.

46. L'Organisation pourrait donc examiner s'il ne serait pas souhaitable d'instituer dans ce domaine un Comité de Politique Économique à un niveau élevé, qui canaliserait tous les travaux et ferait rapport au Conseil. On pourrait adjoindre à ce Comité un sous-comité chargé de procéder aux examens par pays, de dégager les problèmes méritant l'attention du Comité, et d'entreprendre tous les travaux techniques préparatoires aux réunions de celui-ci. Le Comité de Politique Économique serait ainsi déchargé de la tâche des examens par pays.

47. En outre, l'Organisation pourrait examiner s'il ne serait pas opportun de doter le Comité de Politique Économique d'un autre sous-comité, de composition restreinte, formé de personnalités ayant des responsabilités importantes dans l'élaboration de la politique économique de leur pays. Ce sous-comité pourrait se réunir à intervalles plus rapprochés que le Comité de Politique Économique lui-même, et se révéler très précieux pour assurer les consultations fréquentes qui sont l'une des conditions d'une coordination efficace. Il serait également important pour assurer l'efficacité de ces travaux, de maintenir au sein du Secrétariat un niveau élevé de qualification technique et de compétence.

48. Comme à l'heure actuelle, les organismes dont nous suggérons la création soumettraient leurs conclusions au Conseil de l'Organisation pour prise en considération et, éventuellement, adoption des mesures appropriées.

49. Le succès de l'Organisation dans cet important domaine dépendra de la qualité et du niveau de la représentation des pays Membres. Nous estimons, en conséquence, devoir insister sur le fait que le niveau des représentations nationales dans les organes compétents soit le plus élevé possible, tant du point de vue de la qualification que des responsabilités exercées.

2. AIDE AUX PAYS EN VOIE DE DÉVELOPPEMENT

50. Nous sommes convaincus qu'aucun problème n'est plus important pour nos pays que d'aider les pays sous-développés à élever leur niveau de vie, à sauvegarder leur liberté et à améliorer l'existence de leurs peuples. C'est la tâche essentielle de notre époque et nous avons été frappés et encouragés par la résolution avec laquelle les Gouvernements qui nous ont exprimé leur opinion sont disposés à y faire face. Cette attitude décidée résulte d'une prise de conscience de l'importance du problème, non seulement pour les pays en voie de développement eux-mêmes, mais aussi pour les pays plus évolués.

51. Les territoires que la révolution industrielle, pour une raison ou pour une autre, n'avait presque pas touchés, sont entrés en rapports étroits avec leurs voisins plus industrialisés. Le désir de ces pays de suivre le progrès économique est extrêmement fort. Un grand nombre d'entre eux ont des populations nombreuses, en accroissement constant. Celles-ci sont impatientes de bénéficier des avantages que le développement économique peut leur apporter, non seulement sur le plan du niveau de vie mais aussi dans le domaine des valeurs spirituelles, de la culture et des institutions politiques. Ces pays reconnaissent que leur développement doit être fondé avant tout sur leur propre effort ; mais ils ont aussi besoin de l'aide des autres.

52. Tous ceux que nous avons reçus ont reconnu qu'il était de l'intérêt commun de favoriser la progression méthodique, régulière et sûre de l'économie des pays moins développés. Il est particulièrement indiqué que la future Organisation se préoccupe activement de ce problème, puisqu'un grand nombre de ses Membres sont tout désignés par l'histoire, le développement de leur industrie, l'importance de leur rôle dans les échanges internationaux et leurs ressources financières, pour apporter une contribution efficace aux pays moins évolués.

ACTIVITÉS ACTUELLES

53. Les problèmes de développement économique font déjà l'objet, dans de nombreuses organisations, d'une grande attention qui se manifeste dans des voies très diverses. En dehors des facilités offertes par les institutions internationales de crédit, telles que la Banque Internationale pour la Reconstruction et le Développement et l'Association Internationale de Développement, dont la création est envisagée, des activités d'un autre type ont été entreprises pour faciliter l'expansion. C'est ainsi que les Nations Unies et d'autres organisations ont établi des programmes d'assistance technique.

54. En plus de l'action des institutions à caractère multilatéral, des programmes d'aide ont été élaborés par différents pays. Plusieurs pays européens, ainsi que le Canada, accordent des subventions ou des prêts de développement, notamment aux régions avec lesquelles ils entretiennent des relations particulières. Les États-Unis de leur côté ont fourni un volume important d'aide directe. Au début, celle-ci a été affectée par priorité à la reconstruction des pays dévastés par la guerre, mais au cours des huit dernières années, l'accent a été mis presque entièrement sur l'octroi d'une aide financière et la fourniture d'une assistance technique aux pays en voie de développement économique.

RÔLE DE L'ORGANISATION FUTURE

55. Nous estimons que, malgré les efforts déjà accomplis par ailleurs par des pays isolés et par des organismes internationaux, l'Organisation a un rôle important à jouer dans l'assistance aux pays en voie de développement.

56. Un certain nombre de pays Membres se heurtent à de sérieux problèmes de développement; il est naturel que l'Organisation considère comme une de ses tâches principales de s'occuper des besoins urgents de ces pays. Toutefois elle ne peut limiter ses responsabilités à sa propre zone géographique; son objectif doit être de favoriser le développement économique sur un plan plus vaste.

57. Nous recommandons donc que les tâches et les activités de l'Organisation dans ce domaine soient les suivantes :

a) *Coordination de la politique commerciale et de la politique économique générale*

Le développement rationnel et continu des pays moins évolués est

fonction de l'existence d'un marché stable et en expansion pour leurs produits. Les pays Membres de la future Organisation constituent le principal marché mondial pour les matières premières et les produits alimentaires, qui forment traditionnellement la majeure partie des exportations des régions moins développées. Ils assurent également une très grande partie du commerce mondial des produits finis. Il est donc important pour les territoires en voie de développement que les pays industrialisés eux-mêmes conservent un rythme régulier de croissance économique. Le Conseil et ses organismes annexes devront, en abordant les questions de politique économique et d'échanges, se préoccuper constamment des répercussions que la politique économique des pays Membres exerce sur les possibilités de vente des pays moins développés et sur leur économie en général.

En outre, l'Organisation, en orientant son action vers l'extérieur, devra déterminer les mesures pratiques à prendre de concert par les pays Membres en vue d'améliorer les conditions de développement des pays moins évolués.

b) *Assistance technique*

Par l'intermédiaire de l'Agence Européenne de Productivité, l'O.E.C.E. est déjà engagée dans un programme de formation et de démonstration destiné à doter les pays en voie de développement de l'Organisation d'une productivité plus grande grâce à l'amélioration de la technique et des méthodes de travail. Un exemple : dans une région donnée l'on vient de construire un nouveau barrage ; on y dispose pour la première fois d'énergie électrique, ce qui est intéressant, mais le progrès peut être beaucoup plus significatif encore si, par une action d'assistance technique, on peut enseigner aux agriculteurs locaux, aux ouvriers et aux petits entrepreneurs la manière d'utiliser l'énergie et les moyens d'irrigation qui leur sont fournis. Il faut poursuivre et développer cette diffusion des connaissances techniques, en même temps que l'investissement de nouveaux capitaux. Cette nécessité s'impose spécialement dans le domaine agricole. L'assistance technique ainsi dispensée accroît l'efficacité des investissements nouveaux d'une manière qui n'a souvent pas de commune mesure avec l'effort initial.

L'assistance technique doit, par principe, chaque fois que cela est possible, contribuer directement au succès des programmes de développement nationaux ou régionaux, qu'il s'agisse d'aide à des projets spécifiques ou de réalisations telles que les « zones d'expérimentation et de démonstration » créées en Sardaigne, en Grèce et en Turquie.

c) *Assistance financière*

Les pays en voie de développement doivent recevoir de plus en plus de capitaux pour compléter leur propre épargne disponible aux fins d'investissement. Bien que les institutions multilatérales de crédit rendent des services extrêmement précieux, une grande partie du capital nécessaire devra être fournie directement, dans l'avenir comme par le passé, par des pays ou des groupes de pays. On peut améliorer sensiblement

l'efficacité de ces programmes d'aide directe en ayant recours à une méthode de consultation permettant une franche discussion et une confrontation officieuse des meilleurs moyens d'accroître et de perfectionner l'assistance financière offerte.

ARRANGEMENTS INSTITUTIONNELS

58. Les travaux que nous recommandons à l'Organisation future d'entreprendre en ce qui concerne les pays moins développés entraînent une modification sensible de la hiérarchie des tâches. Afin de mettre l'Organisation en mesure d'y faire face, le nouveau Conseil devrait étudier les aménagements à apporter à la structure interne de l'Organisation. Il faudra aussi un personnel qualifié et techniquement valable; le Conseil devra en délibérer.

59. Nous sommes convaincus en particulier que les consultations prévues ci-dessus sur l'aide financière directe fournie par les divers pays doivent s'effectuer dans le cadre d'un Comité d'Aide au Développement. C'est à ce besoin qu'a répondu la création, le 14 janvier 1960, du Groupe d'Aide au Développement, composé des pays en mesure de fournir un montant substantiel de capitaux à long terme. Ce Groupe, a-t-on envisagé, pourrait être rattaché à la future Organisation. Le Comité disposerait de la souplesse nécessaire pour ses activités courantes; il aurait en particulier la faculté de faire des suggestions aux Gouvernements représentés en son sein.

60. De plusieurs côtés, nous avons entendu préconiser l'étude d'une prolongation de la durée des crédits offerts aux pays Membres par le Fonds Européen. D'autres, au contraire, ont exprimé des doutes sur l'opportunité d'une telle mesure.

61. L'augmentation des investissements privés peut être capitale pour la mise en valeur des pays moins développés. A cet égard, l'idée a été émise d'une assurance-crédit multilatérale pour les crédits à l'exportation d'une durée de cinq à dix ans, accordés par des banques privées. On reculerait ainsi la limite normale appliquée présentement à la durée des crédits à l'exportation. Cette durée est habituellement de cinq ans en fonction des accords en vigueur, mais de telles conditions de crédit ne correspondent pas toujours aux nécessités des projets d'investissement à long terme. Les promoteurs d'un système d'assurance-crédit multilatérale estiment que ce système aurait en outre l'avantage de développer la coopération entre instituts bancaires privés et organisations internationales.

62. Nous pensons que le Conseil de l'Organisation future devrait examiner attentivement des propositions du genre de celles qui précèdent.

3. LES ÉCHANGES

63. Le but de l'O.E.C.E. était de rétablir l'économie des pays Membres et de les mettre ainsi à même de remplir pleinement les obligations décou-

lant pour eux des engagements souscrits dans les organisations mondiales en matière de commerce et de paiement. C'est pourquoi, à l'origine, l'activité de l'O.E.C.E. dans le domaine de la politique commerciale a favorisé le développement prioritaire des échanges entre pays Membres, afin de compléter l'effet stimulant que devait produire sur l'économie européenne l'aide financière américaine, et de réduire, voire de supprimer, le « dollar gap ». Douze ans après, le succès remporté dans cette voie paraît très large ; les difficultés de balances de paiement ont en règle générale disparu, la convertibilité externe des principales monnaies est établie, la libération des échanges est presque totale pour les produits industriels. De surcroît, la libéralisation générale du commerce en Europe a joué un rôle important dans le rétablissement d'un commerce international libre.

64. Mais, du fait que la compétence commerciale de l'O.E.C.E. ait été liée à la poursuite d'objectifs largement atteints et se soit affirmée dans un cadre aujourd'hui dépassé, faut-il tirer la conclusion que la nouvelle Organisation doit abandonner toute activité dans ce domaine et répudier toutes les règles et procédures établies en douze années de coopération européenne?

65. On serait tenté de le faire d'abord parce qu'une coopération commerciale active limitée aux dix-huit pays européens Membres de l'O.E.C.E. se heurte aux objections que l'on connaît et qui ont amené les Gouvernements à nous confier notre mandat le 14 janvier 1960. En outre, compte tenu des règles du G.A.T.T. et des devoirs qui, sur tous les plans, s'imposent aux pays industrialisés à l'égard des pays sous-développés, une coopération commerciale dans un cadre groupant les États-Unis, le Canada et les dix-huit pays Membres de l'O.E.C.E. appellerait des objections du même ordre.

66. Néanmoins, une solution aussi tranchée est difficilement concevable dans la mesure où la politique commerciale, en tant qu'élément de la politique économique, relève sans aucun doute de la future Organisation. Cette solution serait d'ailleurs inopportune, en ce sens que les objectifs initiaux de l'O.E.C.E. n'ont pas été intégralement atteints par tous les pays Membres. En revanche, la volonté doit être clairement proclamée que la compétence commerciale de la nouvelle Organisation s'exercera dans le cadre des principes de l'Accord Général sur les Tarifs et le Commerce.

67. A cet égard, les remarques et suggestions suivantes semblent pouvoir être faites :

A. La confrontation des politiques économiques des pays Membres, qui sont unis entre eux par les liens de la géographie, de l'histoire, de la liberté économique et politique, correspond à un besoin depuis longtemps ressenti. L'élimination des restrictions nées de la guerre et le spectaculaire redressement européen permettent aujourd'hui aux Membres de l'O.E.C.E. de confronter leurs vues, avec une efficacité

accrue, et celles des États-Unis et du Canada, afin de promouvoir un haut niveau d'expansion des économies nationales. Cette recherche des moyens propres à assurer le taux d'expansion souhaitable postule que le commerce entre pays Membres fasse l'objet d'examens concertés, en vue d'éliminer les obstacles de nature commerciale qui pourraient entraver la réalisation du but poursuivi en cette matière.

B. De plus, il est généralement reconnu que le problème économique et politique le plus important sera dans les années à venir d'assurer le développement des régions insuffisamment industrialisées, grâce à un effort fourni notamment dans le domaine financier, par les pays hautement évolués qui se proposent précisément de faire partie de la future Organisation.

L'expérience de ces dernières années montre que l'expansion économique des pays industrialisés favorise le développement des régions insuffisamment développées en agissant sur le montant des recettes dont disposent les pays fournisseurs de produits de base. Un volume accru de ventes et, en règle générale, une amélioration des termes de l'échange accompagnent cette expansion. Il est donc nécessaire que les pays Membres de l'Organisation concertent leur politique économique, et par suite leur politique commerciale qui en est une composante, pour maintenir et élever le niveau des échanges avec les pays non membres dans des conditions profitables à tous. Nous avons traité ce point à la section 2 du présent chapitre.

C. Par définition, l'œuvre de solidarité internationale que la future Organisation se propose pour but ne sera pas limitée aux pays Membres ou aux Parties Contractantes au G.A.T.T., mais étendue à tous les pays qui seront prêts à coopérer dans le cadre d'une politique économique libérale. De plus, les pays Membres, en confrontant en permanence entre eux les problèmes commerciaux importants liés à la politique économique générale, pourront faciliter l'action du G.A.T.T. en faveur de la libéralisation du commerce international.

Sans doute pourrait-on concevoir que les procédures permanentes mises au point dans le cadre de l'O.E.C.E. depuis 1948 soient reprises à leur compte, à Genève, par les Parties Contractantes au G.A.T.T. Ces procédures comportent à la fois des études détaillées effectuées par le Secrétariat de l'Organisation, des discussions prolongées et fréquentes entre les pays Membres, une confrontation quasi-permanente des vues et des intérêts de chacun. Leur transposition dans le cadre élargi du G.A.T.T. soulève des difficultés dues pour l'essentiel à la structure même de l'Accord Général sur les Tarifs et le Commerce. Diverses tentatives ont cependant été faites en ce sens au cours des années passées. En attendant qu'elles se précisent et que leur succès s'affirme, il paraît possible de conserver, dans un cadre rénové, les procédures de l'O.E.C.E. ; elles s'appliqueraient aussi bien à des problèmes commerciaux de caractère général et permanent qu'à des cas concrets provoquant des difficultés particulières.

68. Si l'activité de la nouvelle Organisation dans le domaine de la politique commerciale doit s'inspirer des principes généraux esquissés ci-dessus, il est devenu évident, depuis le retour à la convertibilité externe des monnaies européennes, que cette Organisation ne peut pas faire sien le Code de Libération tel qu'il a été élaboré par l'O.E.C.E. Il en résulte que la validité de ce Code doit prendre fin au plus tard le jour de l'entrée en vigueur de la future Organisation. La même remarque s'applique aux autres décisions de l'O.E.C.E. en matière de politique commerciale, telles que les décisions sur l'aide à l'exportation, sur les restrictions à l'exportation, sur la liberté de circulation des matières nucléaires, etc...

69. Il est donc nécessaire que la révision des dispositions de caractère commercial actuellement en vigueur dans l'O.E.C.E. soit entreprise et menée à bien par le Comité Préparatoire ou un de ses sous-comités d'ici une date telle que le 31 décembre 1960. Cette révision aboutirait à un ensemble de recommandations à soumettre au Conseil de la future Organisation, qui détermineraient les dispositions de caractère commercial susceptibles d'être adoptées par elle. Cette procédure devrait être conduite de telle manière que les recommandations puissent être approuvées par la future Organisation dès son entrée en vigueur, ce qui rendrait possible la substitution des nouvelles dispositions aux anciennes devenues caduques, sans solution de continuité.

70. Les résultats de la révision de ces mesures devraient

- a) être acceptables par tous les pays Membres de la future Organisation ;
- b) être applicables à l'égard des pays Membres et non membres, y compris les pays en voie de développement économique ;
- c) être conformes au G.A.T.T. ; si le G.A.T.T. était modifié à l'avenir, les nouvelles dispositions devraient être également modifiées pour maintenir cette conformité.

71. Il est généralement reconnu que la technique moderne rend souvent souhaitables et parfois nécessaires des formations économiques régionales, qui ne peuvent généralement être réalisées en pratique que dans le cadre d'unions douanières ou de zones de libre échange du type de celles qui sont définies par l'Art. 24 de l'Accord Général sur les Tarifs et le Commerce. Du point de vue commercial, ces entités économiques intégrées présentent nécessairement un certain aspect « préférentiel ». Il importe cependant que, d'une part, les préférences commerciales soient non pas le but unique ou principal des arrangements régionaux, mais l'une de leurs conséquences inévitables, et que, d'autre part, ces conséquences éventuellement dommageables pour les pays tiers soient compensées par les avantages que ceux-ci pourront tirer des progrès réalisés dans les régions en cause grâce à l'effort d'unification.

72. Étant donné que la future Organisation aura dès sa création affaire à des entités économiques plus ou moins intégrées, elle devra sans nul

doute veiller à ce que l'existence de celles-ci ne gêne en rien l'œuvre de solidarité internationale qui est sa principale raison d'être. Ici encore, il devrait donc être loisible de faire appel, si besoin est, à sa compétence commerciale.

4. PAIEMENTS INTERNATIONAUX

73. Ainsi que nous l'avons dit au Chapitre I, la dislocation des économies européennes après la guerre se caractérisait par un labyrinthe de contrôles à l'importation et de restrictions de change. L'abaissement progressif de ces barrières aux paiements internationaux est dû en grande partie à l'effort collectif des Membres de l'O.E.C.E. La création, en 1950, de l'Union Européenne de Paiements, est l'un des résultats les plus remarquables qu'ait obtenus l'Organisation. Cette institution offrait des facilités de crédit à court terme, en même temps qu'un système centralisé de compensation particulièrement utile à un moment où les divers pays disposaient de faibles réserves en devises. Elle a ainsi largement contribué à la disparition du bilatéralisme que les circonstances avaient imposé aux pays européens. Les pays, les uns après les autres, surmontèrent des crises temporaires de balance des paiements en utilisant ces facilités. Sans elles, ces crises auraient pu être plus graves et plus longues.

74. L'U.E.P. fonctionnait depuis près de huit ans lorsqu'à la fin de 1958 les pays Membres considérèrent que la consolidation de leurs économies leur permettait de faire un nouveau pas dans le sens d'un régime de paiements vraiment multilatéral fondé sur la convertibilité des monnaies. L'établissement de la convertibilité pour les non-résidents a permis de renoncer au régime de la compensation mensuelle des soldes entre pays et des crédits automatiques ouverts à l'Union ou par elle.

75. L'Accord Monétaire Européen a remplacé l'U.E.P. Tous les Membres de l'O.E.C.E. y ont adhéré, et ses dispositions couvrent actuellement les deux activités suivantes :

1. *Crédit à court terme et opérations de stabilisation*

Le Fonds Européen, créé par l'A.M.E. et administré par un Comité Directeur, prévoit des facilités de crédit d'une durée maximum de deux ans pour aider les pays Membres à remédier aux déséquilibres à court terme dans leurs relations financières extérieures. A l'occasion des demandes de crédit, le Comité, après avoir examiné avec le pays intéressé sa situation économique, fait en général des suggestions sur les mesures à prendre pour la stabiliser et l'améliorer. Les facilités de crédit ont été effectivement utilisées en liaison avec des programmes de stabilisation, pour plusieurs pays. Les opérations de stabilisation mettent en jeu différentes parties de l'Organisation. Le Comité Directeur de l'A.M.E. utilise les renseignements statistiques recueillis par le Comité Économique

et les résultats des examens auxquels il a procédé; les aspects du problème relatifs au commerce extérieur sont étudiés au Comité de Direction des Échanges et au Comité Mixte des Échanges et des Paiements. Le Conseil et le pays intéressé sont ainsi assurés qu'au moment où la question vient devant le Conseil, tous ses aspects ont été étudiés à fond.

2. Facilités de Compensation

L'A.M.E. offre également la possibilité d'utiliser son système de règlement multilatéraux pour solder les balances de paiements entre pays. Jusqu'à présent les Membres ont estimé que les voies bancaires normales étaient suffisantes et n'ont pas largement utilisé la compensation. Toutefois les Membres de l'A.M.E. estiment souhaitable de conserver ces facilités.

76. Nous avons été frappés par la manière judicieuse dont le Comité Directeur a conduit les affaires de l'A.M.E. et par l'efficacité des opérations de stabilisation de l'Organisation. Nous recommandons que ces activités de l'A.M.E. soient poursuivies.

77. Tout en s'efforçant ainsi de faciliter les échanges de marchandises et les paiements correspondants, l'Organisation s'est intéressée de plus en plus activement, à mesure que la situation économique s'améliorait, à la libération des transactions invisibles courantes. Ces transactions, qui portent sur les frets, les primes d'assurance, les allocations de tourisme, les intérêts, etc., sont couvertes par un chapitre du Code de Libération et dépendent d'un Comité des Transactions Invisibles, qui rend compte de ses travaux au Conseil.

78. Des travaux analogues ont également été entrepris dans le domaine des mouvements de capitaux, et les dispositions adoptées à ce sujet constituent un Code de Libération des Mouvements de Capitaux distinct, qui est entré en vigueur en décembre 1959; cette activité relève également du Comité des Transactions Invisibles.

79. Ces travaux de l'Organisation demeurent utiles, en contribuant à écarter les obstacles techniques et financiers au libre jeu des paiements entre pays participants; leur grand intérêt a été reconnu non seulement par les différents pays, mais aussi par le Directeur Général du Fonds Monétaire International dans la déclaration qu'il nous a faite. Aucune autre grande organisation internationale n'a de programme d'action analogue en ce qui concerne les transactions invisibles et les mouvements de capitaux, dont l'importance croît à mesure que les monnaies deviennent plus complètement convertibles et que les besoins en capitaux étrangers des pays en voie de développement s'intensifient.

80. Nous recommandons que la future Organisation poursuive ses activités en faveur du libre jeu des paiements internationaux, y compris celles qui intéressent les mouvements de capitaux. La forme et les modalités de cette action seront déterminées par la révision prévue à la section 3.

81. On a suggéré que l'Organisation pourrait faire porter ses efforts sur la libération des transactions invisibles et des transactions en capital, non seulement entre pays Membres, mais aussi à l'égard des pays tiers. A notre avis cette suggestion mérite d'être étudiée et discutée plus à fond par le Conseil actuel et par la future Organisation.

5. AGRICULTURE

82. C'est dans le domaine de l'agriculture que les Gouvernements ont à résoudre quelques-uns des problèmes économiques les plus complexes et les plus délicats. Cette situation tient en partie au caractère particulier de la production agricole et à sa structure ; elle provient également du fait que toute mesure gouvernementale en matière agricole a immédiatement de sérieuses implications politiques et sociales. Les mêmes difficultés se retrouvent à l'échelle internationale ; elles ont considérablement limité l'action intergouvernementale.

83. En matière agricole, l'O.E.C.E. s'est tout d'abord attachée à encourager, dans le cadre des problèmes généraux de relèvement, une expansion vigoureuse de la production agricole. L'Europe souffrait d'une grave pénurie de produits alimentaires dans les premières années d'après-guerre, et les besoins de produits importés faisaient poser une lourde charge sur la balance des paiements des pays Membres. Ces efforts ont été largement couronnés de succès.

84. Cependant, et peut-être malheureusement, aucune tentative sérieuse n'a été faite pour combiner le développement de la production avec une meilleure coordination des politiques entre pays. L'attention ne se porta sur ce problème que plus tard, avec le plan connu sous le nom de « Pool Vert », dont la réalisation se révéla impossible. Un Comité Ministériel de l'Agriculture et de l'Alimentation fut alors créé dans le cadre de l'O.E.C.E. C'est au sein de ce Comité que les consultations en matière agricole se sont poursuivies ; elles ont consisté surtout en une confrontation des politiques agricoles nationales. Les résultats n'ont pas été très concluants.

85. Lors de nos entretiens avec les délégations nationales, les représentants des pays à prédominance agricole, y compris les pays en voie de développement, ont particulièrement souligné les effets défavorables sur la croissance de leurs économies et sur la stabilité de leurs balances de paiements, de l'insuffisance des progrès réalisés en matière de libération des échanges de produits agricoles. L'avis général est que, malgré les difficultés rencontrées, les progrès dans ce domaine sont à la fois d'une importance vitale pour les pays intéressés et essentiels à la réalisation d'une expansion équilibrée de l'économie de l'ensemble des pays Membres. Aussi convient-il de poursuivre les travaux entrepris au sein de l'O.E.C.E. et même d'intensifier les efforts en vue d'arriver à des résultats positifs.

86. L'expérience montre qu'il est difficile de développer les échanges multilatéraux de produits agricoles sans une certaine coordination des politiques agricoles. Même si les résultats ne sont pas encourageants, l'Organisation ne peut négliger ce problème et nous considérons que la procédure de confrontation et de consultation élaborée à l'O.E.C.E. devra être maintenue. Dans ce cadre une attention particulière doit être portée aux intérêts des pays Membres moins développés, dont l'économie dépend principalement de l'agriculture, et dont les exportations sont constituées presque exclusivement d'un petit nombre de produits agricoles. Tout progrès réalisé dans ce sens améliore leurs chances d'exporter leurs produits, condition indispensable à la réussite de leurs efforts de développement.

87. Les délégations ont généralement estimé qu'il y aurait intérêt à mieux intégrer les activités de l'Organisation en matière agricole aux travaux plus généraux sur la stabilité et l'expansion. Nous partageons ce point de vue. Il appartiendra au nouveau Conseil de préciser les méthodes à employer.

6. SCIENCE, TECHNOLOGIE ET PRODUCTIVITÉ

LES ACTIVITÉS ACTUELLES

88. On a depuis longtemps aux États-Unis étudié les problèmes de la productivité et de son application dans l'industrie. Dès les débuts de l'O.E.C.E., les pays Membres se sont préoccupés de bénéficier de cette expérience, étant donné le retard pris par l'Europe du fait de la guerre. Leurs efforts ont revêtu en 1953 la forme d'une coopération organisée lorsque l'O.E.C.E., avec l'aide des États-Unis, a institué l'Agence Européenne de Productivité.

89. Depuis lors, l'A.E.P. a étendu son champ d'action. En dehors de la productivité proprement dite, elle s'est préoccupée de la recherche appliquée et de l'assistance technique. Son domaine a fini par comprendre la plupart des activités de l'Organisation qualifiées d'« opérationnelles », c'est-à-dire impliquant des actions sur le terrain et des contacts directs avec des hommes d'affaires, des syndicalistes, des exploitants agricoles, des universitaires, etc., en même temps qu'avec les pouvoirs publics. Le titre même d'Agence Européenne de Productivité est ainsi devenu assez trompeur.

90. Les raisons de ce changement d'orientation sont évidentes. Depuis l'époque de la création de l'A.E.P. la productivité de l'industrie européenne s'est considérablement accrue et le souci de s'inspirer de l'exemple américain est devenu moins vif. Il subsiste cependant — et ceci ressort spécialement des déclarations que nous ont faites les représentants syndicaux — une tâche importante d'éducation du public sur l'intérêt économique de l'accroissement de la productivité.

91. La plupart des délégations ont exprimé leur satisfaction des réalisations de l'Organisation dans le domaine de la productivité ; le changement d'orientation qui s'est produit recueille néanmoins une large approbation, et il apparaît souhaitable de l'accentuer.

C'est pour tenir compte de cette évolution que nous recommandons au Chapitre V ci-dessous la dissolution de l'A.E.P. en tant qu'organisme distinct.

LES ACTIVITÉS FUTURES

92. L'O.E.C.E. avait elle-même été consciente de la nécessité d'un changement ; elle avait créé en 1959, pour examiner le fonctionnement de l'A.E.P., un Groupe de Travail qui a défini ainsi les principaux objectifs de l'Organisation dans ce domaine : favoriser le développement et l'élévation du niveau de vie, faciliter les échanges de renseignements et d'expériences sur les problèmes de développement économique et accroître la coopération dans les domaines de la recherche et de la formation du personnel scientifique et technique.

Il est difficile de contester l'intérêt de ces objectifs ; mais leur réalisation exige des travaux considérables. La plupart des problèmes évoqués sont d'ailleurs de la compétence des Gouvernements, et la future Organisation aura à déterminer quelles activités nécessitent une coopération internationale.

93. Dans cet esprit, nous pensons que l'Organisation pourrait s'attacher à quatre types d'activité :

a) *Développement des ressources scientifiques et techniques*

Les progrès de la science au cours des dernières années ont provoqué dans nos pays un nouvel examen des problèmes de la recherche et de la formation scientifiques, en particulier dans leurs rapports avec le développement économique. L'O.E.C.E. a tenu compte de ces préoccupations. Le Bureau du Personnel Scientifique et Technique créé en 1958 et le Comité de la Recherche Appliquée, qui opère dans le cadre de l'A.E.P., ont cherché, par des actions coordonnées, à encourager dans les pays Membres le développement et l'utilisation plus rationnelle des effectifs scientifiques, des institutions d'enseignement supérieur et des moyens de recherche.

Ces activités doivent être étendues. Le domaine est si vaste et les ressources en personnel et en crédits tellement insuffisantes que la future Organisation peut jouer un rôle utile sans avoir à empiéter sur les activités des autres organisations s'occupant de problèmes analogues. Il suffit pour cela de maintenir les liaisons étroites déjà établies par l'O.E.C.E.

Il appartiendra au Conseil de la future Organisation d'établir un programme de travail. Ce programme devrait comporter l'établissement d'un système d'échange d'informations entre pays Membres, l'organisation de congrès, l'octroi de bourses et en général toutes les activités

susceptibles de stimuler la coopération en matière scientifique, compte tenu, là encore, des intérêts particuliers des pays sous-développés. De telles activités sont appelées à un grand avenir; le précédent de l'A.E.E.N. prouve qu'un organisme même relativement restreint peut réaliser une œuvre importante de coopération.

b) *Assistance technique aux régions en voie de développement économique*

Nous avons déjà recommandé à la Section 2 du présent chapitre que l'Organisation développe son activité dans le domaine de l'assistance technique dans le cadre général de l'action en faveur des pays sous-développés.

c) *Développement industriel et productivité dans l'industrie et le commerce*

d) *Développement de l'agriculture et de la commercialisation des produits alimentaires*

Nous pensons qu'à l'avenir ces deux activités doivent avoir une importance moindre que les deux précédentes.

Au cours des récentes années, les échanges de connaissances techniques par les voies normales (publications spécialisées, relations directes entre sociétés, etc.) se sont amplifiés. Les entreprises elles-mêmes accordent maintenant plus d'attention à la recherche, aux études de marchés, aux relations publiques, etc.

L'Organisation peut cependant continuer à jouer un rôle utile comme centre de diffusion des informations et pour des projets tendant à stimuler la collaboration des employeurs et des employés, en vue de régler les problèmes résultant du développement technique et économique.

Dans ces domaines, l'Organisation devrait concentrer son attention sur la recherche fondamentale et appliquée, ainsi que sur les besoins des pays moins développés.

7. AUTRES ACTIVITÉS

94. En plus des activités qui viennent d'être décrites, l'O.E.C.E. a accompli une œuvre variée dans les domaines de l'industrie, des transports, de la main-d'œuvre, du tourisme et des statistiques. Des travaux utiles ont été effectués dans ces secteurs, mais les circonstances économiques qui les ont provoqués se sont nettement modifiées. Aussi pensons-nous que le moment est venu de procéder à un examen de l'ensemble de ces aspects de l'activité de l'O.E.C.E. Nous ne proposons pas de les abandonner totalement; nous ne sommes pas non plus habilités à formuler des recommandations détaillées sur les activités particulières qu'il conviendrait de maintenir ou de supprimer. Il s'agit là d'un problème qui doit être étudié dans le cadre général des dispositions transitoires à prendre pour le passage de l'O.E.C.E. à la future Organisation. Cette question est traitée au Chapitre VIII de ce rapport.

95. Dans le domaine de l'énergie, l'O.E.C.E. s'est intéressée à un ensemble important de problèmes. Elle s'est préoccupée en particulier des moyens à mettre en œuvre pour fournir à l'Europe un approvisionnement suffisant en énergie. A cet égard, le Comité du Pétrole a joué un rôle très efficace au moment de la crise de Suez. L'O.E.C.E. a également établi des prévisions sur les besoins et les ressources en énergie des pays Membres.

96. Le passage d'une situation de pénurie à une abondance d'énergie, même s'il ne doit être qu'un phénomène temporaire, a provoqué des difficultés dans certains secteurs. Il semble donc que le problème primordial en matière énergétique soit actuellement moins un problème d'approvisionnement et de production qu'un problème de coordination. Nous pensons que cette tâche de coordination doit être assumée par la future Organisation.

97. L'Organisation pourrait étudier si, dans les circonstances actuelles, il y a lieu de refondre les organismes chargés des questions d'énergie. Le Conseil jugera peut-être opportun, en particulier, de remplacer les comités spécialisés du Charbon, du Pétrole, du Gaz et de l'Electricité, par un comité unique traitant de toutes les formes d'énergie, y compris l'énergie nucléaire. Il pourrait être souhaitable en contrepartie de créer des groupes de travail spécialisés dépendant de ce Comité.

98. Étant donné l'importance croissante des utilisations pacifiques de l'énergie nucléaire, il est apparu, au cours des dernières années, qu'un certain nombre de questions gagnaient à être traitées sur un plan européen. Il en est ainsi, d'une part de l'étude des dispositions de caractère social et juridique visant la prévention et la limitation des dangers qui résultent de l'utilisation des matières radio-actives, d'autre part de l'action à entreprendre en commun pour encourager la recherche sur des projets difficiles à réaliser ou trop coûteux pour des pays isolés.

Ces deux considérations ont amené la création en 1957 de l'Agence Européenne pour l'Énergie Nucléaire. Elle est parvenue sur le premier point à des résultats satisfaisants ; sur le second point son action a conduit à trois entreprises communes actuellement en voie de réalisation : l'usine Eurochemic en Belgique, le réacteur à eau lourde de Halden en Norvège et le projet de réacteur à haute température et à refroidissement par gaz de Winfrith Heath au Royaume-Uni (projet Dragon).

99. Le travail de l'Agence nous paraît très satisfaisant et nous ne pensons pas qu'il y ait de raison de modifier son statut.

100. Les représentants d'un grand nombre de Gouvernements ont insisté sur l'importance qu'ils attachent à la poursuite des travaux de l'Organisation en matière de transports maritimes, et à la participation à ces travaux de tous les Membres de la future Organisation.

101. L'Organisation s'est efforcée d'assurer, par l'intermédiaire de son

Comité de la Main-d'Œuvre, l'utilisation la plus complète et la plus rationnelle possible de la main-d'œuvre disponible. Les problèmes qui se posent peuvent être classés en deux catégories : ceux qui ont trait à l'utilisation de la main-d'œuvre sur le territoire même de chacun des pays Membres, et ceux qui se rapportent à l'élimination des obstacles au libre mouvement des travailleurs d'un pays à l'autre.

102. Le Comité du Tourisme s'est préoccupé de l'assouplissement des formalités douanières et des restrictions en matière d'allocations de devises ; il s'est attaché également aux problèmes propres à l'industrie touristique.

Le Comité Fiscal a accompli des travaux très utiles pour le règlement des problèmes de double imposition.

Les activités que nous venons de décrire devraient être poursuivies, sous réserve des modifications qui paraîtraient nécessaires.

103. On pourrait encore énumérer d'autres activités de l'Organisation. Il appartiendra au nouveau Conseil, utilisant les travaux du Comité Préparatoire, de s'assurer qu'elles ne se maintiennent pas comme de simples survivances, mais qu'elles sont conformes aux nouveaux objectifs de l'Organisation.

III

COMPOSITION ET DÉSIGNATION

COMPOSITION

104. La composition de la future Organisation découle logiquement de la coopération instituée entre l'Europe et l'Amérique du Nord après la guerre et de la nature des tâches à accomplir. Dans un précédent chapitre nous avons rappelé le succès de l'O.E.C.E. dans la mise au point d'une méthode de travail en commun fondée sur la discrétion et la confiance. Cette réussite ne doit pas être compromise.

105. Les représentants nationaux que nous avons consultés ont été unanimes à estimer que les vingt Gouvernements Membres ou Associés de l'O.E.C.E. devaient constituer la base de la future Organisation et tous se sont félicités de la perspective d'une participation complète des États-Unis et du Canada. L'association de vingt pays travaillant dans le cadre suggéré dans le présent rapport permettrait d'atteindre plus sûrement les objectifs que nous avons décrits.

106. Nous recommandons que l'Organisation projetée soit ouverte initialement aux vingt Gouvernements Membres et Associés de l'O.E.C.E.

107. Cela ne veut pas dire qu'on doive exclure la possibilité de l'accès d'autres pays. Il se peut que d'autres pays européens, par exemple, soient un jour en mesure d'assumer les obligations de membres, et que tous les pays Membres jugent que leur participation complète peut apporter une contribution efficace aux travaux de l'Organisation.

Nous recommandons en conséquence l'inclusion dans la Convention d'une disposition aux termes de laquelle les Membres peuvent, à l'unanimité, inviter à adhérer à la Convention tout pays non signataire disposé à accepter les obligations de l'Organisation.

108. En dehors du cas d'adhésion pure et simple, il conviendrait également que la Convention prévoie, pour des pays non membres et dans des conditions à déterminer, la possibilité d'association ou de participation à une ou plusieurs activités de l'Organisation. Les deux pays ayant

aujourd'hui ce type de relations avec l'O.E.C.E. sont la Yougoslavie et à un moindre degré la Finlande.

109. Nous proposons en conséquence que la Convention prévoie la possibilité pour des pays non membres ou des organisations, d'une association à des activités particulières de l'Organisation dans des conditions à déterminer par le Conseil.

110. Un projet de protocole annexé au projet de Convention détermine les conditions de participation envisagées pour les Communautés Européennes. Il indique que les Commissions de la Communauté Économique Européenne et de l'Euratom ainsi que la Haute Autorité de la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier participeront aux travaux de l'Organisation. Nous pensons que la Commission de la C.E.E. participera pleinement à toutes les activités de l'Organisation ; la participation de la Commission de l'Euratom et de la Haute Autorité de la C.E.C.A. serait limitée aux domaines entrant dans la compétence respective de ces deux Communautés.

111. La représentation des Communautés sera réglée conformément aux dispositions des traités de Paris et de Rome et sera conforme à l'Article 5 de la Convention de la future Organisation qui prévoit que chacun des états Membres de l'Organisation dispose d'une voix.

DÉSIGNATION

112. Le nom d'Organisation Européenne de Coopération Économique est bien connu du public. Toutefois, dès lors qu'une nouvelle Convention est nécessaire pour tenir compte de l'élargissement des objectifs et de la nouveauté des tâches et pour prévoir la participation complète des États-Unis et du Canada, il ne convient pas de conserver un titre qui limite à l'Europe la composition de l'Organisation.

113. Nous avons recherché des appellations pouvant couvrir à la fois l'Europe et la zone plus vaste à laquelle appartiendrait l'ensemble des pays Membres. Il nous a été impossible de trouver une définition géographique qui ne suscite ni confusion ni difficultés. Nous pensons que cet aspect particulier de l'Organisation se manifestera à la fois dans sa composition initiale et dans la liberté d'action laissée à ses Membres par la Convention.

114. Arrêtées à ce stade, nos réflexions nous auraient conduits à suggérer le titre « Organisation de Coopération Économique », mais en fait ce titre nous a paru à la fois incorrect et terne. Nous avons été séduits par l'addition, suggérée de divers côtés, du mot « Développement », qui permettrait à la fois d'affirmer l'intérêt porté par l'Organisation au bien-être des pays moins développés, qu'ils soient Membres ou non, et de souligner son souci de la croissance économique des pays Membres eux-mêmes. C'est la raison pour laquelle nous proposons le titre d'« Organisation de Coopération Économique et de Développement ».

IV

OBLIGATIONS DES MEMBRES

115. Il ressort clairement du Préambule de la Convention de 1948, comme de celui du projet de Convention que nous avons établi, que si les signataires ont décidé de s'associer pour former une organisation, c'est parce qu'ils estiment qu'un tel cadre est celui qui convient le mieux pour atteindre leurs objectifs. Notre enquête a montré que les vingt Gouvernements sont disposés à accepter certaines obligations pour donner à l'Organisation toute son efficacité. Ces obligations sont de deux sortes : certaines ont un caractère fondamental et concernent la politique à suivre, les autres ont trait aux méthodes de coopération à adopter pour atteindre les buts de l'Organisation.

116. Sur le plan des principes, les Membres de la future Organisation doivent s'engager à assurer l'utilisation efficace de leurs ressources et à tenir compte, dans l'élaboration de leur politique, des intérêts des autres pays. C'est là l'essence même de la coopération économique. Sur le plan des méthodes, les Membres doivent s'engager à se communiquer mutuellement toutes informations utiles, à se consulter et à coopérer à l'exécution d'études et de projets communs.

117. Nous n'avons pas cherché à reproduire dans la nouvelle Convention le Titre I de la Convention de 1948 qui se rapporte aux Obligations Générales des Membres ; en effet, en dehors de quelques phrases que nous avons reprises dans le Préambule du projet actuel de Convention, ces Articles de la Convention de 1948 visaient plus spécialement les problèmes que posait la coopération pour le relèvement de l'Europe. Nous avons essayé de donner, dans le Préambule, une idée générale des convictions qui animent les vingt Gouvernements, dans l'Article 1 une définition de leurs objectifs généraux en matières économique, et dans l'Article 2 un aperçu des obligations que les Membres doivent souscrire en vue d'atteindre ces objectifs.

118. Outre ces engagements, les Membres doivent accepter certaines obligations concernant les méthodes que l'Organisation devra adopter pour avoir une pleine efficacité.

119. Pour remplir sa tâche, l'O.E.C.E. a eu recours à diverses méthodes.

Elles ont toutes en commun une première phase de consultations et de discussions. Celles-ci aboutissent à une action qui peut revêtir l'une ou l'autre des formes suivantes :

- des *résolutions*, concernant les travaux de l'Organisation ou de ses organes constitutifs ;
- des *recommandations*, invitant les Membres à prendre certaines mesures ;
- des *décisions*, que les Membres doivent exécuter ;
- des *accords formels*, soumis à signature, ratification ou toute autre procédure gouvernementale appropriée.

Presque tous ceux avec lesquels nous nous sommes entretenus ont vivement insisté pour que la future Organisation continue à utiliser les mêmes moyens d'action.

120. On a dit de l'O.E.C.E. qu'elle était une conférence économique permanente des états Membres, une négociation internationale continue dans un cadre multilatéral. Ce processus constant d'échanges de vues entre fonctionnaires responsables est en soi un puissant facteur de coopération internationale. Il n'aurait toutefois pas suffi. Des consultations n'auraient pas, à elles seules, conduit à l'action conjuguée qui était nécessaire pour reconstruire et relever l'Europe. Pour s'attaquer avec succès aux problèmes économiques qui se posaient à l'Europe après la guerre, il fallait que ces consultations fussent poursuivies jusqu'à ce qu'intervînt un accord, qui pouvait alors se matérialiser sous l'une des quatre formes que nous avons énumérées plus haut.

121. Certaines des questions qui appelaient des mesures particulières avaient trait à l'activité quotidienne de l'Organisation ; d'autres se rapportaient, par exemple, à l'approbation des programmes sur lesquels était fondée la répartition de l'aide Marshall. Mais il y avait également des problèmes plus vastes et plus complexes, dans le domaine des échanges ou des finances par exemple, pour lesquels il était nécessaire d'aboutir à un accord non seulement sur les objectifs généraux et les méthodes, mais aussi sur les mesures précises à prendre pour atteindre les buts fixés. La situation était si grave que chaque pays mesurait les risques qu'il y avait à agir isolément. Telles étaient les circonstances dans lesquelles les Membres de l'O.E.C.E. décidèrent de doter l'Organisation de tous les pouvoirs nécessaires, y compris celui d'adopter des décisions ayant force obligatoire pour les Membres.

122. Dans la Convention de 1948, ces pouvoirs sont cependant tempérés par d'importantes limitations. L'accord unanime des Membres est requis pour tout acte formel exprimant l'opinion ou la volonté de l'Organisation dans son ensemble, à moins que l'Organisation n'en décide autrement à l'unanimité ou qu'un Membre déclare ne pas être intéressé et s'abstienne. De toute manière, aucun acte de l'Organisation ne peut s'appliquer à un Membre quelconque sans son consentement.

123. Les représentants de tous les pays Membres de l'O.E.C.E. ont

insisté sur l'utilité qu'avait eue ce pouvoir de décision. Aucune autre caractéristique de la Convention de 1948 n'a été aussi souvent évoquée pour souligner la part importante de l'action collective dans les résultats obtenus par l'Organisation depuis la guerre. Actuellement, le sentiment général est sans conteste que l'on risque de voir interpréter comme un abandon de l'esprit de coopération né des difficultés de l'après-guerre, le fait que la future Organisation ne serait pas elle aussi dotée du pouvoir de consacrer par des décisions l'accord de ses Membres.

124. Cependant, en raison du changement d'orientation des travaux de l'Organisation, l'occasion se présentera moins souvent qu'à l'O.E.C.E. d'agir par voie de décision. Les domaines de la politique économique et de l'aide aux pays sous-développés, notamment, auxquels nous prévoyons que l'Organisation aura à s'intéresser de plus en plus, n'offrent qu'un champ limité pour l'adoption de décisions ayant force obligatoire. C'est sur le principe de contacts étroits que l'accent doit porter.

125. Nous n'en pensons pas moins qu'en dépit de l'importance plus grande donnée aux consultations dans la future Organisation, il pourra arriver que la forme d'action la plus souhaitable soit la décision. Aussi estimons-nous que les pouvoirs reconnus à la future Organisation ne sauraient être moindres que ceux dont disposait l'O.E.C.E., sous réserve de limitations analogues.

126. En conséquence, nous recommandons qu'il soit stipulé dans la Convention :

1. que l'Organisation peut prendre des décisions ayant force obligatoire pour tous les pays Membres;
2. que toute décision doit être prise à l'unanimité des pays Membres;
3. que tout Membre peut s'abstenir lors du vote d'une décision, mais que son abstention ne fait pas obstacle à la décision, qui est applicable aux autres Membres;
4. qu'aucune décision ne peut être prise ou aucune recommandation faite lorsqu'elle affecte un Membre qui s'abstient, sans l'accord dudit Membre au moment du vote de la décision ou de la recommandation ;
5. qu'aucune décision ne peut lier un Membre aussi longtemps qu'il ne s'est pas conformé aux prescriptions de sa procédure constitutionnelle.

127. Comme nous l'avons indiqué plus haut, la Convention de 1948 prévoit que l'Organisation peut dans certains cas prendre des décisions autrement qu'à l'unanimité ; nous proposons qu'une disposition analogue soit insérée dans la nouvelle Convention.

128. Il nous a été suggéré que les décisions pourraient être prises à une majorité qualifiée dans les cas suivants :

1. pour décider que l'Organisation entreprendra l'étude d'une question;
2. pour demander certains renseignements aux pays Membres;
3. pour créer ou dissoudre un organe subsidiaire;
4. pour inviter des Gouvernements non membres ou d'autres organisations à s'associer à telle activité particulière de l'Organisation;
5. pour des questions d'ordre administratif.

Il appartiendra au Conseil d'examiner ces propositions.

129. L'importance que l'on a attachée au fait que l'O.E.C.E. est habilitée à prendre des décisions ayant force obligatoire ne doit pas inciter à sous-estimer la valeur des recommandations en tant que moyen d'action. Les textes de nombreux projets de recommandations de l'O.E.C.E. ont fait l'objet de discussions longues et animées au sein des organes chargés d'élaborer la politique de l'Organisation, ce qui montre l'intérêt que les Gouvernements en cause attachaient à ces questions. Bien souvent des Membres, disposés à suivre certaines politiques ou à adopter certaines mesures considérées comme souhaitables par l'Organisation dans son ensemble, préfèrent les voir présenter sous la forme de recommandations plutôt que de décisions leur imposant formellement une obligation.

130. Beaucoup d'actes de l'O.E.C.E. ont pris la forme de recommandations. Il serait bon que la future Organisation eût, elle aussi, souvent recours à ce mode d'action. Nous proposons en conséquence que la nouvelle Convention donne à la recommandation en tant que forme d'action de l'Organisation, autant d'importance qu'à la décision.

131. Il est normal que, dans une organisation de cette nature, des groupes de pays souhaitent aborder, sous son égide, certaines questions n'ayant pas un intérêt direct pour les autres Membres. Les exemples les plus caractéristiques de ces domaines d'activité sont les travaux de l'Agence Européenne pour l'Énergie Nucléaire et les transports terrestres européens. Nous ne pensons pas que le cas se présentera souvent, mais il conviendrait de ne pas écarter l'hypothèse où l'Organisation s'intéresserait à des questions de ce genre. C'est pourquoi nous avons inséré dans l'Article 5 une disposition donnant aux Membres qu'une question particulière n'intéresse pas, la faculté de s'abstenir, laissant ainsi aux autres Membres la possibilité d'entreprendre une action en ce domaine.

V

STRUCTURE

132. La Convention de 1948 ne prévoyait qu'un Conseil (instance suprême de l'O.E.C.E.), un Comité Exécutif et un Secrétariat. Par la suite, la structure de l'Organisation s'est développée de manière empirique. Elle nous apparaît peut-être aujourd'hui comme un mécanisme assez lourd et compliqué; mais il ne faut pas oublier que les divers organes ont été créés successivement, et que chacun d'eux a été conçu en fonction de besoins déterminés.

133. Dans le projet de Convention, nous avons suivi le précédent de 1948 et nous nous sommes limités à un Conseil, un Comité Exécutif et un Secrétariat, laissant à l'Organisation le soin de créer d'autres organes. Nous avons cependant fait quelques suggestions sur les caractéristiques que ces derniers devraient présenter pour s'adapter le mieux possible aux objectifs et aux tâches de l'Organisation.

CONSEIL

134. L'avis général est que, dans l'Organisation future, un Conseil, composé de représentants de tous les pays Membres, doit continuer à assumer l'autorité suprême. Il est admis en outre que ce Conseil exercera ses fonctions comme le fait le Conseil de l'O.E.C.E., c'est-à-dire qu'il se réunira périodiquement au niveau ministériel, mais qu'une grande partie du travail sera traitée par le Conseil siégeant au niveau des fonctionnaires; cela signifie en pratique que le Représentant de chaque pays au Conseil siégeant à ce niveau continuera d'être le Représentant permanent dudit pays auprès de l'Organisation. Cette procédure a donné de bons résultats, et nous ne ferons à cet égard que deux suggestions : la première est qu'en dépit des lourdes obligations qui pèsent sur eux les Ministres ne devraient pas laisser leurs réunions s'espacer à l'excès ; la seconde est que les Gouvernements doivent avoir le souci constant de maintenir leur représentation permanente à un niveau élevé. Rien ne compromettrait plus rapidement l'efficacité des travaux de l'Organisation qu'un abaissement de niveau de la représentation permanente.

COMITÉ EXÉCUTIF

135. La Convention de 1948 prévoit un Comité Exécutif de sept membres désignés chaque année par le Conseil. Le rôle de ce Comité consiste à préparer les questions destinées à être soumises à l'examen du Conseil. Ce travail en commun des Chefs des délégations et du Secrétaire Général, dans une atmosphère dénuée de formalisme, a été extrêmement utile, parce qu'il a permis d'aboutir soit à des recommandations unanimes au Conseil, soit au moins à une présentation claire des problèmes à trancher. Notre projet de Convention prévoit le maintien de ce Comité, mais les Gouvernements jugeront peut-être opportun d'examiner s'il y a lieu de donner à cette disposition un caractère obligatoire ou facultatif.

136. Aux réunions du Comité Exécutif de l'O.E.C.E. prennent part normalement les représentants de onze pays (y compris les deux pays Associés) et, bien entendu, le Secrétaire Général. Compte tenu des services que le Comité doit rendre au Secrétaire Général et à l'Organisation, il nous paraît qu'une composition plus réduite serait à la fois suffisante et plus efficace. Il est extrêmement difficile, il est vrai, d'opérer entre les pays Membres une sélection à la fois équitable et représentative, qui permette d'arriver à un effectif plus réduit. A notre avis, cette question est donc de celles qui doivent être laissées à l'appréciation des Gouvernements eux-mêmes. Nous nous permettons toutefois d'exprimer notre préférence pour un Comité qui, en plus du Président, ne comprendrait que quatre ou cinq membres; ceci suppose que les Gouvernements puissent se mettre d'accord sur la méthode de sélection d'un groupe aussi restreint.

SECRÉTAIRE GÉNÉRAL ET PRÉSIDENT DU CONSEIL ET DU COMITÉ EXÉCUTIF

137. Au cours de notre enquête, nous avons pu constater que beaucoup désiraient que soit renforcée, dans la future Organisation, la position du Secrétaire Général; ainsi serait-il mieux à même de parler au nom de l'Organisation et de la représenter avec autorité.

138. La position du Secrétaire Général dans la future Organisation est étroitement liée à la question de la présidence du Conseil. La Convention de 1948 prévoit que le Conseil « désigne chaque année parmi ses membres un Président et deux Vice-Présidents ». Il lui incombe aussi de désigner chaque année parmi les membres du Comité Exécutif, un Président et un Vice-Président dudit Comité. Lorsque le Conseil se réunit au niveau ministériel c'est le Ministre du pays élu qui assume la présidence, et lorsqu'il siège au niveau des fonctionnaires c'est le Représentant permanent du même pays auprès de l'O.E.C.E. qui le préside. Ce Représentant permanent est généralement un haut fonctionnaire ayant rang d'ambassadeur. Le Comité Exécutif ne se réunit pas au niveau ministériel et c'est le Représentant permanent du pays

élu qui en préside toutes les séances. La même procédure s'applique *mutatis mutandis* aux Vice-Présidents.

139. Le désir de voir renforcer l'autorité du Secrétaire Général résulte de l'opinion très répandue, sinon unanime, que l'incertitude actuelle sur le partage de l'autorité au sein de l'O.E.C.E. affaiblissait la position du Secrétaire Général et, du même coup, l'Organisation. Ces difficultés seraient évitées si le Secrétaire Général était en même temps Président du Conseil, lorsque ce dernier siège au niveau des fonctionnaires, et Président du Comité Exécutif. Le désir de voir le Secrétaire Général présider le Conseil lorsqu'il se réunit au niveau ministériel a été également exprimé mais avec moins d'insistance.

140. En dehors des avantages de cette formule pour l'Organisation, on estime souvent que seule la fusion de ces différentes fonctions permettrait à l'Organisation de s'assurer, pour le poste de Secrétaire Général, le concours d'une personnalité telle que les Gouvernements la souhaitent.

141. Toutefois, les arguments que l'on peut invoquer contre un tel changement sont loin d'être négligeables et ils ont été exposés avec beaucoup de force. On a fait observer que si les fonctions de Secrétaire Général prenaient trop de poids, on risquait de voir le Secrétariat élaborer une doctrine et appliquer une politique qui ne serait pas toujours conforme aux vues et aux actes des Gouvernements. On pourrait alors voir surgir des oppositions au sein même de l'Organisation et elles ne tarderaient pas à compromettre la coopération entre les pays Membres, qui est en définitive la raison d'être de l'Organisation.

142. Nous pensons que ces craintes ne sont pas entièrement vaines, mais que les Gouvernements, par le choix de leurs Représentants permanents, peuvent éviter de telles difficultés. Nous nous rallions donc aux arguments de ceux qui désirent voir l'autorité du Secrétaire Général renforcée et nous estimons qu'il y aurait avantage à ce qu'il présidât, et le Conseil au niveau des fonctionnaires, et le Comité Exécutif. Nous avons introduit des propositions en ce sens dans le projet de Convention.

143. En revanche, nous estimons qu'étant donné le caractère gouvernemental de l'Organisation, il est souhaitable qu'un Ministre préside le Conseil lorsque celui-ci se réunit au niveau ministériel ; mais nous estimons qu'il serait bon d'accélérer le roulement. La Vice-Présidence du Conseil au niveau ministériel devrait revenir aux représentants des pays Membres ; il serait par contre normal, efficace et logique que la Vice-Présidence du Conseil au niveau des fonctionnaires et la Vice-Présidence du Comité Exécutif fussent assurées par un Secrétaire Général adjoint.

SECRÉTARIAT

144. Le travail accompli par l'O.E.C.E. depuis douze ans témoigne de la compétence et du dévouement du personnel de son Secrétariat. Il

est toutefois évident qu'à des tâches différentes devra correspondre une organisation différente et que les adaptations nécessaires devront être faites dans la répartition du personnel.

145. Si, dans la future Organisation, le Secrétaire Général était, comme nous le proposons, investi d'une autorité plus grande, il devrait aussi avoir plus de liberté dans le choix de son personnel. Aux termes de la Convention de 1948, c'est le Conseil qui nomme le Secrétaire Général et les Secrétaires Généraux adjoints, les autres agents du Secrétariat étant nommés par le Secrétaire Général, sous réserve de l'approbation du Conseil lorsqu'il s'agit de nominations à des grades élevés. S'il n'est pas douteux que le Conseil doive continuer à nommer le Secrétaire Général et ses adjoints, nous estimons que le Secrétaire Général devrait avoir la latitude de nommer les autres agents sans en référer au Conseil dans chaque cas. Le Conseil n'en aurait pas moins à approuver la composition et l'organisation du Secrétariat (puisque c'est à lui qu'il incombe d'approuver le budget), et le règlement du Personnel.

146. Ces recommandations s'expriment dans les Articles 10 et 11 du projet de Convention.

ORGANES SUBSIDIAIRES

147. Ce qui frappe dès l'abord l'observateur qui cherche à comprendre le fonctionnement de l'O.E.C.E., c'est le nombre et la diversité des mécanismes et des organes qui ont été créés en vue de l'exécution des différentes tâches. Ces organes vont des Groupes de Travail du Conseil jusqu'au Conseil de Direction de l'Agence Européenne de Productivité, qui jouit d'une délégation de pouvoirs permanente, et au Comité de Direction des Échanges, groupe restreint composé d'experts choisis pour leur compétence personnelle. Entre ces deux extrêmes, on trouve une quantité d'organes où sont associés, à des niveaux différents, des fonctionnaires et des experts indépendants dont les liens avec le Conseil sont plus ou moins étroits.

148. Tout comme l'O.E.C.E. la future Organisation aura à remplir des fonctions nombreuses et variées. Ces diverses fonctions exigeront évidemment des instruments de travail différents. Mais ce serait, à notre avis, une faute que d'essayer d'imposer un système simpliste et rigide à la future Organisation. Celle-ci devra avoir la latitude de déterminer elle-même la structure de ses organes subsidiaires. A ce propos, nous signalons le passage du Chapitre VIII dans lequel nous proposons la révision de tous les Actes de l'O.E.C.E.

149. En dépit de leur désir de voir le Secrétaire Général assumer la Présidence du Conseil au niveau des fonctionnaires et celle du Comité Exécutif, ceux qui se sont prononcés sur ce point estiment que les organes subsidiaires devraient continuer d'être présidés par des représentants nationaux. Nous sommes d'accord avec eux sur ce point.

150. Lorsque nous avons examiné, au Chapitre II, les buts et les tâches de la future Organisation, nous avons indiqué dans plusieurs cas quels étaient les mécanismes qui nous paraissaient s'y adapter le mieux. Nous n'y reviendrons pas ici. Nous voudrions cependant faire quelques remarques générales sur trois catégories d'organes subsidiaires qu'utilise l'O.E.C.E. ainsi que quelques recommandations sur certains aspects de la réorganisation.

ORGANES RESTREINTS

151. Nous avons déjà recommandé l'inclusion dans la nouvelle Convention d'une disposition prévoyant un Comité Exécutif de composition restreinte. Nous ne proposons pas que la Convention prévoie d'autres organes de ce type. Nous désirons simplement signaler l'excellent travail qu'ont fait certains des organes restreints de l'O.E.C.E., notamment le Comité Directeur de l'Accord Monétaire Européen et le Comité de Direction des Échanges. Nous avons été frappés par le fait que les membres de ces Comités sont choisis à titre personnel. Il est évident que de telles désignations tiennent compte dans une certaine mesure des intérêts nationaux ; il nous semble néanmoins que ce système a un double avantage : celui de maintenir un certain niveau, les désignations étant soumises à l'approbation de l'Organisation, et celui de laisser à la personne choisie une relative liberté d'action. Le Conseil de la future Organisation s'inspirera sans doute largement de l'expérience acquise par l'O.E.C.E.

AGENCES SPÉCIALISÉES

152. L'O.E.C.E. a jugé utile de créer trois Agences spécialisées dans les trois domaines suivants : Énergie nucléaire, Productivité et Personnel Scientifique et Technique. Nous avons déjà recommandé qu'aucun changement n'intervienne dans le statut et dans le rôle de l'Agence Européenne pour l'Énergie Nucléaire. En revanche, nous pensons que des modifications doivent être apportées à l'organisation de l'A.E.P. et du B.P.S.T.

153. Il convient d'examiner en même temps l'activité de ces deux agences et de se reporter à l'occasion de cet examen à ce que nous avons dit dans un chapitre antérieur de la politique à suivre en matière scientifique et technique.

154. L'A.E.P. est placée d'une manière générale sous l'autorité du Conseil de l'O.E.C.E., mais elle a un Conseil de Direction et un budget distinct. Si l'A.E.P. a son propre budget, c'est essentiellement parce que celui-ci a été alimenté pour moitié par les États-Unis ; ce pays n'étant qu'Associé ne contribue pas en effet au budget général de l'O.E.C.E. L'organisation de l'Agence se caractérise en outre par le fait qu'elle a étendu le champ de ses activités bien au-delà du domaine strict de la productivité, et s'est engagée dans un certain nombre de

travaux que l'on peut qualifier d' « activités opérationnelles ». Si elles peuvent apparaître illogiques aujourd'hui, les dispositions prises ont certainement été dictées à l'époque par des motifs tout à fait valables.

155. Quoi qu'il en soit, lorsque les États-Unis seront Membres de plein exercice de l'Organisation future, il n'y aura plus de raison pour que l'A.E.P. ait un budget distinct. Les travaux de l'Agence pourront alors être intégrés dans le cadre administratif de l'Organisation.

156. Nous voyons des avantages à ce qu'il en soit ainsi. En premier lieu, si l'Agence était supprimée en tant qu'entité, et si ses activités étaient réparties entre les différents services compétents du Secrétariat, il pourrait en résulter quelques économies. En second lieu, si les nouvelles fonctions exercées par l'Organisation dans les domaines précédemment couverts par l'Agence prennent plus d'ampleur — et nous croyons que tel sera le cas — il deviendra de plus en plus difficile de justifier le fait que ces fonctions sont exercées par un organe de Direction unique et par un seul secteur du Secrétariat. Troisièmement, en dehors de ces considérations purement administratives, il nous semble que le moment est venu où les activités opérationnelles de l'A.E.P. doivent être plus étroitement reliées aux travaux de l'Organisation dans d'autres domaines, notamment dans celui de l'aide aux régions sous-développées.

157. Nous recommandons donc qu'à l'avenir il n'y ait plus d'Agence distincte chargée des tâches actuelles de l'A.E.P. et du B.P.S.T. Celles de ces tâches qui seront maintenues devront être réparties par le nouveau Conseil entre les organes subsidiaires et les services appropriés.

158. En ce qui concerne les questions scientifiques et techniques, domaine où nous pensons que le moment est venu de faire de nouveaux progrès, nous désirons présenter les suggestions suivantes : le Secrétariat de la future Organisation devrait comprendre un département scientifique et technique qui traiterait aussi bien des problèmes d'enseignement que des questions de recherche. Sa compétence s'étendrait aux aspects technologiques de la production et du développement industriels.

159. Nous pensons aussi que le nouveau Conseil devrait créer un Comité unique pour les Sciences et les Techniques, qui remplacerait à la fois le Comité de la Recherche appliquée et le Comité Directeur du Bureau du Personnel Scientifique et Technique, et serait responsable devant le Conseil de l'ensemble de la politique et des activités en cette matière, y compris la formation et la recherche. Si besoin était, des sous-comités s'occupant plus spécialement, soit de questions de recherche, soit de questions d'enseignement pourraient être créés.

COMITÉS TECHNIQUES

160. Dès l'origine, l'O.E.C.E. a réparti certaines de ses tâches entre divers Comités techniques. La plupart de ceux avec lesquels nous nous sommes entretenus estiment que certains de ces Comités techniques ont perdu leur utilité.

161. Nous n'avions ni le temps ni la compétence de faire la liste des comités qu'il faudrait maintenir et de ceux qu'il faudrait supprimer. Nous n'en avons pas moins réfléchi à cette question et nous avons pris connaissance des conclusions auxquelles s'était arrêtée l'O.E.C.E. lors d'une enquête faite en 1956 et reprise en 1957 par un Groupe de Travail spécial. Cette étude nous a amenés en première analyse à souhaiter la suppression de nombreux comités; mais ce réflexe doit être corrigé par la considération qu'il est de l'intérêt de tous que des experts de diverses spécialités aient des possibilités de contacts personnels et professionnels. Il est sans doute vrai que si ces experts ne se rencontraient pas dans le cadre de l'O.E.C.E., ils feraient sans doute en sorte de se rencontrer ailleurs. En leur donnant l'occasion de se réunir sous les auspices de l'Organisation, on favorise l'établissement de liens entre celle-ci et certains secteurs privés qui jouent un rôle important dans la vie économique.

162. Le moment nous paraît néanmoins venu pour l'Organisation future de prendre des mesures un peu plus énergiques en cette matière. Les dispositions transitoires qui font l'objet du Chapitre VIII lui donneront la possibilité de le faire, et elle modifiera sans nul doute la structure des comités dans le sens que commanderont ses tâches nouvelles. Lorsqu'il arrêtera cette structure, le Conseil pourra envisager la possibilité de créer des Comités techniques d'une durée limitée (mais, bien entendu, susceptible d'être prorogée); ceci écarterait les inconvénients d'une rigidité excessive. En principe, les représentants de tous les pays Membres devraient pouvoir participer aux travaux des comités techniques de la future Organisation. Toutefois, au cas où telle activité n'intéresserait pas certains d'entre eux, les autres n'en devraient pas moins demeurer libres de l'entreprendre.

VI

RELATIONS AVEC LES AUTRES ORGANISATIONS INTERNATIONALES

163. L'O.E.C.E. a établi des relations avec un certain nombre d'organisations intergouvernementales mondiales aussi bien qu'européennes, et également avec chacune des Communautés Européennes. L'Organisation a officiellement reconnu cinq organismes européens non gouvernementaux comme habilités à représenter certains secteurs économiques et à la consulter sur les questions de leur ressort.

164. L'O.E.C.E. n'a conclu aucun accord formel définissant l'étendue et la portée de ses relations avec les autres organisations internationales. Elle a procédé d'une manière largement empirique, par des arrangements spécifiques au fur et à mesure des nécessités. Cette méthode semble avoir donné de bons résultats.

165. Nous considérons que l'Organisation future devra maintenir ces liens et le cas échéant les renforcer. Elle doit également conserver le bénéfice de la compétence et du stimulant que lui apporte son association avec d'autres grandes organisations internationales non gouvernementales.

166. Les accords qui règlent cette coopération et cette liaison varient nécessairement suivant les cas et il n'est pas possible d'en inférer des règles uniformes. Il appartient au Conseil de décider dans chaque cas de leur forme et de leurs limites. Les organes subsidiaires du Conseil dont la compétence est spécialisée devraient pouvoir organiser leurs propres liaisons avec d'autres institutions ayant les mêmes domaines d'activité. Mais il appartient au Conseil d'orienter et de surveiller toutes ces liaisons. L'un des principes essentiels devrait être l'élimination des doubles emplois. Il appartiendra au Secrétaire Général de suivre les travaux des autres organisations internationales et d'attirer l'attention du Conseil ou des divers organes sur les points où une action doit être entreprise ou un double emploi évité.

ASSEMBLÉE PARLEMENTAIRE

167. Plusieurs représentants ont attiré notre attention sur la question des rapports entre l'O.E.C.E. d'une part, les parlements et l'opinion

publique de l'autre. Il a été suggéré qu'en raison de l'absence d'une « Assemblée de l'O.E.C.E. » l'opinion publique ou parlementaire sous-estimait beaucoup l'Organisation.

168. Dès maintenant une liaison a été établie entre l'O.E.C.E. et le Conseil de l'Europe. Mais il manque, entre l'Organisation et l'opinion parlementaire de l'ensemble des pays Membres un contact du genre de celui qui s'établirait s'il existait une assemblée de l'O.E.C.E. Par ailleurs, il y a des objections à la création d'une nouvelle organisation parlementaire euro-américaine.

169. Aussi avons-nous été fort intéressés par une proposition qui nous a été soumise par une délégation de l'Assemblée Consultative du Conseil de l'Europe. Aux termes de cette proposition, le Conseil de l'Europe organiserait une fois par an, en marge de ses débats officiels, une réunion *ad hoc* à laquelle assisteraient des représentants des Parlements des quinze pays membres du Conseil de l'Europe, et des cinq autres pays devant appartenir à la future Organisation. A cette réunion les affaires de l'Organisation seraient discutées dans les mêmes conditions que le sont actuellement au Conseil de l'Europe les affaires de l'O.E.C.E. Cette réunion pourrait éventuellement aboutir à l'adoption de résolutions qui ne lieraient ni les Gouvernements ni l'Organisation. Cette proposition nous semble heureuse et nous espérons que le Conseil de l'Europe en poursuivra la réalisation.

VII

CONSIDÉRATIONS JURIDIQUES

170. Les problèmes juridiques qui se poseront au moment où l'O.E.C.E. cèdera la place à la future Organisation se ramènent au problème central du choix à faire entre deux méthodes : celle qui consiste à créer un organisme nouveau succédant à l'O.E.C.E. ; celle qui n'interrompt pas l'existence de l'O.E.C.E. mais la dote d'une Constitution nouvelle.

171. En faveur de la première solution on peut faire valoir des arguments puissants : la composition de l'Organisation future ne sera plus la même, la définition de ses principales tâches change, l'ensemble de ses décisions et de ses recommandations deviendront caduques si elles ne sont pas expressément reconduites par le Conseil de la future Organisation. En optant pour la solution de l'Organisation nouvelle on aurait tiré de ces changements la conséquence juridique normale.

172. Cependant, en examinant le problème plus attentivement, il nous a semblé que cette formule, pour logique qu'elle apparaisse, créerait de réelles difficultés pratiques. Les biens de l'O.E.C.E., ses baux, le fonds de prévoyance de son personnel, etc... ne se trouveraient pas automatiquement transmis à l'Organisation future. De même, sous le régime de l'Accord Monétaire Européen, la future Organisation n'entretrait pas automatiquement en possession des avoirs du Fonds Européen et les crédits octroyés par le Fonds ne continueraient pas automatiquement à être disponibles.

173. Il nous a semblé souhaitable d'éviter ces complications techniques. C'est pourquoi, par commodité juridique, nous suggérons l'adoption de la solution de l'organisme « reconstitué ». Tel est l'objet du Protocole spécial joint à la Convention, qui établit une filiation juridique entre l'O.E.C.E. et l'Organisation future.

174. Cependant, il est important que le principe de continuité n'ait pas pour conséquence d'entraver de quelque manière que ce soit la liberté de décision de la future Organisation. Cette considération nous paraît essentielle. Elle nous a conduits à introduire dans le texte de la Convention l'Article 15 qui stipule que toutes les décisions de l'O.E.C.E. devien-

dront automatiquement caduques à moins d'être reconduites par le Conseil de la future Organisation. Le même principe doit, bien entendu, s'appliquer également aux recommandations et aux résolutions.

175. En outre, il va de soi que le maintien de la personnalité juridique de l'Organisation, solution choisie en raison de ses mérites pratiques, n'atténue en rien la portée des changements concernant le nom, les objectifs et la structure de l'Organisation, qui résulteraient de la substitution de la nouvelle Convention à l'ancienne.

176. Un autre problème se trouve posé par la situation du Personnel. Ici aussi, la solution la plus logique eût consisté à prévoir que tous les contrats prendraient fin automatiquement au jour de l'entrée en vigueur de la nouvelle Convention, laissant au Secrétaire Général la pleine liberté soit de les renouveler, soit de procéder à des recrutements nouveaux. Il nous a été indiqué qu'une telle procédure pourrait comporter certains inconvénients.

177. Aussi nous a-t-il semblé préférable, en fin de compte, de ne pas recommander l'adoption de cette procédure et de s'en remettre à la disposition des contrats actuellement existants, qui permet au Secrétaire Général de mettre fin à tout contrat moyennant un préavis de deux à quatre mois. Cette disposition lui donne en principe tout pouvoir pour effectuer les changements de personnel qui seront rendus nécessaires par les transformations intervenues dans les tâches et les objectifs de la future Organisation. Néanmoins il nous paraîtrait bon que le Comité préparatoire réexaminât cette question en liaison avec le Secrétaire Général désigné dans un esprit d'équité et avec le souci de faciliter la tâche de réorganisation qui incombera à celui-ci.

LA RATIFICATION

178. La ratification de la Convention pose un problème un peu particulier. La Convention de 1948 est entrée en vigueur « dès que six au moins des Signataires eurent déposé leurs instruments de ratification » ; de plus, une disposition (Article 24 (b)) de la Convention prévoyait sa mise en application provisoire dès sa signature. La raison de cette procédure assez exceptionnelle était la gravité même de la situation économique de l'Europe qui rendait souhaitable, non seulement que la Convention entrât en vigueur le plus rapidement possible, mais encore qu'elle s'appliquât en fait dès sa signature.

179. La situation actuelle est différente sur deux points importants. D'une part, la Convention de 1948 étant encore en vigueur, une intervention urgente s'impose beaucoup moins. D'autre part, il serait difficile de mettre en vigueur la Convention aussi longtemps qu'une large majorité des Membres ne l'appliquerait pas.

180. C'est pourquoi nous suggérons le système suivant lequel la Convention prendrait naturellement effet à l'égard de tous dès sa ratification par l'ensemble des Signataires.

181. Cependant, pour éviter que ceci ne retarde indûment l'entrée en vigueur de la Convention, il nous paraît nécessaire de prévoir également une autre procédure selon laquelle, lorsqu'elle aurait été ratifiée par quinze pays ou plus, la Convention entrerait en vigueur en ce qui concerne ces pays. Un pays qui n'aurait pu, pour une raison ou pour une autre, ratifier la nouvelle Convention en temps utile, risquerait ainsi évidemment de se trouver, sans l'avoir voulu, en dehors de l'Organisation. Pour limiter ce risque, nous suggérons que, dans le cadre de cette seconde procédure, l'on subordonne l'entrée en vigueur de la Convention à l'écoulement d'un délai d'environ un an, d'où la date du 1^{er} septembre 1961 qui figure au paragraphe 3 de l'Article 14. Nous estimons que ce délai devrait être suffisant pour que tous les pays puissent accomplir les formalités de ratification nécessaires en vertu de leur Constitution.

182. Cette entrée en vigueur aurait aussi pour conséquence, conformément au Protocole joint à la Convention, de rendre caduque à l'égard de tous l'ancienne Convention du 16 avril 1948.

183. D'une manière générale, en formulant les suggestions qui précèdent, nous avons été guidés par le souci de faciliter la mise en place de la future Organisation tout en lui assurant une complète liberté sur le plan politique, administratif et structurel.

VIII

DISPOSITIONS TRANSITOIRES

184. Nous espérons que les vingt Gouvernements se mettront d'accord sur un projet de Convention au cours d'une réunion ministérielle en juin ou juillet 1960. Il paraît peu probable que les ratifications puissent intervenir et la nouvelle Convention entrer en vigueur avant la fin du printemps ou l'été de 1961.

185. Les tâches nouvelles incombant à la future Organisation, ainsi que la participation des États-Unis et du Canada comme Membres de plein exercice, exigent une révision des décisions, recommandations et résolutions de l'O.E.C.E., révision qui pourrait être effectuée pendant cette période intérimaire. De même conviendrait-il de prendre les mesures propres à assurer un passage sans heurts de l'ancienne Organisation à la nouvelle. Il importe enfin que les questions de fond concernant soit l'O.E.C.E., soit la future Organisation, puissent être abordées de façon cohérente pendant cette période.

QUESTIONS D'ORGANISATION

186. En conséquence, nous recommandons que les vingt Gouvernements mettent à profit la réunion ministérielle consacrée à l'adoption de la Convention, pour nommer un Secrétaire Général Désigné de la future Organisation, ainsi qu'un ou plusieurs Secrétaires Généraux adjoints. Nous recommandons également que les vingt Gouvernements invitent le Conseil de l'O.E.C.E. à faire de ce Secrétaire Général Désigné le Secrétaire Général de l'O.E.C.E. En sa qualité de Secrétaire Général de l'O.E.C.E., le Secrétaire Général Désigné veillerait aux tâches qui continueraient d'être imparties à l'O.E.C.E., tout en les infléchissant dans le sens des objectifs de la future Organisation.

187. Simultanément un Comité Préparatoire composé des représentants des vingt Gouvernements et de la Commission de la Communauté Économique Européenne devrait être institué. Le Secrétaire Général Désigné en assurerait la présidence. Ce Comité serait sans doute amené à créer un certain nombre de sous-comités. Ainsi conviendrait-il, selon nous, de constituer des sous-comités pour la révision du Code de Libé-

ration et pour les questions commerciales, de même que pour statuer sur le sort des autres décisions, recommandations et résolutions de l'O.E.C.E. D'autres sous-comités pourront également s'avérer nécessaires.

188. Nous proposons qu'une liaison étroite soit établie entre le Secrétaire Général Désigné et le Groupe d'Assistance pour le Développement créé par la résolution du 14 Janvier 1960. Le Secrétaire Général Désigné ou l'un de ses adjoints devrait être invité à assister aux réunions de ce Groupe.

189. Les suggestions qui précèdent permettront d'entreprendre sans tarder certaines des tâches de la future Organisation et de s'engager dans la voie tracée par la nouvelle Convention avant qu'elle n'ait été ratifiée.

QUESTIONS DE FOND : ACTES DE L'O.E.C.E.

190. Certains des actes de l'O.E.C.E. resteront applicables sans modifications, d'autres nécessiteront une révision, d'autres enfin qui sont périmés devront être annulés. Il convient donc d'instituer une procédure de révision de ces actes qui tienne compte des intérêts de tous les signataires.

191. Nous partons du principe que les Membres souhaiteront, dans la mesure du possible, appliquer la règle de l'unanimité. Celle-ci devrait, à notre avis, conduire soit immédiatement, soit après négociation, à un accord sur la plupart des actes existants. Cependant il est possible que des difficultés apparaissent à propos d'un certain nombre d'actes pour lesquels il conviendrait d'élaborer une procédure donnant, autant que possible, satisfaction à tous. Nous espérons que ces cas seront peu nombreux et pourront être résolus au cours des négociations qui se dérouleront dans le Comité Préparatoire, c'est-à-dire avant la ratification de la nouvelle Convention.

192. Il nous semble que les décisions, recommandations et résolutions de l'O.E.C.E. se répartissent d'après leur objet en quatre catégories :

- a) Le Code de Libération et les autres questions commerciales;
- b) L'A.M.E. et l'A.E.E.N.;
- c) Les questions concernant la structure de l'O.E.C.E.;
- d) Divers.

193. Nous avons déjà signalé au Chapitre II la nécessité de réviser les décisions relatives aux échanges. Comme les questions commerciales entrant dans la compétence de l'Organisation affectent la politique générale des Gouvernements, nous estimons qu'un accord unanime sera nécessaire pour définir la doctrine de la future Organisation en ces matières. Les actes visés au paragraphe (b) ci-dessus ne soulèveront pas de difficultés puisqu'il n'est pas envisagé de modifier le statut et la composition de l'A.M.E. ou de l'A.E.E.N., ni les actes émanant de

ces organismes. En revanche, les actes visés aux paragraphes (c) et (d), de même qu'au paragraphe (a), devront être soigneusement étudiés, et le Comité Préparatoire fera sans doute bien de créer des Groupes de Travail spéciaux pour les examiner.

194. En ce qui concerne le paragraphe (c), c'est-à-dire les questions de structure, nous avons indiqué ailleurs qu'il nous paraissait souhaitable de saisir l'occasion pour procéder à une révision générale des Comités de l'Organisation. Nous pensons que ce devrait être une des tâches du Comité Préparatoire. Les Gouvernements désireront sans doute que cette révision se fasse à l'unanimité, ce qui nous paraît, en principe, souhaitable. Cependant il est possible que les Gouvernements jugent commode de recourir, à titre temporaire, à un système de majorité qualifiée, l'unanimité demeurant toutefois la règle pour certaines questions comme la création de comités restreints.

195. Le paragraphe (d) se réfère aux décisions de l'O.E.C.E. dans le domaine de la main-d'œuvre, du tourisme, des mouvements de capitaux, etc., ainsi qu'aux accords existants entre l'O.E.C.E. et divers pays ou organisations. Ces décisions sont moins homogènes que celles visées dans les autres paragraphes; aussi est-il plus difficile de proposer, en ce qui les concerne, une procédure uniforme. Le Comité Préparatoire devrait s'efforcer, comme pour les autres décisions, de statuer à l'unanimité. Les problèmes en cause sont en effet assez importants pour que les Gouvernements réclament la règle de l'unanimité. Cependant, dans la mesure où ces questions, bien qu'importantes, ne sont pas de premier plan, on pourrait envisager que le Comité Préparatoire convienne (à l'unanimité) d'appliquer, en ce qui les concerne, un système de majorité qualifiée.

196. Lorsque les Groupes de Travail auront examiné les documents dont ils auront été saisis, le Comité Préparatoire devrait réunir ses conclusions dans un rapport d'ensemble qu'il soumettrait au Conseil de la future Organisation. Ce rapport devrait énumérer :

- a) les actes de l'O.E.C.E. qui, de l'avis du Comité préparatoire, doivent devenir caducs;
- b) ceux que le Conseil devrait adopter sans modification;
- c) ceux qui devraient être adoptés moyennant amendements.

Le Comité Préparatoire devrait aussi indiquer les actes de l'O.E.C.E. sur le sort desquels aucun accord n'a pu se faire. Nous pensons que le nombre de ceux-ci sera très réduit, le Comité Préparatoire étant l'équivalent d'une conférence inter-gouvernementale prolongée plutôt qu'une organisation opérationnelle ayant à se prononcer sur des propositions précises.

197. A mesure que le Comité avancera dans sa tâche, l'O.E.C.E. pourrait avoir intérêt à prendre connaissance de ses conclusions et à réviser elle-même ses décisions pour les rendre conformes aux conclusions du Comité. Ainsi s'engagerait-on dans la voie tracée par la nou-

velle Convention avant même que les formalités de la mise en application soient achevées.

198. Le projet de Convention prévoit que tous les actes de l'O.E.C.E. deviendront caducs le jour de l'entrée en vigueur de la nouvelle Convention. Il est important, en particulier pour les activités « opérationnelles », d'éviter qu'une interruption ne se produise entre le moment où les anciennes obligations disparaîtront et celui où les nouvelles entreront en vigueur. C'est pourquoi il devrait être convenu que la première réunion du nouveau Conseil, au cours de laquelle il sera statué sur les recommandations du Comité Préparatoire, se tienne immédiatement après le dépôt de l'instrument de ratification et l'entrée en vigueur de la Convention.

199. Nous recommandons que le Comité Préparatoire soit composé de hauts fonctionnaires représentant leur Gouvernement. L'importance de la tâche dévolue au Comité n'est pas le seul motif qui nous conduit à formuler cette recommandation. Il nous paraît en effet essentiel de présumer que les représentants des Gouvernements dans le nouveau Conseil se conformeront aux recommandations du Comité Préparatoire. Sinon les travaux de celui-ci perdraient une grande partie de leur intérêt. En déléguant de hauts fonctionnaires les Gouvernements marqueraient leur intention de voir les conclusions du Comité Préparatoire adoptées par le Conseil de la future Organisation, si la situation ne s'est pas entre-temps sensiblement modifiée. Cette procédure devra être précisée; mais ce qui importe, c'est qu'au moment où les actes de l'O.E.C.E. deviendront caducs, les pays Membres sachent par quoi il seront remplacés.

IX

PROJET DE CONVENTION relative à l'Organisation de Coopération Économique et de Développement

Les Gouvernements de la République Fédérale d'Allemagne, de la République d'Autriche, du Royaume de Belgique, du Canada, du Royaume de Danemark, de l'Espagne, des États-Unis d'Amérique, de la République Française, du Royaume de Grèce, de l'Irlande, de la République d'Islande, de la République Italienne, du Grand-Duché de Luxembourg, du Royaume de Norvège, du Royaume des Pays-Bas, de la République Portugaise, du Royaume-Uni de Grande Bretagne et d'Irlande du Nord, du Royaume de Suède, de la Confédération Suisse et de la République de Turquie ;

CONSIDÉRANT que la puissance et la prospérité de l'économie sont essentielles pour atteindre les buts des Nations Unies, sauvegarder les libertés individuelles et accroître le bien-être général ;

ESTIMANT qu'ils peuvent maintenant progresser très efficacement dans cette voie en renforçant la tradition de coopération qui s'est développée entre eux, particulièrement par leur collaboration au sein de l'Organisation Européenne de Coopération Économique ;

CONVAINCUS qu'une telle coopération constitue une contribution essentielle à des relations pacifiques et harmonieuses ;

DÉTERMINÉS, grâce à des consultations mutuelles et à la coopération, à développer au maximum et à utiliser plus efficacement leurs capacités et leurs possibilités pour promouvoir l'expansion la plus élevée possible de leur économie, améliorer le bien-être de leurs peuples et assumer leurs responsabilités internationales ;

CONSCIENTS de la nécessité, pour les nations plus avancées dans le domaine industriel et scientifique, de coopérer pour aider au mieux de leurs facultés les régions en voie de développement économique ;

DÉSIREUX de poursuivre ces buts d'une façon compatible avec les

obligations découlant de leur participation à d'autres organisations, institutions ou accords internationaux ;

SONT CONVENUS des dispositions suivantes pour la reconstitution de l'Organisation Européenne de Coopération Économique en Organisation de Coopération Économique et de Développement, appelée ci-dessous l' « Organisation » ;

Article 1

L'Organisation a pour objectifs de promouvoir, dans le cadre d'institutions politiques libres, des politiques visant à :

a) faciliter la réalisation de la plus forte expansion possible de l'économie compatible avec le maintien de la stabilité financière et de niveaux d'emploi élevés, et contribuer ainsi au développement de l'économie mondiale et du commerce mondial sur une base multilatérale et non discriminatoire ;

b) contribuer à une saine expansion économique dans les régions en voie de développement économique, tant dans les pays Membres qu'ailleurs, par des moyens appropriés, y compris en favorisant l'apport à ces régions de capitaux destinés à leur développement.

Article 2

Dans la poursuite de ces objectifs, les Membres conviennent :

a) d'agir en étroite coopération ;

b) de se consulter d'une manière continue, d'échanger librement des informations, d'effectuer des études et de participer à des projets acceptés d'un commun accord, susceptibles de contribuer à la réalisation des objectifs de l'Organisation ;

c) de promouvoir, tant individuellement que collectivement, l'utilisation efficace de leurs ressources économiques, technologiques et scientifiques, en tenant compte de l'intérêt d'encourager un niveau élevé d'emploi ou le plein emploi, ainsi que l'élévation continue du niveau de vie, tout en s'attachant à éviter ou à juguler l'inflation ou tout autre développement qui pourrait mettre en danger leur économie ou celle d'autres pays.

Article 3

Sont Membres de l'Organisation les Parties à la présente Convention.

Article 4

En vue d'atteindre ses objectifs, l'Organisation peut faire des recommandations aux Gouvernements ou prendre des décisions ; sauf s'il en est autrement décidé, les décisions lient tous les Membres.

Article 5

1. A moins que l'Organisation n'en décide autrement à l'unanimité pour des cas spéciaux, les décisions sont prises et les recommandations sont faites par accord mutuel de tous les Membres. Chaque Membre dispose d'une voix.

2. Tout Membre peut s'abstenir de voter toute décision ou recommandation. Une telle abstention ne fait pas obstacle aux décisions ou recommandations, qui sont applicables aux autres Membres. Toutefois, aucune décision ne peut être prise et aucune recommandation ne peut être faite lorsqu'elle affecte un Membre qui s'abstient, sans l'accord dudit Membre au moment du vote de la décision ou de la recommandation.

3. Aucune décision ne peut lier un Membre aussi longtemps qu'il ne s'est pas conformé aux prescriptions de sa procédure constitutionnelle.

Article 6

Dans l'exercice des pouvoirs qui lui sont attribués par la présente Convention, l'Organisation peut, en vue d'atteindre ses objectifs, conclure des accords avec ses Membres, des États non membres et des organisations internationales.

Article 7

Un Conseil, composé de tous les Membres, est l'organe duquel émanent tous les actes de l'Organisation. Le Conseil peut se réunir au niveau ministériel ou au niveau des fonctionnaires.

Article 8

Le Conseil désigne, chaque année, un Président qui préside ses réunions au niveau ministériel, et deux Vice-Présidents. Le Président peut être désigné pour une année supplémentaire consécutive à son premier mandat.

Article 9

1. Le Conseil est assisté d'un Comité Exécutif ayant une composition restreinte.

2. Tout Membre de l'Organisation qui n'est pas représenté au Comité Exécutif peut prendre part à toutes les discussions de ce Comité qui affectent en particulier les intérêts dudit Membre.

3. Le Conseil peut créer, dans les conditions qu'il détermine tout autre organisme subsidiaire nécessaire à la réalisation des objectifs de l'Organisation.

Article 10

1. Un Secrétaire Général responsable devant le Conseil est nommé par celui-ci pour une période de cinq ans. Il est assisté d'un ou plusieurs Secrétaires Généraux adjoints nommés, pour une période de cinq ans, par le Conseil, sur la proposition du Secrétaire Général.

2. Le Secrétaire Général préside les réunions du Conseil tenues au niveau des fonctionnaires et les réunions du Comité Exécutif. Il prête son concours au Conseil sous tout autre forme nécessaire et peut soumettre des propositions au Conseil ou à tout autre organisme de l'Organisation.

3. Un Secrétaire Général adjoint assure la vice-présidence des réunions du Conseil tenues au niveau des fonctionnaires et des réunions du Comité Exécutif.

Article 11

1. Le Secrétaire Général nomme le personnel utile au fonctionnement de l'Organisation, conformément aux plans d'organisation approuvés par le Conseil. Le statut du personnel est soumis à l'approbation du Conseil.

2. Étant donné le caractère international de l'Organisation, le Secrétaire Général, les Secrétaires Généraux adjoints et le personnel ne solliciteront ni recevront de directives d'aucun des Membres de l'Organisation, ni d'aucun Gouvernement ou autorité extérieurs à l'Organisation.

Article 12

Dans les conditions qu'il appartient au Conseil de déterminer, l'Organisation peut :

a) établir et entretenir des relations avec des États non membres et des organisations ;

b) inviter des Gouvernements non membres et des organisations à participer à certaines activités de l'Organisation.

Article 13

La représentation dans l'Organisation des Communautés Européennes créées par les Traités de Paris et de Rome en date respectivement des 18 avril 1951 et 25 mars 1957 est définie dans un Protocole additionnel n° I à la présente Convention.

Article 14

1. La présente Convention sera ratifiée ou approuvée par les signataires conformément à leurs règles constitutionnelles respectives.

2. Les instruments de ratification ou d'approbation seront dépo-

sés auprès du Gouvernement de la République Française, désigné comme Gouvernement dépositaire.

3. La présente Convention entrera en vigueur :

a) soit avant le 1^{er} septembre 1961, dès que les instruments de ratification ou d'approbation auront été déposés par tous les signataires ;

b) soit le 1^{er} septembre 1961, si à cette date quinze signataires au moins ont déposé ces instruments, et à l'égard de ces signataires ;

c) soit après le 1^{er} septembre 1961, dès que ces instruments auront été déposés par quinze signataires, à l'égard de ces signataires, ainsi qu'à l'égard de tout autre signataire dès le dépôt de son instrument.

Article 15

La reconstitution de l'Organisation Européenne de Coopération Économique prendra effet lors de l'entrée en vigueur de la Convention, et ses objectifs, organes, pouvoirs et nom seront dès lors ceux qui sont prévus dans la Convention. La personnalité juridique que possède l'Organisation Européenne de Coopération Économique se continuera dans l'Organisation, mais les décisions de l'Organisation Européenne de Coopération Économique requièrent l'approbation du Conseil pour être applicables après l'entrée en vigueur de la présente Convention.

Article 16

Le Conseil peut, par un vote unanime, inviter tout Gouvernement non signataire, prêt à assumer les obligations de Membre, à adhérer à la présente Convention. L'adhésion prend effet lors du dépôt de l'instrument d'adhésion auprès du Gouvernement dépositaire.

Article 17

Toute Partie pourra mettre fin, en ce qui la concerne, à l'application de la présente Convention, en donnant un préavis d'un an à cet effet au Gouvernement dépositaire.

Article 18

Le siège de l'Organisation est à Paris, sauf si le Conseil en décide autrement.

Article 19

[A rédiger. — Capacité juridique de l'Organisation]

Article 20

[A rédiger. — Budget et règles financières]

Article 21

Dès la réception des instruments de ratification, d'approbation, d'adhésion ou de préavis de retrait, le Gouvernement dépositaire en donnera communication à tous les Membres et au Secrétaire Général de l'Organisation.

EN FOI DE QUOI les Plénipotentiaires soussignés, dûment habilités, ont apposé leurs signatures au bas du présent Protocole.

FAIT à Paris, le mil neuf cent soixante, en français et en anglais, les deux textes faisant également foi, en un seul exemplaire qui sera déposé auprès du Gouvernement dépositaire, qui en communiquera une copie certifiée conforme à tous les signataires.

PROJET DE PROTOCOLE ADDITIONNEL N° I

LES SIGNATAIRES de la Convention relative à l'Organisation de Coopération Économique et de Développement

SONT CONVENUS de ce qui suit :

1. La représentation dans l'Organisation de Coopération Économique et de Développement, des Communautés Européennes instituées par les Traités de Paris et de Rome, en date des 18 Avril 1951 et 25 Mars 1957, sera réglée conformément aux dispositions institutionnelles de ces Traités.

2. Les Commissions de la Communauté Économique Européenne et de la Communauté Européenne de l'Énergie Atomique ainsi que la Haute Autorité de la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier participeront aux travaux de cette Organisation.

EN FOI DE QUOI les Plénipotentiaires soussignés, dûment habilités, ont apposé leurs signatures au bas du présent Protocole.

FAIT à Paris le mil neuf cent soixante, en français et en anglais, les deux textes faisant également foi, en un seul exemplaire qui sera déposé auprès du Gouvernement dépositaire, qui en communiquera une copie certifiée conforme à tous les signataires.

PROJET DE PROTOCOLE
relatif à la révision de la
Convention de Coopération Économique Européenne
du 16 avril 1948

LES GOUVERNEMENTS de la République Fédérale d'Allemagne, de la République d'Autriche, du Royaume de Belgique, du Royaume de Danemark, de l'Espagne, de la République Française, du Royaume de Grèce, de l'Irlande, de la République d'Islande, de la République Italienne, du Grand-Duché de Luxembourg, du Royaume de Norvège, du Royaume des Pays-Bas, de la République Portugaise, du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, du Royaume de Suède, de la Confédération Suisse et de la République de Turquie, qui sont les Parties Contractantes à la Convention de Coopération Économique Européenne du 16 avril 1948 (appelée ci-dessous la « Convention ») et les Membres de l'Organisation Européenne de Coopération Économique ;

DÉSIREUX que les objectifs, organes et pouvoirs de cette Organisation soient à nouveau définis et que les Gouvernements du Canada et des États-Unis d'Amérique soient Membres de cette Organisation reconstituée ;

SONT CONVENUS de ce qui suit :

Article 1

La Convention est révisée ; de ce fait lui est substituée la Convention relative à l'Organisation de Coopération Économique et de Développement qui doit être signée ce jour.

Article 2

1. Le présent Protocole sera ratifié.
2. Les instruments de ratification seront déposés auprès du Gouvernement de la République Française, qui notifiera chaque dépôt à tous les signataires.
3. Le présent Protocole entrera en vigueur dès l'entrée en vigueur de la Convention relative à l'Organisation de Coopération Économique et de Développement.

4. La Convention cessera d'avoir effet à l'égard de tous les signataires du présent Protocole dès l'entrée en vigueur de la Convention relative à l'Organisation de Coopération Économique et de Développement.

EN FOI DE QUOI, les Plénipotentiaires soussignés, dûment habilités, ont apposé leur signature au bas du présent Protocole.

FAIT A PARIS, le mil neuf cent soixante, en français et en anglais, les deux textes faisant également foi, en un seul exemplaire, qui sera déposé auprès du Gouvernement de la République Française, qui en communiquera une copie certifiée conforme à tous les signataires.

ANNEXES

ANNEXE A

PAYS MEMBRES ET ASSOCIÉS DE L'O.E.C.E.

- Membres :*
- RÉPUBLIQUE FÉDÉRALE D'ALLEMAGNE
 - AUTRICHE
 - BELGIQUE
 - DANEMARK
 - ESPAGNE
 - FRANCE
 - GRÈCE
 - IRLANDE
 - ISLANDE
 - ITALIE
 - LUXEMBOURG
 - NORVÈGE
 - PAYS-BAS
 - PORTUGAL
 - ROYAUME-UNI DE GRANDE BRETAGNE ET IRLANDE
DU NORD
 - SUÈDE
 - SUISSE
 - TURQUIE
- Associés :*
- CANADA
 - ÉTATS-UNIS
- Participant à certaines activités avec un statut d'observateur au Conseil :*
- YUGOSLAVIE
- Participant à certaines activités :*
- FINLANDE

ANNEXE B

LISTE DES GOUVERNEMENTS ET ORGANISATIONS QUI ONT COMMUNIQUÉ LEUR POINT DE VUE AU GROUPE

I. *Gouvernements* : RÉPUBLIQUE FÉDÉRALE D'ALLEMAGNE

AUTRICHE
BELGIQUE
CANADA
DANEMARK
ESPAGNE
ÉTATS-UNIS
FRANCE
GRÈCE
IRLANDE
ISLANDE
ITALIE
LUXEMBOURG
NORVÈGE
PAYS-BAS
PORTUGAL
ROYAUME-UNI
SUÈDE
SUISSE
TURQUIE
YUGOSLAVIE

Outre les Gouvernements ci-dessus qui ont communiqué leur point de vue le Gouvernement d'ISRAËL a soumis un memorandum.

II. *Organisations* :

ORGANISATION DE COOPÉRATION ÉCONOMIQUE EUROPÉENNE
ASSEMBLÉE CONSULTATIVE DU CONSEIL DE L'EUROPE

COMMUNAUTÉ ÉCONOMIQUE EUROPÉENNE
COMMUNAUTÉ EUROPÉENNE DU CHARBON ET DE L'ACIER
COMMUNAUTÉ EUROPÉENNE DE L'ÉNERGIE ATOMIQUE
COMMISSION SYNDICALE CONSULTATIVE MIXTE
FÉDÉRATION INTERNATIONALE DES PRODUCTEURS AGRICOLES
DÉCLARATION POUR L'UNITÉ ATLANTIQUE

Nous avons en outre recueilli l'opinion de trois personnalités, qui se sont exprimées à titre individuel et sans engager les Membres de leurs organisations ou les Parties Contractantes à l'Accord Général sur les Tarifs Douaniers et le Commerce :

- M. E. BLACK (Président de la Banque Internationale pour la Reconstruction et le Développement).
- M. P. JACOBSSON (Directeur Général du Fonds Monétaire International).
- M. E. H. WYNDHAM-WHITE (Secrétaire Exécutif du G.A.T.T.).

Américo Deus Rodrigues Thomaz

Presidente da República Portuguesa pelo voto da Nação

Faço saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que foram assinados em Paris, em catorze de Dezembro de mil novecentos e sessenta, a Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, o Protocolo Adicional n.º 1 à Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, o Protocolo Adicional n.º 2 à Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, o Memorando de acordo para a aplicação do artigo 15 da Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos e o Protocolo relativo à revisão da Convenção de Cooperação Económica Europeia, de dezasseis de Abril de mil novecentos e quarenta e oito, cujos textos, em francês e inglês, e respectivas traduções em português, são os seguintes:

Convention relative à l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques

Les Gouvernements de la République Fédérale d'Allemagne, de la République d'Autriche, du Royaume de Belgique, du Canada, du Royaume de Danemark, de l'Espagne, des États-Unis d'Amérique, de la République Française, du Royaume de Grèce, de l'Irlande, de la République d'Islande, de la République Italienne, du Grand-Duché de Luxembourg, du Royaume de Norvège, du Royaume des Pays-Bas, de la République Portugaise, du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, du Royaume de Suède, de la Confédération Suisse et de la République de Turquie;

Considérant que la puissance et la prospérité de l'économie sont essentielles pour atteindre les buts des Nations Unies, sauvegarder les libertés individuelles et accroître le bien-être général;

Estimant qu'ils peuvent progresser très efficacement dans cette voie en renforçant la tradition de coopération qui s'est développée entre eux;

Reconnaissant que le redressement et le progrès économiques de l'Europe, auxquels leur collaboration au sein de l'Organisation Européenne de Coopération Économique a apporté une contribution très importante, ont ouvert de nouvelles perspectives permettant

de renforcer cette tradition et de l'appliquer à des tâches nouvelles et à des objectifs plus larges;

Convaincus qu'une coopération plus large constituera une contribution essentielle à des relations pacifiques et harmonieuses entre les peuples;

Reconnaissant que leurs économies dépendent de plus en plus les unes des autres;

Déterminés, grâce à des consultations mutuelles et à la coopération, à développer au maximum et à utiliser plus efficacement leurs capacités et leurs possibilités pour réaliser la plus forte expansion possible de leur économie et améliorer le bien-être économique et social de leurs peuples;

Estimant que les nations plus avancées dans le domaine économique devraient coopérer pour aider au mieux de leurs facultés les pays en voie de développement économique;

Reconnaissant que la poursuite de l'expansion du commerce mondial constitue l'un des facteurs les plus importants propres à favoriser l'essor des économies des divers pays et à améliorer les rapports économiques internationaux;

Déterminés à réaliser ces desseins d'une façon compatible avec les obligations découlant de leur participation à d'autres organisations, institutions ou accords internationaux;

Sont convenues des dispositions suivantes pour la reconstitution de l'Organisation Européenne de Coopération Économique en Organisation de Coopération et de Développement Économiques:

ARTICLE 1

L'Organisation de Coopération et de Développement Économiques (appelée ci-dessous l'«Organisation») a pour objectif de promouvoir des politiques visant:

a) à réaliser la plus forte expansion possible de l'économie et de l'emploi et une progression du niveau de vie dans les pays Membres, tout en maintenant la stabilité financière, et à contribuer ainsi au développement de l'économie mondiale;

b) à contribuer à une saine expansion économique dans les pays Membres, ainsi que non membres, en voie de développement économique;

c) à contribuer à l'expansion du commerce mondial sur une base multilatérale et non discriminatoire conformément aux obligations internationales.

ARTICLE 2

En vue d'atteindre ces objectifs, les Membres conviennent, tant individuellement que conjointement:

a) d'assurer l'utilisation efficace de leurs ressources économiques;

b) dans le domaine scientifique et technologique, d'assurer le développement de leurs ressources, d'encourager la recherche et de favoriser la formation professionnelle;

c) de suivre des politiques conçues pour assurer la croissance économique et la stabilité financière interne et externe, et d'éviter que ne se développent des situations qui pourraient mettre en danger leur économie ou celle d'autres pays;

d) de poursuivre leurs efforts en vue de réduire ou de supprimer les obstacles aux échanges de biens et de services, ainsi qu'aux paiements courants, et de maintenir et étendre la libération des mouvements de capitaux;

e) de contribuer au développement économique des pays Membres et non membres en voie de développement économique par des moyens appropriés et, en particulier, par l'apport à ces pays de capitaux, en tenant

en outre compte de l'importance que présentent pour leur économie la fourniture d'assistance technique et l'élargissement des débouchés offerts à leurs produits d'exportation.

ARTICLE 3

En vue d'atteindre les objectifs fixés à l'Article 1 et de remplir les engagements énumérés à l'Article 2, les Membres conviennent:

a) de se tenir mutuellement informés et de fournir à l'Organisation les renseignements nécessaires à l'accomplissement de ses tâches;

b) de se consulter d'une manière continue, d'effectuer des études et de participer à des projets acceptés d'un commun accord;

c) de coopérer étroitement, s'il y a lieu par une action coordonnée.

ARTICLE 4

Sont Membres de l'Organisation les Parties Contractantes à la présente Convention.

ARTICLE 5

En vue d'atteindre ses objectifs, l'Organisation peut:

a) prendre des décisions qui, sauf disposition différente, lient tous les Membres;

b) faire des recommandations aux Membres;

c) conclure des accords avec ses Membres des États non membres et des organisations internationales.

ARTICLE 6

1. A moins que l'Organisation n'en décide autrement à l'unanimité pour des cas spéciaux, les décisions sont prises et les recommandations sont faites par accord mutuel de tous les Membres.

2. Chaque Membre dispose d'une voix. Si un Membre s'abstient de voter une décision ou une recommandation, une telle abstention ne fait pas obstacle à cette décision ou recommandation, qui est applicable aux autres Membres mais pas au Membre qui s'abstient.

3. Aucune décision ne peut lier un Membre aussi longtemps qu'il ne s'est pas conformé aux prescriptions de sa procédure constitutionnelle. Les autres Membres peuvent convenir que cette décision s'appliquera provisoirement entre eux.

ARTICLE 7

Un Conseil, composé de tous les Membres, est l'organe duquel émanent tous les actes de l'Organisation. Le Conseil peut se réunir en sessions de ministres ou de représentants permanents.

ARTICLE 8

Le Conseil désigne, chaque année, un Président qui préside les sessions ministérielles, et deux Vice-Présidents. Le Président peut être désigné pour une année supplémentaire consécutive à son premier mandat.

ARTICLE 9

Le Conseil peut créer un Comité Exécutif et tout organe subsidiaire nécessaire pour atteindre les objectifs de l'Organisation.

ARTICLE 10

1. Un Secrétaire général responsable devant le Conseil est nommé par celui-ci pour une période de cinq ans. Il est assisté d'un ou plusieurs Secrétaires généraux suppléants ou Secrétaires généraux adjoints nommés par le Conseil, sur la proposition du Secrétaire général.

2. Le Secrétaire général préside le Conseil aux sessions de représentants permanents. Il prête son concours au Conseil sous toute forme nécessaire et peut soumettre des propositions au Conseil ou à tout autre organe de l'Organisation.

ARTICLE 11

1. Le Secrétaire général nomme le personnel utile au fonctionnement de l'Organisation conformément aux plans d'organisation approuvés par le Conseil. Le statut du personnel est soumis à l'approbation du Conseil.

2. Etant donné le caractère international de l'Organisation, le Secrétaire général, les Secrétaires généraux suppléants ou adjoints et le personnel ne solliciteront ni recevront de directives d'aucun des Membres de l'Organisation, ni d'aucun Gouvernement ou autorité extérieurs à l'Organisation.

ARTICLE 12

Dans les conditions qu'il appartient au Conseil de déterminer, l'Organisation peut:

- a) exprimer des vœux à des États non membres et des organisations;
- b) établir et entretenir des relations avec des États non membres et des organisations;
- c) inviter des Gouvernements non membres et des organisations à participer à des activités de l'Organisation.

ARTICLE 13

La représentation dans l'Organisation des Communautés Européennes instituées par les Traités de Paris et de Rome en date des 18 avril 1951 et 25 mars 1957 est définie dans un Protocole Additionnel n° 1 à la présente Convention.

ARTICLE 14

1. La présente Convention sera ratifiée ou acceptée par les signataires conformément à leurs règles constitutionnelles respectives.

2. Les instruments de ratification ou d'acceptation seront déposés auprès du Gouvernement de la République Française, désigné comme Gouvernement dépositaire.

3. La présente Convention entrera en vigueur:

- a) soit avant le 30 septembre 1961, dès que les instruments de ratification ou d'acceptation auront été déposés par tous les signataires;
- b) soit de 30 septembre 1961, si à cette date quinze signataires au moins ont déposé ces instruments, et à l'égard de ces signataires, ainsi qu'à l'égard de tout autre signataire dès le dépôt de son instrument de ratification ou d'acceptation;
- c) soit après le 30 septembre 1961, mais au plus tard deux ans après la signature de la présente Convention, dès que ces instruments auront été déposés par quinze signataires, et à l'égard de ces signataires, ainsi qu'à l'égard de tout autre signataire dès le dépôt de son instrument de ratification ou d'acceptation.

4. Les signataires n'ayant pas déposé leur instrument de ratification ou d'acceptation lors de l'entrée en vigueur de la Convention pourront participer aux activités de l'Organisation dans les conditions qui seront fixées par accord entre l'Organisation et les dits signataires.

ARTICLE 15

La reconstitution de l'Organisation Européenne de Coopération Économique prendra effet lors de l'entrée en vigueur de la Convention, et ses objectifs, organes,

pouvoirs et nom seront dès lors ceux qui sont prévus dans la Convention. La personnalité juridique que possède l'Organisation Européenne de Coopération Économique se continuera dans l'Organisation, mais les décisions, recommandations et résolutions de l'Organisation Européenne de Coopération Économique requièrent l'approbation du Conseil pour être applicables après l'entrée en vigueur de la présente Convention.

ARTICLE 16

Le Conseil peut décider d'inviter tout Gouvernement prêt à assumer les obligations de membre, à adhérer à la présente Convention. Cette décision doit être prise à l'unanimité; toutefois, le Conseil peut admettre à l'unanimité, dans un cas particulier, la possibilité d'abstention, étant entendu que, nonobstant les dispositions de l'Article 6, la décision s'applique alors à tous les Membres. L'adhésion prend effet lors du dépôt de l'instrument d'adhésion auprès du Gouvernement dépositaire.

ARTICLE 17

Toute Partie Contractante pourra mettre fin, en ce qui la concerne, à l'application de la présente Convention, en donnant un préavis d'un an à cet effet au Gouvernement dépositaire.

ARTICLE 18

Le siège de l'Organisation est à Paris, sauf si le Conseil en décide autrement.

ARTICLE 19

La capacité juridique de l'Organisation et les privilèges, exemptions et immunités de l'Organisation, de ses fonctionnaires et des représentants de ses Membres auprès d'elle, sont définis dans le Protocole Additionnel n° 2 à la présente Convention.

ARTICLE 20

1. Chaque année, conformément à un Règlement financier adopté par le Conseil, le Secrétaire général soumet à l'approbation du Conseil un budget annuel, des comptes et tout budget annexe demandé par le Conseil.

2. Les dépenses générales de l'Organisation, approuvées par le Conseil sont réparties conformément à un barème qui sera arrêté par le Conseil. Les autres dépenses sont financées sur la base fixée par le Conseil.

ARTICLE 21

Dès la réception des instruments de ratification, d'acceptation, d'adhésion ou de préavis de retrait, le Gouvernement dépositaire en donnera communication à toutes les Parties Contractantes et au Secrétaire général de l'Organisation.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires soussignés, dûment habilités, ont apposé leurs signatures au bas de la présente Convention.

Fait à Paris, le quatorze décembre mil neuf cent soixante, en français et en anglais, les deux textes faisant également foi, en un seul exemplaire qui sera déposé auprès du Gouvernement dépositaire, qui en communiquera une copie certifiée conforme à tous les signataires.

Pour la République Fédérale d'Allemagne:

Ludwig Erhard.

Albert Hülger van Scherpenberg.

Pour la République d'Autriche:

Bruno Kreisky.
Dr. Fritz Bock.

Pour le Royaume de Belgique:

P. Wigny.
R. Ockrent.

Pour le Canada:

Donald M. Fleming.
George H. Hees.

Pour le Royaume de Danemark:

Jens Otto Krag.

Pour l'Espagne:

Fernando M. Castiella.
A. Ullastres.

Pour les États-Unis d'Amérique:

Douglas Dillon.
W. Randolph Burgess.

Pour la République Française:

M. Couve de Murville.
Baumgartner.

Pour le Royaume de Grèce:

A. Protopapadakis.

Pour l'Irlande:

Séán Ó Loinsigh.

Pour la République d'Islande:

Gylfi Th. Gislason.

Pour la République Italienne:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

Pour le Grand-Duché de Luxembourg:

E. Schaus.

Pour le Royaume de Norvège:

Halvard Lange.

Pour le Royaume des Pays-Bas:

J. Luns.
Stikker.

Pour la République Portugaise:

J. G. Correia de Oliveira.

Pour le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord:

Selwyn Lloyd.

Pour le Royaume de Suède:

Gunnar Lange.

Pour la Confédération Suisse:

Max Petitpierre.

Pour la République de Turquie:

Alican.

Convention on the Organization for Economic Co-operation and Development

The Governments of the Republic of Austria, the Kingdom of Belgium, Canada, the Kingdom of Denmark, the French Republic, the Federal Republic of Germany, the Kingdom of Greece, the Republic of Iceland, Ireland, the Italian Republic, the Grand Duchy of Luxembourg, the Kingdom of the Netherlands, the Kingdom of Norway, the Portuguese Republic, Spain, the Kingdom of Sweden, the Swiss Confederation, the Turkish Republic, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, and the United States of America;

Considering that economic strength and prosperity are essential for the attainment of the purposes of the United Nations, the preservation of individual liberty and the increase of general well-being;

Believing that they can further these aims most effectively by strengthening the tradition of co-operation which has evolved among them;

Recognizing that the economic recovery and progress of Europe to which their participation in the Organization for European Economic Co-operation has made a major contribution, have opened new perspectives for strengthening that tradition and applying it to new tasks and broader objectives;

Convinced that broader co-operation will make a vital contribution to peaceful and harmonious relations among the peoples of the world;

Recognizing the increasing inter-dependence of their economies;

Determined by consultation and co-operation to use more effectively their capacities and potentialities so as to promote the highest sustainable growth of their economies and improve the economic and social well-being of their peoples;

Believing that the economically more advanced nations should co-operate in assisting to the best of their ability the countries in process of economic development;

Recognizing that the further expansion of world trade is one of the most important factors favouring the economic development of countries and the improvement of international economic relations; and

Determined to pursue these purposes in a manner consistent with their obligations in other international organizations or institutions in which they participate or under agreements to which they are a party;

Have therefore agreed on the following provisions for the reconstitution of the Organization for European

Economic Co-operation as the Organization for Economic Co-operation and Development:

ARTICLE 1

The aims of the Organization for Economic Co-operation and Development (hereinafter called the «Organization») shall be to promote policies designed:

- a) to achieve the highest sustainable economic growth and employment and a rising standard of living in Member countries, while maintaining financial stability, and thus to contribute to the development of the world economy;
- b) to contribute to sound economic expansion in Member as well as non-member countries in the process of economic development; and
- c) to contribute to the expansion of world trade on a multilateral, non-discriminatory basis in accordance with international obligations.

ARTICLE 2

In the pursuit of these aims, the Members agree that they will, both individually and jointly:

- a) promote the efficient use of their economic resources;
- b) in the scientific and technological field, promote the development of their resources, encourage research and promote vocational training;
- c) pursue policies designed to achieve economic growth and internal and external financial stability and to avoid developments which might endanger their economies or those of other countries;
- d) pursue their efforts to reduce or abolish obstacles to the exchange of goods and services and current payments and maintain and extend the liberalization of capital movements; and
- e) contribute to the economic development of both Member and non-member countries in the process of economic development by appropriate means and, in particular, by the flow of capital to those countries, having regard to the importance to their economies of receiving technical assistance and of securing expanding export markets.

ARTICLE 3

With a view to achieving the aims set out in Article 1 and to fulfilling the undertakings contained in Article 2, the Members agree that they will:

- a) keep each other informed and furnish the Organization with the information necessary for the accomplishment of its tasks;
- b) consult together on a continuing basis, carry out studies and participate in agreed projects; and
- c) co-operate closely and where appropriate take co-ordinated action.

ARTICLE 4

The Contracting Parties to this Convention shall be Members of the Organization.

ARTICLE 5

In order to achieve its aims, the Organization may:

- a) take decisions which, except as otherwise provided, shall be binding on all the Members;
- b) Make recommendations to Members; and
- c) enter into agreements with Members, non-member States and international organizations.

ARTICLE 6

1. Unless the Organization otherwise agrees unanimously for special cases, decisions shall be taken and recommendations shall be made by mutual agreement of all the Members.

2. Each Member shall have one vote. If a Member abstains from voting on a decision or recommendation, such abstention shall not invalidate the decision or recommendation, which shall be applicable to the other Members but not the abstaining Member.

3. No decision shall be binding on any Member until it has complied with the requirements of its own constitutional procedures. The other Members may agree that such a decision shall apply provisionally to them.

ARTICLE 7

A Council composed of all the Members shall be the body from which all acts of the Organization derive. The Council may meet in sessions of Ministers or of Permanent Representatives.

ARTICLE 8

The Council shall designate each year a Chairman, who shall preside at its ministerial sessions, and two Vice-Chairmen. The Chairman may be designated to serve one additional consecutive term.

ARTICLE 9

The Council may establish an Executive Committee and such subsidiary bodies as may be required for the achievement of the aims of the Organization.

ARTICLE 10

1. A Secretary-General responsible to the Council shall be appointed by the Council for a term of five years. He shall be assisted by one or more Deputy Secretaries-General or Assistant Secretaries-General appointed by the Council on the recommendation of the Secretary-General.

2. The Secretary-General shall serve as Chairman of the Council meeting at sessions of Permanent Representatives. He shall assist the Council in all appropriate ways and may submit proposals to the Council or to any other body of the Organization.

ARTICLE 11

1. The Secretary-General shall appoint such staff as the Organization may require in accordance with plans of organization approved by the Council. Staff regulations shall be subject to approval by the Council.

2. Having regard to the international character of the Organization, the Secretary-General, the Deputy or Assistant Secretaries-General and the staff shall neither seek nor receive instructions from any of the Members or from any Government or authority external to the Organization.

ARTICLE 12

Upon such terms and conditions as the Council may determine, the Organization may:

- a) address communications to non-member States or organizations;
- b) establish and maintain relations with non-member States or organizations; and
- c) invite non-member Governments or organizations to participate in activities of the Organization.

ARTICLE 13

Representation in the Organization of the European Communities established by the Treaties of Paris and Rome of 18th April, 1951, and 25th March, 1957, shall be as defined in Supplementary Protocol No. 1 to this Convention.

ARTICLE 14

1. This Convention shall be ratified or accepted by the Signatories in accordance with their respective constitutional requirements.

2. Instruments of ratification or acceptance shall be deposited with the Government of the French Republic, hereby designated as depositary Government.

3. This Convention shall come into force:

a) before 30th September, 1961, upon the deposit of instruments of ratification or acceptance by all the Signatories; or

b) on 30th September, 1961, if by that date fifteen Signatories or more have deposited such instruments as regards those Signatories; and thereafter as regards any other Signatory upon the deposit of its instrument of ratification or acceptance;

c) after 30th September, 1961, but not later than two years from signature of this Convention, upon the deposit of such instruments by fifteen Signatories, as regards those Signatories; and thereafter as regards any other Signatory upon the deposit of its instrument of ratification or acceptance.

4. Any Signatory which has not deposited its instrument of ratification or acceptance when the Convention comes into force may take in the activities of the Organization upon conditions to be determined by agreement between the Organization and such Signatory.

ARTICLE 15

When this Convention comes into force the reconstitution of the Organization for European Economic Co-operation shall take effect, and its aims, organs, powers and name shall thereupon be as provided herein. The legal personality possessed by the Organization for European Economic Co-operation shall continue in the Organization, but decisions, recommendations and resolutions of the Organization for European Economic Co-operation shall require approval of the Council to be effective after the coming into force of this Convention.

ARTICLE 16

The Council may decide to invite any Government prepared to assume the obligations of membership to accede to this Convention. Such decisions shall be unanimous, provided that for any particular case the Council may unanimously decide to permit abstention, in which case, notwithstanding the provisions of Article 6, the decision shall be applicable to all the Members. Accession shall take effect upon the deposit of an instrument of accession with the depositary Government.

ARTICLE 17

Any Contracting Party may terminate the application of this Convention to itself by giving twelve months' notice to that effect to the depositary Government.

ARTICLE 18

The Headquarters of the Organization shall be in Paris, unless the Council agrees otherwise.

ARTICLE 19

The legal capacity of the Organization and the privileges, exemptions, and immunities of the Organization, its officials and representatives to it the Members shall be as provided in Supplementary Protocol No. 2 to this Convention.

ARTICLE 20

1. Each year, in accordance with Financial Regulations adopted by the Council, the Secretary-General shall present to the Council for approval an annual budget, accounts, and such subsidiary budgets as the Council shall request.

2. General expenses of the Organization, as agreed by the Council, shall be apportioned in accordance with a scale to be decided upon by the Council. Other expenditure shall be financed on such basis as the Council may decide.

ARTICLE 21

Upon the receipt of any instruments of ratification, acceptance or accession, or of any notice of termination, the depositary Government shall give notice thereof to all the Contracting Parties and to the Secretary-General of the Organization.

In witness whereof, the undersigned Plenipotentiaries, duly empowered, have appended their signatures to this Convention.

Done in Paris, this fourteenth day of December, Nineteen Hundred and Sixty, in the English and French languages, both texts being equally authentic, in a single copy which shall be deposited with the depositary Government, by whom certified copies will be communicated to all the Signatories.

For the Federal Republic of Germany:

Ludwig Erhard.

Albert Hilger van Scherpenberg.

For the Republic of Austria:

Bruno Kreisky.

Dr. Fritz Bock.

For the Kingdom of Belgium:

P. Wigny.

R. Ockrent.

For Canada:

Donald M. Fleming.

George H. Hees.

For the Kingdom of Denmark:

Jens Otto Krag.

For Spain:

Fernando M. Castiella.

A. Ullastres.

For the United States of America:

Douglas Dillon.

W. Randolph Burgess.

For the French Republic:

M. Couve de Murville.

Baumgartner.

For the Kingdom of Greece:

A. Protopapadakis.

For Ireland:

Seán Ó Loinsigh.

For the Republic of Iceland:

Gylfi Th. Gislason.

For the Italian Republic:

Giuseppe Pella.

Carlo Russo.

For the Grand Duchy of Luxembourg:

E. Schaus.

For the Kingdom of Norway:

Halvard Lange.

For the Kingdom of the Netherlands:

J. Luns.

Sijthoff.

For the Portuguese Republic:

J. G. Correia de Oliveira.

For the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland:

Selwyn Lloyd.

For the Kingdom of Sweden:

Gunnar Lange.

For the Swiss Confederation:

Max Petitpierre.

For the Turkish Republic:

Alican.

(Tradução)

Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos

Os Governos da República Federal da Alemanha, da República da Áustria, do Reino da Bélgica, do Canadá, do Reino da Dinamarca, da Espanha, dos Estados Unidos da América, da República Francesa, do Reino da Grécia, da Irlanda, da República da Islândia, da República Italiana, do Grão-Ducado do Luxemburgo, do Reino da Noruega, do Reino dos Países Baixos, da República Portuguesa, do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, do Reino da Suécia, da Confederação Suíça e da República da Turquia;

Considerando que o poder e a prosperidade da economia são essenciais para atingir os objectivos das Nações Unidas, salvaguardar as liberdades individuais e aumentar o bem-estar geral;

Julgando que podem promover estes objectivos mais eficazmente reforçando a tradição de cooperação que se desenvolveu entre eles;

Reconhecendo que a recuperação e o progresso económicos da Europa, a que a sua colaboração no seio da Organização Europeia de Cooperação Económica trouxe uma contribuição muito importante, abriram novas perspectivas permitindo reforçar essa tradição e aplicá-la a tarefas novas e a objectivos mais largos;

Convencidos de que uma cooperação mais larga constituirá contribuição essencial para as relações pacíficas e harmoniosas entre os povos;

Reconhecendo que as suas economias dependem cada vez mais umas das outras;

Determinados, graças a consultas mútuas e à cooperação, a desenvolver ao máximo e a utilizar mais eficazmente as suas capacidades e as suas possibilidades para realizar a mais forte expansão possível da sua economia e melhorar o bem-estar económico e social dos seus povos;

Julgando que as nações mais avançadas no domínio económico deveriam cooperar para ajudar na maior medida das suas faculdades os países em via de desenvolvimento económico;

Reconhecendo que a prossecução da expansão do comércio mundial constitui um dos factores mais importantes destinados a favorecer o desenvolvimento das economias dos diversos países e a melhorar as relações económicas internacionais;

Determinados a realizar estes propósitos de uma maneira compatível com as obrigações decorrentes da sua participação noutras organizações, instituições ou acordos internacionais:

Acordaram nas disposições seguintes para a reconstituição da Organização Europeia de Cooperação Económica em Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos:

ARTIGO 1

A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (abaixo designada por «Organização») tem por objectivo promover políticas visando:

a) A realizar a mais forte expansão possível da economia e do emprego e uma progressão do nível de vida nos países membros, sem deixar de manter a estabilidade financeira e a contribuir assim para o desenvolvimento da economia mundial;

b) A contribuir para uma sã expansão económica nos países membros, assim como nos não membros, em via de desenvolvimento económico;

c) A contribuir para a expansão do comércio mundial sobre uma base multilateral e não discriminatória em conformidade com as obrigações internacionais.

ARTIGO 2

Com vista a atingir estes objectivos, os membros concordam, tanto individual como conjuntamente:

a) Em assegurar a utilização eficaz dos seus recursos económicos;

b) No domínio científico e tecnológico, em assegurar o desenvolvimento dos seus recursos, encorajar a investigação e promover a formação profissional;

c) Em seguir políticas concebidas para assegurar o crescimento económico e a estabilidade financeira interna e externa e evitar que se desenvolvam situações que poderão pôr em perigo a sua economia ou a de outros países;

d) Em prosseguir nos seus esforços para reduzir ou suprimir os obstáculos às trocas de bens e serviços, assim como aos pagamentos correntes, e manter e estender a liberação dos movimentos de capitais;

e) Em contribuir para o desenvolvimento económico dos países membros e não membros em via de desenvolvimento económico por meios apropriados e, em particular, pelo fornecimento de capitais a estes países, tendo, além disso, em conta a importância que apresentam para as suas economias o recebimento de assistência técnica e o alargamento dos mercados oferecidos aos seus produtos de exportação.

ARTIGO 3

Com vista a atingir os objectivos fixados no artigo 1 e a executar os compromissos enumerados no artigo 2, os Membros concordam:

a) Em se manterem mutuamente informados e fornecerem à Organização as informações necessárias ao desempenho das suas tarefas;

b) Em se consultarem de maneira contínua, efectuem estudos e participarem em projectos aceites de comum acordo;

c) Em cooperarem estreitamente e, se for caso disso, por uma acção coordenada.

ARTIGO 4

São membros da Organização as Partes Contratantes na presente Convenção.

ARTIGO 5

A fim de atingir os seus objectivos, a Organização pode:

a) Tomar decisões que, salvo disposição diferente, obrigam todos os Membros;

b) Fazer recomendações aos Membros;

c) Concluir acordos com os seus Membros, Estados não membros e organizações internacionais.

ARTIGO 6

1. A menos que a Organização decida de outro modo por unanimidade para casos especiais, as decisões são tomadas e as recomendações são feitas por acordo mútuo de todos os Membros.

2. Cada Membro dispõe de um voto. Se um Membro se abstém de votar uma decisão ou uma recomendação, tal abstenção não invalida essa decisão ou recomendação, que é aplicável aos outros Membros, mas não ao Membro que se abstém.

3. Nenhuma decisão obrigará um Membro enquanto ele não tiver observado as prescrições do seu processo constitucional. Os outros Membros podem acordar que essa decisão se aplicará provisoriamente a eles.

ARTIGO 7

Um Conselho, composto de todos os Membros, é o órgão de que emanam todos os actos da Organização. O Conselho pode reunir-se em sessões de Ministros ou de representantes permanentes.

ARTIGO 8

O Conselho designa, cada ano, um Presidente, que preside às sessões ministeriais, e dois Vice-Presidentes. O Presidente pode ser designado para um ano suplementar consecutivo ao seu primeiro mandato.

ARTIGO 9

O Conselho pode criar um Comité Executivo e qualquer órgão subsidiário necessário para atingir os objectivos da Organização.

ARTIGO 10

1. Um Secretário-Geral responsável perante o Conselho é nomeado por este para um período de cinco anos. Aquele é assistido por um ou vários Secretários-Gerais

suplentes ou Secretários-Gerais adjuntos nomeados pelo Conselho, sob proposta do Secretário-Geral.

2. O Secretário-Geral preside ao Conselho nas sessões de representantes permanentes. Presta o seu concurso ao Conselho sob todas as formas necessárias e pode submeter propostas ao Conselho ou a qualquer outro órgão da Organização.

ARTIGO 11

1. O Secretário-Geral nomeia o pessoal necessário ao funcionamento da Organização em conformidade com os planos de organização aprovados pelo Conselho. O estatuto do pessoal será submetido à aprovação do Conselho.

2. Dado o carácter internacional da Organização, o Secretário-Geral, os Secretários-Gerais suplentes ou adjuntos e o pessoal não solicitarão nem receberão instruções de nenhum dos Membros da Organização nem de nenhum Governo ou autoridade exteriores à Organização.

ARTIGO 12

Nas condições que compete ao Conselho determinar, a Organização pode:

a) Dirigir comunicações a Estados não membros e organizações;

b) Estabelecer e manter relações com Estados não membros e organizações;

c) Convidar Governos não membros e organizações a participarem nas actividades da Organização.

ARTIGO 13

A representação na Organização das Comunidades Europeias instituídas pelos Tratados de Paris e de Roma, de 18 de Abril de 1951 e 25 de Março de 1957, é definida num Protocolo Adicional n.º 1 à presente Convenção.

ARTIGO 14

1. A presente Convenção será ratificada ou aceite pelos signatários em conformidade com as suas regras constitucionais respectivas.

2. Os instrumentos de ratificação ou de aceitação serão depositados junto do Governo da República Francesa, designado como Governo depositário.

3. A presente Convenção entrará em vigor:

a) Antes de 30 de Setembro de 1961, se os instrumentos de ratificação ou de aceitação tiverem sido depositados por todos os signatários;

b) Em 30 de Setembro de 1961, se nessa data quinze signatários, pelo menos, tiverem depositado aqueles instrumentos, e com respeito a esses signatários; depois disso, quanto a qualquer outro signatário, desde o depósito do seu instrumento de ratificação ou de aceitação;

c) Depois de 30 de Setembro de 1961, mas não depois de passados dois anos sobre a assinatura da presente Convenção, desde que aqueles instrumentos tenham sido depositados por quinze signatários e com respeito a esses signatários; depois disso, com respeito a qualquer outro signatário, desde o depósito do seu instrumento de ratificação ou de aceitação.

4. Os signatários que não tenham depositado o seu instrumento de ratificação ou de aceitação na altura da entrada em vigor da Convenção poderão participar nas actividades da Organização, nas condições que forem fixadas por acordo entre a Organização e os ditos signatários.

ARTIGO 15

A reconstituição da Organização Europeia de Cooperação Económica verificar-se-á quando entrar em vigor a Convenção, e os seus objectivos, órgãos, poderes e

nome serão desde então os que estão previstos na Convenção.

A personalidade jurídica que possui a Organização Europeia de Cooperação Económica continuará na Organização, mas as decisões, recomendações e resoluções da Organização Europeia de Cooperação Económica necessitam da aprovação do Conselho para serem aplicáveis depois da entrada em vigor da presente Convenção.

ARTIGO 16

O Conselho pode decidir convidar a aderir à presente Convenção qualquer Governo disposto a assumir as obrigações de membro. Essa decisão deve ser tomada por unanimidade; todavia, o Conselho pode admitir por unanimidade, num caso particular, a possibilidade de abstenção, ficando entendido que, não obstante as disposições do artigo 6, a decisão se aplica então a todos os seus Membros. A decisão produz efeito desde o depósito do instrumento de adesão junto do Governo depositário.

ARTIGO 17

Qualquer Parte Contratante poderá pôr fim, no que lhe diz respeito, à aplicação da presente Convenção, dando aviso prévio de um ano para esse efeito ao Governo depositário.

ARTIGO 18

A sede da Organização é em Paris, salvo se o Conselho decidir de outro modo.

ARTIGO 19

A capacidade jurídica da Organização e os privilégios, isenções e imunidades da Organização, dos seus funcionários e dos representantes dos seus membros junto dela são definidos no Protocolo Adicional n.º 2 à presente Convenção.

ARTIGO 20

1. Cada ano, em conformidade com um regulamento financeiro adoptado pelo Conselho, o Secretário-Geral submete à aprovação do Conselho um orçamento anual, contas e qualquer orçamento anexo pedido pelo Conselho.

2. As despesas gerais da Organização, aprovadas pelo Conselho, são repartidas em conformidade com uma escala que será fixada pelo Conselho. As outras despesas são financiadas na base fixada pelo Conselho.

ARTIGO 21

Quando receber instrumentos de ratificação, de aceitação, de adesão ou aviso prévio de saída, o Governo depositário fará disso comunicação a todas as Partes Contratantes e ao Secretário-Geral da Organização.

Em fé do que, os Plenipotenciários abaixo assinados, devidamente habilitados, apuseram as suas assinaturas na presente Convenção.

Feito em Paris em catorze de Dezembro de mil novecentos e sessenta, em francês e inglês, fazendo os dois textos igualmente fé, num só exemplar que será depositado junto do Governo depositário, que transmitirá cópia certificada conforme a todos os signatários.

Pela República Federal da Alemanha:

Ludwig Erhard.

Albert Hilger van Scherpenberg.

Pela República da Áustria:

Bruno Kreisky.

Dr. Fritz Bock.

Pelo Reino da Bélgica:

P. Wigny.

R. Ockrent.

Pelo Canadá:

Donald M. Fleming.

George H. Hees.

Pelo Reino da Dinamarca:

Jens Otto Krag.

Pela Espanha:

Fernando M. Castiella.

A. Ullastres.

Pelos Estados Unidos da América:

Douglas Dillon.

W. Randolph Burgess.

Pela República Francesa:

M. Couve de Murville.

Baumgartner.

Pelo Reino da Grécia:

A. Protopapadakis.

Pela Irlanda:

Seán Ó Loinsigh.

Pela República da Islândia:

Gylfi Th. Gislason.

Pela República Italiana:

Giuseppe Pella.

Carlo Russo.

Pelo Grão-Ducado do Luxemburgo:

E. Schaus.

Pelo Reino da Noruega:

Halvard Lange.

Pelo Reino dos Países Baixos:

J. Luns.

Stikker.

Pela República Portuguesa:

J. G. Correia de Oliveira.

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:

Selwyn Lloyd.

Pelo Reino da Suécia:

Gunnar Lange.

Pela Confederação Suíça:

Max Petitpierre.

Pela República da Turquia:

Alican.

Protocole Additionnel n° 1 à la Convention relative à l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques

Les signataires de la Convention relative à l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques;

Sont convenus de ce qui suit:

1. La représentation dans l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques, des Communautés Européennes instituées par les Traités de Paris et de Rome, en date des 18 avril 1951 et 25 mars 1957, sera réglée conformément aux dispositions institutionnelles de ces Traités.

2. Les Commissions de la Communauté Économique Européenne et de la Communauté Européenne de l'Énergie Atomique ainsi que la Haute Autorité de la Communauté Européenne du Charbon et de l'Acier participeront aux travaux de cette Organisation.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires soussignés, dûment habilités, ont apposé leurs signatures au bas du présent Protocole.

Fait à Paris, le quatorze décembre mil neuf cent soixante, en français et en anglais, les deux textes faisant également foi, en un seul exemplaire qui sera déposé auprès du Gouvernement de la République Française, qui en communiquera une copie certifiée conforme à tous les signataires.

Pour la République Fédérale d'Allemagne:

Ludwig Erhard.
Albert Hilger van Scherpenberg.

Pour la République d'Autriche:

Bruno Kreisky.
Dr. Fritz Bock.

Pour le Royaume de Belgique:

P. Wigny.
R. Ockrent.

Pour le Canada:

Donald M. Fleming.
George H. Hees.

Pour le Royaume de Danemark:

Jens Otto Krag.

Pour l'Espagne:

Fernando M. Castiella.
A. Ullastres.

Pour les États-Unis d'Amérique:

Douglas Dillon.
W. Randolph Burgess.

Pour la République Française:

M. Couve de Murville.
Baumgartner.

Pour le Royaume de Grèce:

A. Protopapadakis.

Pour l'Irlande:

Seán Ó Loinsigh.

Pour la République d'Islande:

Gylfi Th. Gislason.

Pour la République Italienne:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

Pour le Grand-Duché de Luxembourg:

E. Schaus.

Pour le Royaume de Norvège:

Halvard Lange.

Pour le Royaume des Pays-Bas:

J. Luns.
Stikker.

Pour la République Portugaise:

J. G. Correia de Oliveira.

Pour le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord:

Selwyn Lloyd.

Pour le Royaume de Suède:

Gunnar Lange.

Pour la Confédération Suisse:

Max Petitpierre.

Pour la République de Turquie:

Alican.

Supplementary Protocol No. 1 to the Convention on the Organization for Economic Co-operation and Development

The signatories of the Convention on the Organization for Economic Co-operation and Development; Have agreed as follows:

1. Representation in the Organization for Economic Co-operation and Development of the European Communities established by the Treaties of Paris and

Rome of 18th April, 1951, and 25th March, 1957, shall be determined in accordance with the institutional provisions of those Treaties.

2. The Commissions of the European Economic Community and of the European Atomic Energy Community as well as the High Authority of the European

Coal and Steel Community shall take part in the work of that Organization.

In witness whereof, the undersigned Plenipotentiaries, duly empowered, have appended their signatures to this Protocol.

Done in Paris, this fourteenth day of December, Nineteen Hundred and Sixty, in the English and French languages, both texts being equally authentic, in a single copy which shall be deposited with the Government of the French Republic, by whom certified copies will be communicated to all the Signatories.

For the Federal Republic of Germany:

Ludwig Erhard.
Albert Hilger van Scherpenberg.

For the Republic of Austria:

Bruno Kreisky.
Dr. Fritz Bock.

For the Kingdom of Belgium:

P. Wigny.
R. Ockrent.

For Canada:

Donald M. Fleming.
George H. Hees.

For the Kingdom of Denmark:

Jens Otto Krag.

For Spain:

Fernando M. Castiella.
A. Ullastres.

For the United States of America:

Douglas Dillon.
W. Randolph Burgess.

For the French Republic:

M. Couve de Murville.
Baumgartner.

For the Kingdom of Greece:

A. Protopapadakis.

For Ireland:

Séán Ó Loinsigh.

For the Republic of Iceland:

Gylfi Th. Gislason.

For the Italian Republic:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

For the Grand Duchy of Luxembourg:

E. Schaus.

For the Kingdom of Norway:

Halvard Lange.

For the Kingdom of the Netherlands:

J. Luns.
Stikker.

For the Portuguese Republic:

J. G. Correia de Oliveira.

For the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland:

Selwyn Lloyd.

For the Kingdom of Sweden:

Gunnar Lange.

For the Swiss Confederation:

Max Petitpierre.

For the Turkish Republic:

Alican.

(Tradução)

Protocolo Adicional n.º 1 à Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos

Os signatários da Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos;

Acordaram no que se segue:

1. A representação na Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, das Comunidades Europeias instituídas pelos Tratados de Paris e de Roma, de 18 de Abril de 1951 e 25 de Março de 1957, será regulada em conformidade com as disposições institucionais desses tratados.

2. As comissões da Comunidade Económica Europeia e da Comunidade Europeia da Energia Atómica, assim como a Alta Autoridade da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, participarão nos trabalhos desta Organização.

Em fé do que os Plenipotenciários abaixo assinados, devidamente habilitados, apuseram as suas assinaturas no presente Protocolo.

Feito em Paris, em catorze de Dezembro de mil novecentos e sessenta, em francês e em inglês, fazendo os dois textos igualmente fé, num só exemplar, que será depositado junto do Governo da República Francesa, que transmitirá cópia certificada conforme a todos os signatários.

Pela República Federal da Alemanha:

Ludwig Erhard.
Albert Hilger van Scherpenberg.

Pela República da Austria:

Bruno Kreisky.
Dr. Fritz Bock.

Pelo Reino da Bélgica:

P. Wigny.
R. Ockrent.

Pelo Canadá:

Donald M. Fleming.
George H. Hees.

Pelo Reino da Dinamarca:

Jens Otto Krag.

Pela Espanha:

Fernando M. Castiella.
A. Ullastres.

Pelos Estados Unidos da América:

Douglas Dillon.
W. Randolph Burgess.

Pela República Francesa:

M. Couve de Murville.
Baumgartner.

Pelo Reino da Grécia:

A. Protopapadakis.

Pela Irlanda:

Seán Ó Loinsigh.

Pela República da Islândia:

Gylfi Th. Gislason.

Pela República Italiana:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

Pelo Grão-Ducado do Luxemburgo:

E. Schaus.

Pelo Reino da Noruega:

Halvard Lange.

Pelo Reino dos Países Baixos:

J. Luns.
Stikker.

Pela República Portuguesa:

J. G. Correia de Oliveira.

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:

Selwyn Lloyd.

Pelo Reino da Suécia:

Gunnar Lange.

Pela Confederação Suíça:

Max Petitpierre.

Pela República da Turquia:

Alican.

Protocole Additionnel n° 2 à la Convention relative à l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques

Les signataires de la Convention relative à l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques (appelée ci-dessous l'«Organisation»);

Sont convenus de ce qui suit:

L'Organisation jouit de la capacité juridique et l'Organisation, ses fonctionnaires et les représentants de ses Membres auprès d'elle jouissent des privilèges, exemptions et immunités suivants:

a) sur le territoire des Parties Contractantes à la Convention de Coopération Économique Européenne du 16 avril 1948, de la capacité juridique, des privilèges, exemptions et immunités prévus dans le Protocole Additionnel n° 1 à cette Convention:

b) au Canada, de la capacité juridique, des privilèges, exemptions et immunités prévus dans tout accord ou arrangement sur la capacité juridique, les privilèges, exemptions et immunités qui interviendra entre le Gouvernement du Canada et l'Organisation;

c) aux États-Unis, de la capacité juridique, des privilèges, exemptions et immunités prévus dans l'Executive Order n° 10 133, du 27 juin 1950, conformément aux dispositions de l'International Organisation Immunities Act; et

d) dans tout autre pays, de la capacité juridique, des privilèges, exemptions et immunités prévus dans

tout accord ou arrangement sur la capacité juridique, les privilèges, exemptions et immunités qui interviendra entre le Gouvernement intéressé et l'Organisation.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires soussignés, dûment habilités, ont apposés leurs signatures au bas du présent Protocole.

Fait à Paris, le quatorze décembre mil neuf cent soixante, en français et en anglais, les deux textes faisant également foi, en un seul exemplaire, qui sera déposé auprès du Gouvernement de la République Française, qui en communiquera une copie certifiée conforme à tous les signataires.

Pour la République Fédérale d'Allemagne:

Ludwig Erhard.
Albert Hilger van Scherpenberg.

Pour la République d'Autriche:

Bruno Kreisky.
Dr. Fritz Bock.

Pour le Royaume de Belgique:

P. Wigny.
R. Ockrent.

Pour le Canada:

Donald M. Fleming.
George H. Hees.

Pour le Royaume de Danemark:

Jens Otto Krag.

Pour l'Espagne:

Fernando M. Castiella.
A. Ullastres.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Douglas Dillon.
W. Randolph Burgess.

Pour la République Française:

M. Couve de Murville.
Baumgartner.

Pour le Royaume de Grèce:

A. Protopapadakis.

Pour l'Irlande:

Seán Ó Loinsigh.

Pour la République d'Islande:

Gylfi Th. Gislason.

Pour la République Italienne:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

Pour le Grand-Duché de Luxembourg:

E. Schaus.

Pour le Royaume de Norvège:

Halvard Lange.

Pour le Royaume des Pays-Bas:

J. Luns.
Stikker.

Pour la République Portugaise:

J. G. Correia de Oliveira.

Pour le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord:

Selwyn Lloyd.

Pour le Royaume de Suède:

Gunnar Lange.

Pour la Confédération Suisse:

Max Petitpierre.

Pour la République de Turquie:

Alican.

Supplementary Protocol No. 2 to the Convention on the Organization for Economic Co-operation and Development

The Signatories of the Convention on the Organization for Economic Co-operation and Development (hereinafter called the «Organization»);

Have agreed as follows:

The Organization shall have legal capacity and the Organization, its officials, and representatives to it of the Members shall be entitled to privileges, exemptions, and immunities as follows:

a) in the territory of the Contracting Parties to the Convention for European Economic Co-operation of 16th April, 1948, the legal capacity, privileges, exemptions, and immunities provided for in Supplementary Protocol No. 1 to that Convention;

b) in Canada, the legal capacity, privileges, exemptions, and immunities provided for in any agreement or arrangement on legal capacity, privileges, exemptions, and immunities entered into between the Government of Canada and the Organization;

c) in the United States, the legal capacity, privileges, exemptions, and immunities under the International Organization Immunities Act provided for in Executive Order No. 10 133 of 27th June, 1950; and

d) elsewhere, the legal capacity, privileges, exemptions, and immunities provided for in any agreement or arrangement on legal capacity, privileges, exemptions, and immunities entered into between the Government concerned and the Organization.

In witness whereof, the undersigned Plenipotentiaries, duly empowered, have appended their signatures to this Protocol.

Done in Paris, this fourteenth day of December, Nineteen Hundred and Sixty, in the English and French languages, both texts being equally authentic, in a single copy which shall be deposited with the Government of the French Republic, by whom certified copies will be communicated to all the Signatories.

For the Federal Republic of Germany:

Ludwig Erhard.
Albert Hilger van Scherpenberg.

For the Republic of Austria:

Bruno Kreisky.
Dr. Fritz Bock.

For the Kingdom of Belgium:

P. Wigny.
R. Ockrent.

For Canada:

Donald M. Fleming.
George H. Hees.

For the Kingdom of Denmark:

Jens Otto Krag.

For Spain:

Fernando M. Castiella.
A. Ullastres.

For the United States of America:

Douglas Dillon.
W. Randolph Burgess.

For the French Republic:

M. Couve de Murville.
Baumgartner.

For the Kingdom of Greece:

A. Protopapadakis.

For Ireland:

Seán Ó Loinsigh.

For the Republic of Iceland:

Gylfi Th. Gislason.

For the Italian Republic:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

For the Grand Duchy of Luxembourg:

E. Schaus.

For the Kingdom of Norway:

Halvard Lange.

For the Kingdom of the Netherlands:

J. Luns.
Stikker.

For the Portuguese Republic:

J. G. Correia de Oliveira.

For the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland:

Selwyn Lloyd.

For the Kingdom of Sweden:

Gunnar Lange.

For the Swiss Confederation:

Max Petitpierre.

For the Turkish Republic:

Alican.

(Tradução)

Protocolo adicional n.º 2 à Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos

Os signatários da Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (abaixo designada por «Organização»);

Acordaram no que segue:

A Organização goza de capacidade jurídica e a Organização, os seus funcionários e os representantes dos seus Membros junto dela gozam dos privilégios, isenções e imunidades seguintes:

a) No território das Partes Contratantes à Convenção de Cooperação Económica Europeia de 16 de Abril de 1948, da capacidade jurídica, privilégios, isenções e imunidades previstos no Protocolo Adicional n.º 1 àquela Convenção;

b) No Canadá, da capacidade jurídica, privilégios, isenções e imunidades previstos em qualquer acordo ou arranjo sobre capacidade jurídica, privilégios, isenções e imunidades que seja concluído entre o Governo do Canadá e a Organização;

c) Nos Estados Unidos, da capacidade jurídica, privilégios, isenções e imunidades previstos na *Executive Order* n.º 10 133, de 27 de Junho de 1950, em conformidade com as disposições do *International Organisations Immunities Act*; e

d) Em qualquer outro país, da capacidade jurídica, privilégios, isenções e imunidades previstos em qualquer acordo ou arranjo sobre a capacidade jurídica, privilégios, isenções e imunidades que seja concluído entre o Governo interessado e a Organização.

Em fé do que, os Plenipotenciários abaixo assinados, devidamente habilitados, apuseram as suas assinaturas no presente Protocolo.

Feito em Paris, em catorze de Dezembro de mil novecentos e sessenta, em francês e inglês, fazendo os dois textos igualmente fé, num só exemplar, que será depositado junto do Governo da República Francesa, que transmitirá cópia certificada conforme a todos os signatários.

Pela República Federal da Alemanha:

Ludwig Erhard.
Albert Hilger van Scherpenberg.

Pela República da Austria:

Bruno Kreisky.
Dr. Fritz Bock.

Pelo Reino da Bélgica:

P. Wigny.
R. Ockrent.

Pelo Canadá:

Donald M. Fleming.
George H. Hees.

Pelo Reino da Dinamarca:

Jens Otto Krag.

Pela Espanha:

Fernando M. Castiella.
A. Ullastres.

Pelos Estados Unidos da América:

Douglas Dillon.
W. Randolph Burgess.

Pela República Francesa:

M. Couve de Murville.
Baumgartner.

Pelo Reino da Grécia:

A. Protopapadakis.

Pela Irlanda:

Seán Ó Loinsigh.

Pela República da Islândia:

Gylfi Th. Gislason.

Pela República Italiana:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

Pelo Grão-Ducado do Luxemburgo:

E. Schaus.

Pelo Reino da Noruega:

Halvard Lange.

Pelo Reino dos Países Baixos:

J. Luns.
Stikker.

Pela República Portuguesa:

J. G. Correia de Oliveira.

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:

Selwyn Lloyd.

Pelo Reino da Suécia:

Gunnar Lange.

Pela Confederação Suíça:

Max Petitpierre.

Pela República da Turquia:

Alican.

Memorandum d'Accord pour l'Application de l'Article 15 de la Convention relative à l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques

L'Article 15 de la Convention relative à l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques (appelée ci-dessous la «Convention») prévoit que les décisions, recommandations et résolutions (appelées ci-dessous les «actes») de l'Organisation Européenne de Coopération Économique requièrent l'approbation du Conseil de l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques (appelé ci-dessous le «Conseil») pour être applicables après l'entrée en vigueur de la Convention.

En vertu d'une Résolution adoptée à la réunion ministérielle des 22 et 23 juillet 1960, un Comité Préparatoire a été créé et chargé de poursuivre l'examen des actes de l'Organisation Européenne de Coopération Économique, de déterminer les actes dont il convient de recommander l'approbation au Conseil et de proposer, le cas échéant, les modifications nécessaires en vue d'adapter ces actes aux fonctions de l'Organisation de Coopération et de Développement Économiques.

A cette réunion ministérielle, il a été convenu qu'il devrait y avoir le maximum de certitude au sujet de l'approbation par le Conseil des actes de l'Organisation Européenne de Coopération Économique, conformément aux recommandations du Comité Préparatoire; il a été également convenu que le Canada et les États-Unis, n'étant pas Membres de l'Organisation Européenne de Coopération Économique, devraient avoir une certaine latitude en ce qui concerne lesdites recommandations.

En conséquence, les signataires de la Convention sont convenus de ce qui suit:

1. Les représentants des signataires au Conseil voteront l'approbation des actes de l'Organisation Européenne de Coopération Économique conformément aux recommandations du Comité Préparatoire, sauf dispositions contraires ci-dessous.

2. Tout signataire qui n'est pas Membre de l'Organisation Européenne de Coopération Économique sera

dégagé de l'engagement prévu au paragraphe 1, en ce qui concerne toute recommandation ou partie de recommandation du Comité Préparatoire spécifiée par notification au Comité Préparatoire dans les dix jours du dépôt de son instrument de ratification ou d'acceptation de la Convention.

3. Si un signataire donne notification conformément au paragraphe 2, tout autre signataire aura le droit de demander, dans les quatorze jours de cette notification, que le Comité Préparatoire réexamine la recommandation ou partie de recommandation en cause, s'il considère que cette notification change la situation ou regard de ladite recommandation ou partie de recommandation dans un de ses aspects importants.

4. a) Si un signataire donne notification conformément au paragraphe 2 et qu'il n'y ait pas de demande en vertu du paragraphe 3 ou qu'à la suite d'une demande le réexamen par le Comité Préparatoire n'aboutit pas à une modification de la recommandation ou partie de recommandation en cause, le représentant au Conseil du signataire ayant donné notification s'abstiendra de voter sur l'acte ou la partie d'acte auquel elle se rapporte.

b) Si le réexamen par le Comité Préparatoire prévu au paragraphe 3 aboutit à une modification de la recommandation ou partie de recommandation en cause, le représentant au Conseil du signataire ayant donné notification pourra s'abstenir de voter sur l'acte ou la partie d'acte auquel elle se rapporte.

c) L'abstention d'un signataire conformément aux sous-paragraphe a) et b) du présent paragraphe, en ce qui concerne un acte ou une partie d'acte, ne fait pas obstacle à l'approbation de cet acte ou partie d'acte qui est applicable aux autres signataires mais pas au signataire qui s'abstient.

5. Les dispositions du présent Memorandum concernant les mesures à prendre avant le vote au Conseil

entreront en vigueur dès sa signature; les dispositions concernant le vote au Conseil entreront en vigueur pour chaque signataire lors de l'entrée en vigueur de la Convention à l'égard de ce signataire.

En foi de quoi, les soussignés ont apposé leur signature au bas du présent Memorandum.

Fait à Paris, le quatorze décembre mil neuf cent soixante, en français et en anglais, les deux textes faisant également foi, en un seul exemplaire qui sera déposé auprès du Gouvernement de la République Française, qui en communiquera une copie certifiée conforme à tous les signataires.

Pour la République Fédérale d'Allemagne:

Ludwig Erhard.
Albert Hilger van Scherpenberg.

Pour la République d'Autriche:

Bruno Kreisky.
Dr. Fritz Bock.

Pour le Royaume de Belgique:

P. Wigny.
R. Ockrent.

Pour le Canada:

Donald M. Fleming.
George H. Hees.

Pour le Royaume de Danemark:

Jens Otto Krag.

Pour l'Espagne:

Fernando M. Castiella.
A. Ullastres.

Pour les États-Unis d'Amérique:

Douglas Dillon.
W. Randolph Burgess.

Pour la République Française:

M. Couve de Murville.
Baumgartner.

Pour le Royaume de Grèce:

A. Protopapadakis.

Pour l'Irlande:

Seán Ó Loinsigh.

Pour la République d'Islande:

Gylfi Th. Gislason.

Pour la République Italienne:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

Pour le Grand-Duché de Luxembourg:

E. Schaus.

Pour le Royaume de Norvège:

Halvard Lange.

Pour le Royaume des Pays-Bas:

J. Luns.
Stikker.

Pour la République Portugaise:

J. G. Correia de Oliveira.

Pour le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord:

Selwyn Lloyd.

Pour le Royaume de Suède:

Gunnar Lange.

Pour la Confédération Suisse:

Max Petitpierre.

Pour la République de Turquie:

Alican.

Memorandum of Understanding on the Application of Article 15 of the Convention on the Organization for Economic Co-operation and Development

Article 15 of the Convention on the Organization for Economic Co-operation and Development (hereinafter called the «Convention») provides that decisions, recommendations and resolutions (hereinafter called «acts») of the Organization for European Economic Co-operation shall require approval of the Council of the Organization for Economic Co-operation and Development (hereinafter called the «Council»), to be effective after the coming into force of the Convention.

Pursuant to a Resolution adopted at the Ministerial Meeting of 22nd-23rd July, 1960, a Preparatory Committee has been established and instructed to carry further the review of the acts of the Organization for European Economic Co-operation, to determine which acts should be recommended to the Council for appro-

val, and to recommend, where necessary, the modifications required in order to adjust these acts to the functions of the Organization for Economic Co-operation and Development.

At the said Ministerial Meeting it was agreed that there should be the maximum possible degree of certainty as regards approval by the Council of acts of the Organization for European Economic Co-operation in accordance with the recommendations of the Preparatory Committee; it was also agreed that Canada and the United States, not being Members of the Organization for European Economic Co-operation, should have a certain latitude with respect to the said recommendations.

Therefore the Signatories of the Convention have agreed as follows:

1. The representatives of the Signatories on the Council shall vote for approval of acts of the Organization for European Economic Co-operation in accordance with the recommendations of the Preparatory Committee, except as otherwise provided hereinafter.

2. Any Signatory which has not been a Member of the Organization for European Economic Co-operation shall be released from the commitment set out in paragraph 1 with respect to any recommendation or part thereof of the Preparatory Committee which it specifies in a notice to the Preparatory Committee no later than ten days after the deposit of its instrument of ratification or acceptance of the Convention.

3. If any Signatory gives notice pursuant to paragraph 2, any other Signatory, if in its view such notice changes the situation in regard to the recommendation or part thereof in question in an important respect, shall have the right to request within fourteen days of such notice, that the Preparatory Committee reconsider such recommendation or part thereof.

4. a) If a Signatory gives notice pursuant to paragraph 2 and no request is made pursuant to paragraph 3, or, if such a request having been made, the reconsideration by the Preparatory Committee does not result in any modification of the recommendation or part thereof in question, the representative on the Council of the Signatory which has given notice shall abstain from voting on the act or part thereof to which the recommendation or part thereof in question pertains.

b) If the reconsideration by the Preparatory Committee provided for in paragraph 3 results in a modified recommendation or part thereof, the representative on the Council of the Signatory which has given notice may abstain from voting on the act or part thereof to which the modified recommendation or part thereof pertains.

c) Abstention by a Signatory pursuant to subparagraph a) or b) of this paragraph with respect to any act or part thereof shall not invalidate the approval of that act or part which shall be applicable to the other Signatories but not to the abstaining Signatory.

5. The provisions of this Memorandum relating to actions to be taken before the voting in the Council shall come into force upon its signature; the provisions relating to the voting in the Council shall come into force for each Signatory upon the coming into force of the Convention as regards that Signatory.

In witness whereof, the undersigned have appended their signatures to this Memorandum.

Done in Paris, this fourteenth day of December, Nineteen Hundred and Sixty, in the English and French languages, both texts being equally authentic, in a single copy which shall be deposited with the Government of the French Republic, by whom certified copies will be communicated to all the Signatories.

For the Federal Republic of Germany:

Ludwig Erhard.
Albert Hilger van Scherpenberg.

For the Republic of Austria:

Bruno Kreisky.
Dr. Fritz Bock.

For the Kingdom of Belgium:

P. Wigny.
R. Ockrent.

For Canada:

Donald M. Fleming.
George H. Hees.

For the Kingdom of Denmark:

Jens Otto Krag.

For Spain:

Fernando M. Castiella.
A. Ullastres.

For the United States of America:

Douglas Dillon.
W. Randolph Burgess.

For the French Republic:

M. Couve de Murville.
Baumgartner.

For the Kingdom of Greece:

A. Protopapadakis.

For Ireland:

Seán Ó Loinsigh.

For the Republic of Iceland:

Gylfi Th. Gislason.

For the Italian Republic:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

For the Grand Duchy of Luxembourg:

E. Schaus.

For the Kingdom of Norway:

Halvard Lange.

For the Kingdom of the Netherlands:

J. Luns.
Stikker.

For the Portuguese Republic:

J. G. Correia de Oliveira.

For the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland:

Selwyn Lloyd.

For the Kingdom of Sweden:

Gunnar Lange.

For the Swiss Confederation:

Max Petitpierre.

For the Turkish Republic:

Alican.

(Tradução)

Memorando de Acordo para a aplicação do artigo 15 da Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos

O artigo 15 da Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (abaixo designada por «Convenção») prevê que as decisões, recomendações e resoluções (abaixo designados por «actos») da Organização Europeia de Cooperação Económica necessitam da aprovação do Conselho da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos (abaixo designado por «Conselho») para serem aplicáveis depois da entrada em vigor da Convenção.

Em virtude de uma resolução adoptada na reunião ministerial de 22 e 23 de Julho de 1960, um Comité Preparatório foi criado e encarregado de prosseguir no exame dos actos da Organização Europeia de Cooperação Económica, de determinar os actos de que convém recomendar a aprovação ao Conselho e de propor, quando for caso disso, as modificações necessárias, a fim de adaptar esses actos às funções da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos.

Naquela reunião ministerial foi acordado que deveria haver o máximo de certeza no que respeita à aprovação pelo Conselho dos actos da Organização Europeia de Cooperação Económica, em conformidade com as recomendações do Comité Preparatório; foi igualmente acordado que o Canadá e os Estados Unidos, não sendo Membros da Organização Europeia de Cooperação Económica, deveriam ter uma certa latitude no que diz respeito às referidas recomendações.

Consequentemente, os signatários da Convenção acordaram no que se segue:

1. Os representantes dos signatários no Conselho votarão a aprovação dos actos da Organização Europeia de Cooperação Económica em conformidade com as recomendações do Comité Preparatório, salvo as disposições em contrário abaixo.

2. Qualquer signatário que não for membro da Organização Europeia de Cooperação Económica será libertado do compromisso previsto no parágrafo 1, quanto a qualquer recomendação ou parte de recomendação do Comité Preparatório que ele especifique em notificação ao Comité Preparatório dentro de dez dias, a contar do depósito do seu instrumento de ratificação ou aceitação da Convenção.

3. Se um signatário fizer uma notificação nos termos do parágrafo 2, qualquer outro signatário, se em seu entender tal notificação muda a situação a respeito da referida recomendação ou parte de recomendação num dos seus aspectos importantes, terá o direito de pedir, nos catorze dias a seguir à notificação, que o Comité Preparatório reexamine a recomendação ou parte da recomendação em causa.

4. a) Se um signatário fizer uma notificação nos termos do parágrafo 2 e não houver pedido de harmonia com o parágrafo 3 ou, se tiver havido tal pedido, o reexame pelo Comité Preparatório não conduzir a uma modificação da recomendação ou parte de recomendação em causa, o representante no Conselho do signatário que fez a notificação abster-se-á de votar sobre o acto ou parte do acto a que aquela diz respeito.

b) Se o reexame pelo Comité Preparatório previsto no parágrafo 3 conduzir a uma modificação da recomendação ou parte de recomendação em causa, o representante no Conselho do signatário que tiver feito a notificação

poderá abster-se de votar sobre o acto ou parte de acto a que aquela diz respeito.

c) A abstenção de um signatário em conformidade com os subparágrafos a) e b) do presente parágrafo, no que diz respeito a um acto ou parte de acto, não impede a aprovação desse acto ou parte de acto, que é aplicável aos outros signatários, mas não ao signatário que se abstém.

5. As disposições do presente Memorando referentes às medidas a tomar antes do voto no Conselho entrarão em vigor na data da sua assinatura; as disposições que dizem respeito ao voto no Conselho entrarão em vigor para cada signatário quando a Convenção entrar em vigor relativamente a esse signatário.

Em fé do que, os abaixo assinados apuseram as suas assinaturas no presente Memorando.

Feito em Paris, em catorze de Dezembro de mil novecentos e sessenta, em francês e inglês, fazendo os dois textos igualmente fé, num só exemplar, que será depositado junto do Governo da República Francesa, que transmitirá cópia certificada conforme a todos os signatários.

Pela República Federal da Alemanha:

Ludwig Erhard.

Albert Hilger van Scherpenberg.

Pela República da Áustria:

Bruno Kreisky.

Dr. Fritz Bock.

Pelo Reino da Bélgica:

P. Wigny.

R. Ockrent.

Pelo Canadá:

Donald M. Fleming.

George H. Hees.

Pelo Reino da Dinamarca:

Jens Otto Krag.

Pela Espanha:

Fernando M. Castiella.

A. Ullastres.

Pelos Estados Unidos da América:

Douglas Dillon.

W. Randolph Burgess.

Pela República Francesa:

M. Couve de Murville.

Baumgartner.

Pelo Reino da Grécia:

A. Protopapadakis.

Pela Irlanda:

Seán Ó Loinsigh.

Pela República da Islândia:

Gylfi Th. Gislason.

Pela Republicana Italiana:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

Pelo Grão-Ducado do Luxemburgo:

E. Schaus.

Pelo Reino da Noruega:

Halvard Lange.

Pelo Reino dos Países Baixos:

J. Luns.
Stikker.

Pela República Portuguesa:

J. G. Correia de Oliveira.

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:

Selwyn Lloyd.

Pelo Reino da Suécia:

Gunnar Lange.

Pela Confederação Suíça:

Max Petitpierre.

Pela República da Turquia:

Alican.

Protocole relatif à la Revision de la Convention de Coopération Economique Européenne du 16 avril 1948

Les Gouvernements de la République Fédérale d'Allemagne, de la République d'Autriche, du Royaume de Belgique, du Royaume de Danemark, de l'Espagne, de la République Française, du Royaume de Grèce, de l'Irlande, de la République d'Islande, de la République Italienne, du Grand-Duché de Luxembourg, du Royaume de Norvège, du Royaume des Pays-Bas, de la République Portugaise, du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord, du Royaume de Suède, de la Confédération Suisse et de la République de Turquie, qui sont les Parties Contractantes à la Convention de Coopération Economique Européenne du 16 avril 1948 (appelée ci-dessous la « Convention ») et les Membres de l'Organisation Européenne de Coopération Economique;

Désireux que les objectifs, organes et pouvoirs de cette Organisation soient à nouveau définis et que les Gouvernements du Canada et des États-Unis d'Amérique soient Membres de cette Organisation reconstituée;
Sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE 1

La Convention est révisée; de ce fait, lui est substituée la Convention relative à l'Organisation de Coopération et de Développement Economiques qui doit être signée ce jour.

ARTICLE 2

1. Le présent Protocole entrera en vigueur dès l'entrée en vigueur de la Convention relative à l'Organisation de Coopération et de Développement Economiques.

2. La Convention cessera d'avoir effet à l'égard de tous les signataires du présent Protocole dès l'entrée en vigueur de la Convention relative à l'Organisation de Coopération et de Développement Economiques.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires soussignés, dûment habilités, ont apposé leurs signatures au bas du présent Protocole.

Fait à Paris, le quatorze décembre mil neuf cent soixante, en français et en anglais, les deux textes faisant également foi, en un seul exemplaire qui sera

déposé auprès du Gouvernement de la République Française, qui en communiquera une copie certifiée conforme à tous les signataires.

Pour la République Fédérale d'Allemagne:

Ludwig Erhard.
Albert Hülger van Scherpenberg.

Pour la République d'Autriche:

Bruno Kreisky.
Dr. Fritz Bock.

Pour le Royaume de Belgique:

P. Wigny.
R. Ockrent.

Pour le Royaume de Danemark:

Jens Otto Krag.

Pour l'Espagne:

Fernando M. Castiella.
A. Ullastres.

Pour la République Française:

M. Couve de Murville.
Baumgartner.

Pour le Royaume de Grèce:

A. Protopapadakis.

Pour l'Irlande:

Seán Ó Loinsigh.

Pour la République d'Islande:

Gylfi Th. Gislason.

Pour la République Italienne:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

Pour le Grand-Duché de Luxembourg:

E. Schaus.

Pour le Royaume de Norvège:

Halvard Lange.

Pour le Royaume des Pays-Bas:

J. Luns.
Stikker.

Sous réserve de ratification.

Pour la République Portugaise:

J. G. Correia de Oliveira.

Pour le Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord:

Selwyn Lloyd.

Pour le Royaume de Suède:

Gunnar Lange.

Pour la Confédération Suisse:

Max Petitpierre.

Pour la République de Turquie:

Alican.

Protocol on the revision of the Convention for European Economic Co-operation of 16th April, 1948

The Governments of the Republic of Austria, the Kingdom of Belgium, the Kingdom of Denmark, the French Republic, the Federal Republic of Germany, the Kingdom of Greece, the Republic of Iceland, Ireland, the Italian Republic, the Grand Duchy of Luxembourg, the Kingdom of the Netherlands, the Kingdom of Norway, the Portuguese Republic, Spain, the Kingdom of Sweden, the Swiss Confederation, the Turkish Republic, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland being the Contracting Parties to the Convention for European Economic Co-operation of 16th April, 1948 (hereinafter called the «Convention») and the Members of the Organization for European Economic Co-operation;

Desirous that the aims, organs, and powers of the Organization be re-defined and that the Governments of Canada and the United States of America be Members of that Organization as re-constituted;

Have agreed as follows:

ARTICLE 1

The Convention shall be revised and as a consequence thereof it shall be replaced by the Convention on the Organization for Economic Co-operation and Development to be signed on today's date.

ARTICLE 2

1. This Protocol shall come into force when the Convention on the Organization for Economic Co-operation and Development comes into force.

2. The Convention shall cease to have effect as regards any Signatory of this Protocol when the Convention on the Organization for Economic Co-operation and Development comes into force.

In witness whereof, the undersigned Plenipotentiaries, duly empowered, have appended their signatures to this Protocol.

Done in Paris, this fourteenth day of December, Nineteen Hundred and Sixty, in the English and French languages, both texts being equally authentic, in a single copy which shall be deposited with the

Government of the French Republic, by whom certified copies will be communicated to all the Signatories.

For the Federal Republic of Germany:

Ludwig Erhard.
Albert Hilger van Scherpenberg.

For the Republic of Austria:

Bruno Kreisky.
Dr. Fritz Bock.

For the Kingdom of Belgium:

P. Wigny.
R. Ockrent.

For the Kingdom of Denmark:

Jens Otto Krag.

For Spain:

Fernando M. Castiella.
A. Ullastres.

For the French Republic:

M. Couve de Murville.
Baumgartner.

For the Kingdom of Greece:

A. Protopapadakis.

For Ireland:

Seán Ó Loinsigh.

For the Republic of Iceland:

Gylfi Th. Gislason.

For the Italian Republic:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

For the Grand Duchy of Luxembourg:

E. Schaus.

For the Kingdom of Norway:

Halvard Lange.

For the Kingdom of the Netherlands:

J. Luns.

Stikker.

Sous réserve de ratification.

For the Portuguese Republic:

J. G. Correia de Oliveira.

For the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland:

Selwyn Lloyd.

For the Kingdom of Sweden:

Gunnar Lange.

For the Swiss Confederation:

Max Petitpierre.

For the Turkish Republic:

Alican.

(Tradução)

Protocolo relativo à revisão da Convenção de Cooperação Económica Europeia, de 16 de Abril de 1948

Os Governos da República Federal da Alemanha, da República da Áustria, do Reino da Bélgica, do Reino da Dinamarca, da Espanha, da República Francesa, do Reino da Grécia, da Irlanda, da República da Islândia, da República Italiana, do Grão-Ducado do Luxemburgo, do Reino da Noruega, do Reino dos Países Baixos, da República Portuguesa, do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, do Reino da Suécia, da Confederação Suíça e da República da Turquia, que são as Partes Contratantes na Convenção de Cooperação Económica Europeia, de 16 de Abril de 1948 (abaixo designada por «Convenção»), e os Membros da Organização Europeia de Cooperação Económica;

Desejosos que os objectivos, órgãos e poderes desta Organização sejam de novo definidos e que os Governos do Canadá e dos Estados Unidos da América sejam membros desta Organização reconstituída;

Acordaram no que se segue:

ARTIGO 1

A Convenção é revista e, consequentemente, é substituída pela Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos que deve ser assinada hoje.

ARTIGO 2

1. O presente Protocolo começará a vigorar quando entrar em vigor a Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos.

2. A Convenção cessará de ter efeito quanto a todos os signatários do presente Protocolo quando entrar em vigor a Convenção relativa à Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos.

Em fé do que os Plenipotenciários abaixo assinados, devidamente habilitados, apuseram as suas assinaturas no presente Protocolo.

Feito em Paris, em catorze de Dezembro de mil novecentos e sessenta, em francês e inglês, fazendo os dois textos igualmente fé, num só exemplar, que será

depositado junto do Governo da República Francesa, que transmitirá cópia certificada conforme a todos os signatários.

Pela República Federal da Alemanha:

Ludwig Erhard.

Albert Hilger van Scherpenberg.

Pela República da Áustria:

Bruno Kreisky.

Dr. Fritz Bock.

Pelo Reino da Bélgica:

P. Wigny.

R. Ockrent.

Pelo Reino da Dinamarca:

Jens Otto Krag.

Pela Espanha:

Fernando M. Castiella.

A. Ullastres.

Pela República Francesa:

M. Couve de Murville.

Baumgartner.

Pelo Reino da Grécia:

A. Protopapadakis.

Pela Irlanda:

Seán Ó Loinsigh.

Pela República da Islândia:

Gylfi Th. Gislason.

Pela República Italiana:

Giuseppe Pella.
Carlo Russo.

Pelo Grão-Ducado do Luxemburgo:

E. Schaus.

Pelo Reino da Noruega:

Halvard Lange.

Pelo Reino dos Países Baixos:

J. Luns.
Stikker.

Sob reserva de ratificação.

Pela República Portuguesa:

J. G. Correia de Oliveira.

Pelo Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte:

Selwyn Lloyd.

Pelo Reino da Suécia:

Gunnar Lange.

Pela Confederação Suíça:

Max Petitpierre.

Pela República da Turquia:

Alican.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Visto, examinado e considerado tudo quanto se contém naquelas Convenções e naqueles Protocolos e Memorando, aprovados, para ratificação, pelo Decreto-Lei numero quarenta e três mil oitocentos e vinte e nove, publicado no «Diário do Governo» numero cento e setenta e quatro, primeira série, de vinte e oito de Julho de mil novecentos e sessenta e um, são, pela presente Carta, as mesmas Convenções e os mesmos Protocolos e Memorando confirmados e ratificados, assim no todo como em cada uma das suas disposições, e dados por firmes e válidos para produzirem os seus efeitos e serem inviolavelmente cumpridos e observados.

Em testemunho do que a presente Carta vai por mim assinada e selada com o selo da República Portuguesa.

Dada nos Paços do Governo da República, aos *do*
mês de *de mil novecentos e sessenta e um.*